

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO SEIS** -----

----- No dia 28 de Maio de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Alberto Francisco Bento, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Blasco Hugo Correia Fernandes, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Angelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes, Maria Irene dos Santos Lopes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Jorge

Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Ana Cristina Martinho Ferreira Costa, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, António Manuel Pimenta Proa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, João Gordo Martins, Vasco Luís Almeida Antunes, Luís Branco da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João de Deus Gomes Pires, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, Levi Marques dos Santos.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira . -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Proa. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), nas reuniões realizadas no mês de Maio, sendo substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Francisco José Martins (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques Santos. -----

----- Maria Luísa Sabino (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Cristina Costa. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 30 de Abril de 2002. -----

----- Graça Mexia (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 14 de Maio de 2002. -----

----- Jorge Manuel Ferreira (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 14 de Maio de 2002. -----

----- Helena Carvalho dos Santos (PS), relativamente às reuniões realizadas nos dias 23 e 30 de Abril de 2002. -----

----- Diana Sofia Barroso Soares (PS), relativamente à reunião realizada no dia 14 de Maio de 2002. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **O Sr. António Alves Silva**, morador na Rua Álvaro Coutinho, nº 14, 1100 Lisboa, falando em nome da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária dos Anjos, leu uma extensa exposição na qual referia que mais uma vez a Escola Secundária dos Anjos se encontrava ameaçada de extinção, através de um processo que lhes parecia pouco claro e com algumas inverdades pelo meio. ----

----- Diziam-lhes que a Escola estava muito degradada o que era falso, pois ela estava melhor que muitas outras escolas situadas na região de Lisboa e poderia, devido às acessibilidades que tinha, acolher pelo menos uma de entre elas, como também lhes diziam que a Escola Luísa de Gusmão era alternativa, mas também não viam como. Isso mesmo, aliás, era realçado também pelas Juntas de Freguesia da área que rodeava a Escola. -----

----- Referiu que a Escola tem prestado um serviço ímpar à comunidade através do acompanhamento prestado a alunos com carências económicas e sociais, e apontando as estatísticas que um em cada dois alunos abandonavam a escolaridade, na Escola Secundária dos Anjos, com uma população de 100 alunos só três abandonaram no corrente ano lectivo. -----

----- Por outro lado, a Escola não tinha problemas de droga ou de violência, pelo que tendo em consideração que só recebia alunos que mais nenhuma escola queria, podiam afirmar que o seu projecto educativo tinha resultados excepcionais. Por isso, a maior preocupação era que o futuro das crianças noutra escola não permitisse a continuidade do trabalho que desenvolveram, e a maioria delas, infelizmente, viesse a abandonar precocemente a escolaridade, algumas entrando mesmo definitivamente na marginalidade. -----

----- Aliás, exemplo disso, era que tinham professores que recebiam cartões no Dia da Mãe e no Dia do Pai, porque segundo os alunos eram com eles que contavam quando precisavam. -----

----- Disse, ainda, que a Escola, desde há três anos, vinha sofrendo uma política de lenta asfixia por parte da Direcção Regional, e o que se estranhava era que tendo mudado os responsáveis políticos a mesma política se mantivesse, tanto mais que o actual Ministro, quando estava na oposição, era contra o encerramento da Escola. ----

----- Era óbvio que gostariam de ter melhores condições, era certo que tinham problemas: por exemplo a ausência de um ginásio, que se encontrava ainda tal como estava em 1978, era um deles; a exiguidade do bar/refeitório era um outro, mas nas ruínas do ginásio e com grande facilidade poder-se-iam suprir ambos, e isso mesmo tinha sido prometido pelo Ministério há apenas dois anos. Aliás, foi com o pretexto de que iriam entrar em obras de beneficiação que lhes retiraram o ensino secundário. ----

----- Continuando, disse que a Câmara, há dois anos, manifestara apoio no sentido da continuação da Escola, pelo que agora, mais uma vez, vinham pedir a concretização desse apoio, opondo-se ao encerramento desse estabelecimento de ensino que tanto tinha dado à cidade. -----

----- A terminar, depois de convidar a Assembleia a visitar a Escola no dia 6 de Junho, dia em que teriam a escola aberta à comunidade, disse que esperavam poder contar com a empenhada oposição ao encerramento da Escola Secundária dos Anjos. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Comissão Permanente de Educação da Assembleia Municipal vinha acompanhando este processo, tinha posições claras quanto ao encerramento da Escola e, segundo informação que tinha, a Escola Secundária dos Anjos seria brevemente recebida pela referida Comissão. -----

----- Nesta altura, o **Deputado Municipal José Godinho (PCP)** solicitou a palavra para um ponto de ordem à Mesa. Instado pelo Sr. Presidente para que era o ponto de ordem respondeu que era para referir a ausência do Presidente da Câmara e de qualquer Vereador. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu que o problema estava registado, mas já tinha pedido aos serviços para avisar a Câmara de que a reunião já estava a decorrer. -----

----- **A Sra. D. Ana Maria Salta**, moradora na Rua Prof. Vieira de Almeida, nº 3 – 5º dtº, 1600-644 Lisboa disse que lhe parecia ser este o lugar certo para entregar à Cidade de Lisboa um exemplar da sua dissertação de mestrado sobre a Colina de Sant’ana, o que vinha suprir uma lacuna de dados sobre essa área. -----

----- Disse, depois, que considerava que a informação agora disponibilizada sobre a historiografia urbana da Colina de Sant’ana, sua estrutura viária e malhas urbanas dos diferentes núcleos da Calçada de Santana, do Bairro do Curral, entre as Travessas das Salgadeiras e da Cruz, em grande parte inédita, era relevante para a intervenção fundamentada de técnicos e políticos naquela área. -----

----- Esse estudo revelava um território e instituições muito ligados, desde os séculos XIV e XV, à gestão municipal, do seu baldio, da Gafaria de São Lázaro e do Matadouro de São Lázaro, e ainda a existência de uma malha regular quinhentista, no Bairro do Curral, contemporânea de Angra do Heroísmo e do Bairro Alto, património que interessava estudar e preservar da degradação e adulteração. -----

----- Concluiu dizendo que esta informação seria também disponibilizada, nesta data, aos moradores de Sant’ana, na pessoa do Sr. Arqtº Pedro Barbosa, e à futura Associação do Amigos de Sant’ana. -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu à munícipe a intervenção e o livro que acabara de entregar na Mesa. -----

----- **O Sr. Vítor Sezinando Ribeiro Artur**, morador na Praça do Campo Pequeno, 40 – 2º esqº 1000-080 Lisboa, disse que já há mais de 10 anos andava a correr para a Câmara Municipal de Lisboa por causa das obras no prédio onde mora. Falara com o Dr. João Soares quando ele era Presidente da Câmara e já escrevera agora ao Dr. Santana Lopes, actual Presidente, para saber se o senhorio já tinha sido intimado para fazer as respectivas obras. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que seria perguntado à Câmara o que se passava com o processo e posteriormente seria dada resposta. -----

----- **A Sra. D. Diodete Fátima Nascimento Moreira**, moradora na Rua Botelho Vasconcelos, nº 559 – 4º F, Bairro do Condado 1900-637 Lisboa, disse que tinha uma família numerosa a morar num T3 há cerca de 10 anos. Já pedira um desdobramento à

Câmara, inicialmente estava tudo bem encaminhado mas depois disseram-lhe que já não tinha direito alegando uma série de situações. -----

----- Disse, ainda, que as suas filhas tinham o vencimento mínimo, nem sequer tinham acesso ao crédito bancário, pelo que pedia que a ajudassem arranjando pelo menos casa para uma filha. -----

----- Desde 1992 que vinha fazendo vários pedidos sem que fosse dada solução ao seu caso, pelo que se dirigia agora à Assembleia a pedir se a conseguiam ajudar a resolver o seu problema. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a competência era da Câmara Municipal a quem iria perguntar o que se passava com o processo. -----

----- **O Sr. Luís Ferreira**, morador na Rua Prof. Hernâni Cidade, nº 3 – 3E, 1600-630 Lisboa, disse que em nome da Associação de Residentes de Telheiras vinha apresentar uma petição à Assembleia Municipal de Lisboa que se referia à preservação da Quinta de Santana. -----

----- Disse, então, que o Bairro de Telheiras vinha sendo construído, segundo um plano de urbanização, e com construção crescente iam-se ocupando os espaços ainda livres, uns segundo o planeado outros não, como o PER do Alto do Faia onde aos moradores tinha sido dito que seria um espaço verde. -----

----- De facto, não existia hoje nenhuma área verde significativa no bairro. A maior, no Largo de D. João Príncipe de Cândia, junto da PSP, tinha 4.220 m², ou seja, nem meio hectare, quando um parque urbano deveria ter, no mínimo, dois hectares e meio. -

----- Disse, ainda, que a EPUL era a entidade urbanizadora do bairro e fazia os arranjos para aquele espaço depois da estação do Metropolitano estar concluída em Setembro próximo. Até aí estavam todos de acordo, mas o que estava a mais era a pretensão da EPUL em construir, no lado nascente dessa célula, mais um novo edifício, concretamente na esquina das ruas Francisco Gentil e Eduardo Araújo Coelho. E estava a mais porque esse espaço estava classificado no PDM como “quinta e jardins históricos” e como parte do sistema verde/seco da estrutura ecológica urbana da cidade, com excepção de uma tira de terreno indevidamente classificada no PDM como área consolidada de utilização habitacional, o que a Associação de Residentes de Telheiras sempre contestara tendo proposto na consulta de 2001, para revisão do PDM, que fosse feita a reclassificação de toda a célula, sem excepção, como “quinta e jardins históricos”. -----

----- De qualquer maneira, uma vez que nos termos do PDM a componente ambiental urbana prevalecia sobre a classificação de espaço urbano, não seriam admissíveis mais construções na Quinta de Santana. -----

----- Perante isso, e sabendo da pretensão da EPUL de continuar a construir, a Associação de Residentes de Telheiras, em representação das 700 famílias suas associadas e dos restantes milhares de moradores, apelava ao Município, como entidade accionista e tutelar da EPUL, que: -----

----- Em primeiro lugar, não autorizasse a construção de mais edifícios na referida célula, nomeadamente no bloco R45 ou outras edificações que o substituíssem qualquer que fosse a sua volumetria; -----

----- Em segundo lugar, que não fossem destacadas mais parcelas para o domínio privado e se integrassem no domínio público os lotes que eram propriedade da EPUL para com eles se criar uma área verde de lazer e recreio publico; -----

----- Em terceiro lugar, que fosse ali construído um jardim condicente com a sua característica de quinta histórica, ligando a futura praça central ao núcleo antigo de Telheiras mediante propostas de projecto sujeitas a debate público, já que o projecto apresentado no dia 20 do passado mês de Novembro, pela EPUL, contemplava o dito edifício e não os campos de jardinagem. -----

---- Em defesa dessas medidas, seria entregue à Câmara Municipal um abaixo-assinado contendo 1.679 assinaturas de moradores, e lembravam ainda o compromisso pessoal assumido nessa data pelo anterior Presidente da Câmara, Dr. João Soares, de suspender a construção do referido edifício e de rever o projecto para jardim. -----

----- A terminar, disse que a população de Telheiras, certa da justeza da sua pretensão em ter um bairro não de betão mas sim com uma qualidade mínima, esperava da actual Assembleia e da Câmara Municipal a decisão há anos esperada: a construção do jardim de Telheiras e a integral preservação da Quinta de Santana como património local. -----

----- (Entregou na Mesa a petição a que aludira na sua intervenção) -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a petição seria analisada e, provavelmente, a Assembleia solicitaria a uma das suas Comissões que desse um parecer sobre a matéria. -----

----- **O Sr. Abel Moreira**, apartado 223, 2745 Queluz, do Centro Comercial Libersil, disse que nos últimos três anos vinha fazendo denúncias, particulares e públicas, sobre uma sucessão de crimes cometidos por pessoas ligadas ao aparelho de Estado, mas as coisas não se resolviam. Antes ficaram piores. Para o cidadão comum a dedução clara era que o famoso 25 de Abril na verdade era uma grandessíssima farsa. -----

----- Isto porque, se antes havia fascismo explícito o que parecia haver agora era um fascismo muito mais sofisticado, muito mais moderno, e a prova disso era o facto da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, que antes tinha a seu cargo a gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, que era exactamente donde emanavam todos os problemas, ter sido agora promovida para o referido cargo. -----

----- No entanto, os problemas dos logistas persistiam e tinham até mais uma situação surrealista, como era o seu caso em que tinha uma empresa sequestrada, literalmente, não era figura de expressão, roubada até, a mando dessa Senhora que era agora Secretária de Estado da Segurança Social. -----

----- Isso levava-o a perguntar qual seria a legitimidade da Segurança Social para lhe fazer cobrança dos últimos três/quatro anos quando ele não podia fazer descontos para a Segurança Social porque todo o seu equipamento, todas as suas coisas, estiveram fisicamente no próprio prédio do Fundo de Pensões do Banco de Portugal e agora estavam algures num armazém de Vialonga que também pertencia ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal, com a colaboração da Câmara, de forças policiais e dos tribunais. -----

----- O certo era que a situação se ia perpetuando até que mais algum morresse, de velhice ou de doença, porque, falando em mortos, já vários tinham morrido nesse processo, e não foram mortes naturais. De certeza que não! Mas era mais uma daquelas situações que não valia a pena estar a denunciar, porque haveria sempre cumplicidade geral, fosse no risinho irónico, fosse no silêncio cúmplice ou covarde. --

----- Portanto, disse a terminar, voltava à Assembleia para registar o pedido de esclarecimento, já que aproveitando o ensejo do campeonato do mundo de futebol “eles” deveriam querer inaugurar o centro no próximo mês, segundo constava. -----

----- **A Sra. D. Branca Amaral**, moradora na Av. Estados Unidos da América, nº 41-5º esqº Lisboa, disse que a questão que ia expor a vinha incomodando há muito tempo sem que as autoridades intervissem, como lhe parecia que deveria já ter acontecido. Tal tinha a ver com o Centro Paroquial de Santa Joana, Princesa, situado na zona dos Lagares d’Rei, supostamente uma zona protegida, que além duma mole imensa de cimento cuja estética não competia ali discutir, instalaram um complexo funerário que funcionava sem espaço nenhum para a organização dos cortejos fúnebres, os carros funerários chegavam a parar em cima dos passeios e toda a zona envolvente estava com uma pressão de trânsito insuportável, provocando um verdadeiro inferno. -----

----- Disse, ainda, que morava defronte do dito complexo, a rampa de estacionamento do parque que servia o estacionamento do edifício onde morava estava ocupada quase permanentemente com veículos, já várias vezes chamara a PSP que, contudo, não intervinha porque dizia que não havia ali sinais de estacionamento, o que realmente era verdade, embora na rua de trás houvesse um parque privativo da EMEL com o estacionamento pago, para o qual, aliás, tinha cartão de residente. -----

----- Por outro lado, uma outra questão que a deixara ainda mais revoltada, é que na semana passada instalaram oito sinos numa torre, que ficavam exactamente ao nível do seu quinto andar e começaram a fazer os ensaios com um carrilhão que tocava as horas e as meias horas, o que às seis horas da manhã era complicado. Era certo que aquilo eram ensaios porque nos últimos dias não tinha tocado, mas já tinha feito uma exposição ao Sr. Presidente da Câmara, cujo duplicado entregaria também à Assembleia, e, portanto, pedia a atenção da Assembleia Municipal para fiscalizar o que fosse de fiscalizar. -----

----- Havia 400 lugares de estacionamento à venda, ou houve, inclusivamente no dito edifício, chamado igreja ou complexo paroquial, existiam arrecadações e ainda outro dia viu uma amiga sua que se dirigia afanosamente para lá a fim de guardar batatas que tinha trazido do Alentejo. E como não compreendia se “isso” tinha ou não licença de habitação e se estava correcto, chamava a atenção da Assembleia para que esse caso fosse seguido. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o Sr. Vice-Presidente da Câmara ouvira a intervenção, mas, de qualquer maneira, depois enviaria à Câmara um pedido de informação. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes Moções. -----

----- **MOCÃO Nº 1** -----

----- **PELO SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO E DE RADIODIFUSÃO** -----
----- **E DE SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DA RTP** -----

-----“As medidas recentemente anunciadas pelo Governo no sentido de desmembrar a RTP e, eventualmente, privatizar um dos canais generalistas, a falta de diálogo demonstrada e a forma como tem procurado solucionar a questão, são condenáveis pois, além de colocarem em causa o Serviço Público de Televisão e os postos de trabalho de grande número de trabalhadores desta empresa, indiciam que têm como objectivo beneficiar as televisões comerciais. -----

----- Importa relembrar que até 1991, data da extinção da taxa de televisão, por decisão do Governo PSD/Cavaco Silva, a RTP tinha uma situação financeira equilibrada. -----

----- Aliás, também, por decisão do mesmo Governo foi, em 1992, retirada à RTP a sua Rede de Emissão e Feixes Hertzianos, com o respectivo património avaliada em cerca de 70 milhões de contos. -----

----- A Rede de Emissores foi alienada a uma nova empresa, a TDP (hoje PT), ficando a RTP a pagar cerca de três vezes mais do que pagava quando a Rede era sua (a Rede custava 900 mil contos/ano, custo esse que englobava os seus 132 trabalhadores e toda a manutenção necessária a nível nacional) e passou para três milhões de contos/ano). -----

----- Como ridícula contrapartida desta decisão a RTP «recebeu» 5,4 milhões de contos incorporados no capital, ou seja, não entrou qualquer indemnização nos cofres da empresa. Pelo contrário, a RTP passou a pagar três vezes mais à PT pelo serviço que antes lhe pertencia. -----

----- O simples facto de os sucessivos Governos não terem considerado a RTP como uma prioridade, associado ao incumprimento por parte dos diferentes Governos, do pagamento atempado e de forma integral das devidas indemnizações compensatórias pela prestação de serviço ao Estado, agravaram continuamente o défice da empresa. ---

----- Quanto à RDP, que é uma empresa equilibrada financeiramente e regista anualmente resultados líquidos positivos superiores a 700 mil contos, o Governo anuncia também que irá alienar a Antena 3, o que demonstra que o que está em causa não é uma questão de gestão, mas sim uma opção eminentemente política. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibera, enquanto intérprete de valores que visam a defesa e o reforço da democracia e da solidariedade: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade da existência de um forte Serviço Público de Televisão e Rádio, devendo o primeiro ser assegurado por dois canais generalistas, como acontece na generalidade dos países da União Europeia, com excepção do Luxemburgo, com a garantia por parte do Estado do seu financiamento de forma estável e adequada; de acordo com regras claras, passando pela reestruturação da RTP, saneamento dos passivos acumulados e garantia de independência face aos poderes político e económico; -----

----- 2. Manifestar a sua discordância relativamente à intenção manifestada pelo Governo de alienar a Antena 3 da RDP e de reestruturar a Antena 2, isto porque essa reestruturação colocaria em risco a qualidade do serviço público prestado por aquela estação; -----

----- 3. Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores da RTP e da RDP na defesa do Serviço Público de Televisão e de Radiodifusão e dos seus postos de trabalho; -----

----- 4. Manifestar o seu mais veemente repúdio pelo facto do Senhor Ministro da Presidência, Dr. Morais Sarmento, ter mentido ao País sobre uma reunião do Conselho de Ministros, demonstrando que não tem condições para continuar a exercer aquele cargo; -----

----- 5. Manifestar a sua preocupação pelo facto do Governo ter resolvido mudar a Lei da Televisão, apenas pelo facto do Conselho de Opinião da RTP ter tomado uma deliberação que desagradou ao Governo; -----

----- 6. Proceder à divulgação desta moção através dos órgãos de comunicação social;

----- 7. Dar conhecimento da mesma às Comissões de Trabalhadores da RTP e da RDP, à Câmara Municipal de Lisboa e aos órgãos de soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- (Subscrita, em primeiro lugar, pela Deputada Deolinda Machado do PCP, mas também subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Miguel Coelho, ambos do PS, e ainda Feliciano David, do PCP). -----

MOÇÃO Nº 2 -----

-----“A Assembleia da República aprovou o Orçamento Rectificativo, relativo a 2002 proposto pelo Governo do PSD/CDS-PP. Em consequência iniciou um processo de implementação de medidas profundamente anti-sociais que atingem gravemente as camadas mais desfavorecidas da população e em particular os trabalhadores; -----

----- O pretexto invocado é a inevitabilidade de reduzir a despesa pública face ao défice orçamental do Estado. Esta opção é a mais errada já que visa cortar nas despesas mais úteis ao País – as de investimento, estimuladoras do desenvolvimento económico e de grande impacto social, Saúde, Educação, Habitação, Obras Públicas e investimentos das Autarquias Locais, estrangulando a intervenção autárquica. -----

----- Simultaneamente o Governo favorece deliberadamente, com grande injustiça social, os grandes grupos económicos privados continuando a isentá-los de centenas de milhões de contos já que suspendeu definitivamente a tributação das mais-valias das transações financeiras, incluindo as da bolsa , e não extinguindo o *Off-Shore* da Madeira (um dos compromissos eleitorais do PSD). -----

----- Entre outras medidas profundamente anti-sociais injustas, salienta-se: -----

----- O aumento do IVA de 17% para 19%, a contribuir para somar mais aumentos dos preços de bens e serviços aos que já se têm verificado. Sendo que o IVA "é um imposto que tem a particularidade de ser socialmente cego". -----

----- O fim do crédito bonificado à habitação, na compra de casa própria pelos jovens e pessoas com menores rendimentos. Criando ainda mais dificuldades a quem, não

havendo casas para arrendar, a preços acessíveis, é empurrado para comprar casa própria. -----

----- Considerando todos estes factos, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 28 de Maio de 2002, decide: -----

----- - Repudiar esta política anti-social do Governo e exigir a revogação imediata de tais medidas profundamente injustas. -----

----- - Reclamar do Governo e da Assembleia da República medidas efectivas de combate à fraude e evasão fiscal, tributar as mais-valias da actividade financeira e dos ganhos em bolsa. Em contrapartida, e por forma a estimular a produção e procura interna, promover uma política de reposição do poder de compra perdido, aumentando os salários e as pensões mínimas de invalidez e velhice, já que a inflação prevista pelo governo de 2.75% situa-se em 3,45% -----

----- - Que esta Moção seja enviada aos órgãos de soberania e divulgada publicamente para a comunicação social, e com publicidade paga em dois destes órgãos da imprensa diária de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP).-----

MOÇÃO Nº 3

SAUDAÇÃO

----- “Considerando que a Independência de Timor Leste, é o resultado de uma longa resistência do povo Maubere; -----

----- Considerando que durante mais de 25 anos os timorenses lutaram contra a ocupação indonésia; -----

----- Considerando que muitos timorenses perderam a vida na luta pela Independência do seu país, em particular várias gerações de jovens; -----

----- Considerando que, depois de muitas prisões, mortes e massacres dos resistentes timorenses, após o massacre de Santa Cruz a comunidade internacional reconheceu a luta do povo Maubere; -----

----- Considerando que a Independência se concretizou no dia 20 de Maio de 2002; ---

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 28 de Maio, aprova uma saudação muito especial a todo o povo Timorense, congratulando-se com a concretização, finalmente no dia 20 de Maio, da Independência do seu país e deseja que o futuro do Povo Timorense seja de desenvolvimento, progresso social e cultural.

----- Viva a Independência de Timor Leste! -----

----- Viva o Povo Timorense!” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, do PCP).-----

MOÇÃO Nº 4

0 Primeiro País do Século XXI

----- “Suave, doce, lânguida ilha

----- Aberta como flor na distância do mar, -----

----- Prolonga um pouco a virginal beleza, -----

----- Atende, espera! ... minha alma suspensa

----- Em ti respira - corola do mar. -----

----- Superando o isolamento causado pela distância e pela repressão, lutando contra a indiferença do geograficamente conveniente, recuperando a fé original dos primeiros tempos do Catolicismo, Timor vai conseguir, neste novo século, fazer cumprir a sua história, confirmando a sua independência, e reassumindo o seu trilho rumo ao sonho.-

----- Para além de ter uma importância sem limites para os próprios timorenses, a independência de Timor reveste uma importância especial enquanto exemplo para o resto do Mundo. No entanto, esta data tem um significado emocional profundo para Portugal. -----

----- Timor tornou-se no exemplo da determinação e na coragem como forma de luta. Tornou-se um exemplo das contradições que nos superam e que imperam nos dias de hoje. Um exemplo de como a opinião pública pode, se assim o desejar e sentir, contribuir para impedir as injustiças do Mundo em que vivemos. -----

----- Quanto a Portugal, para além de todos esses exemplos, Timor significa ainda muito mais. A história de Timor está intimamente ligada com a história de Portugal. Após a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, os navegadores portugueses herdaram os circuitos comerciais que os malaios tinham desenvolvido nos arquipélagos que hoje constituem a Indonésia. Acabaram de chegar à última ilha antes da Austrália, por volta de 1515. -----

----- Durante os cerca de quatrocentos e cinquenta anos seguintes, assistiu-se a um caso único na colonização europeia: os timorenses governaram-se a si próprios, apoiando-se na orientação espiritual e temporal da Igreja, e na defesa organizada pelo representante do Rei de Portugal. No entanto, ao longo da presença portuguesa em Timor houve alguns conflitos. Houve até um governador que os timorenses devolveram ao Rei. -----

----- Essa História de um povo guerreiro e livre que estabelece uma aliança eterna com outro povo, do outro lado do mundo, merecia ser melhor conhecida, merecia ser melhor lembrada, merecia ter tido outra força na nossa vontade. Pelo menos uma força maior do que a distância. Enorme força essa de um povo que nunca se deixou vencer pela distância e nunca deixou de rezar em português. -----

----- Não há moções, corredores humanos, concertos, elegias, manifestações ou lágrimas em Portugal que possam alguma vez compensar as amarguras de um povo que foi abandonado à sorte, com uma terra para defender, um sonho por cumprir e todo um Mundo de indiferença para combater. -----

----- Em Timor rezava-se e reza-se em português. E isso significa que em Timor, a esperança sempre falou português. Este é um motivo bastante, a juntar a todos os outros que a consciência nos deve impor, para poderemos cumprir o nosso papel na História e assim poderemos estar a comemorar o momento mágico que significa o nascimento de um país que partilha a nossa língua, partilha o nosso passado, e merece todo o respeito que a sua dignidade, coragem e força impuseram. -----

----- Não podemos amarrar-nos no passado. Mas temos definitivamente de nos reconciliar com ele para podermos ajudar a construir o futuro de Timor, ao mesmo tempo que somos obrigados a louvar a unanimidade que se foi formando pelo reconhecimento da justiça que mereciam os timorenses, e a acção diplomática

empenhada que começou a reagir à apatia e à indiferença quando a dor, para lá de insuportável, se tornou numa morte lenta e inevitável. -----

----- Agora que Timor pode dar os seus primeiros passos, agora que ele é um país jovem, agora que ele abraça o grupo de países livres de traçar o seu destino, Portugal volta a ser chamado a desempenhar um papel importante, senão crucial, no esforço de desenvolvimento que deve ser feito para tornar possível o sonho da independência. ----

----- No entanto, não podemos insistir no paternalismo em relação a Timor, sob pena de cairmos num retrocesso histórico e civilizacional. Que sejam Timor e os timorenses a escolher as suas utopias, democrática e serenamente. Nem tampouco poderemos deixar enredar-nos por nostalgias que não fazem hoje qualquer sentido, sob pena de nos desfásarmos do Timor que se vai construindo diariamente. Não podemos assumir uma postura de solidariedadezinha, de causa sempre lembrada mas sempre relegada e esquecida quando não aparece nas primeiras páginas. Timor é muito mais do que uma primeira página de um jornal, e merece muito, muito mais. Timor é um exemplo do mais humano que existe na vontade, na determinação. -----

----- Urge responder aos anseios dos timorenses, às suas necessidades, à sua vontade e é clara e absolutamente dispensável colocar-nos na posição de quem instruí, de quem sabe mais, de quem tem o monopólio dos modelos civilizacionais, políticos, económicos ou sociais. Colaborar é participar, não é determinar. E essa participação deve ser respeitadora da vontade timorense. Nem mais nem menos. -----

----- Só assim Portugal conseguirá participar de forma exemplar na nova fase da vida de Timor, entregando-se sem reservas, ao culminar de um sonho. Só assim poderemos estar orgulhosos de nós próprios, e assistir à consagração da fé, da justiça, da coragem, do bem. Só assim poderemos, como mais nenhum outro país, participar de livre consciência na celebração do dia mais feliz para milhares de pessoas que falam português, e em que se encerra o capítulo das atrocidades, dos massacres, da intolerância, da dor, do ódio, da brutalidade e da indiferença que Timor sofreu nas mãos do regime indonésio. -----

----- Nestes termos: -----

----- Delibera a Assembleia Municipal de Lisboa manifestar o seu total e consciente regozijo pela independência de Timor-Leste, manifestando-se disponível para participar, no âmbito de protocolos de cooperação, no esforço necessário à construção de Timor, dando o exemplo persistente de solidariedade efectiva, mobilizadora e exigente.” -----

----- (Subscrita por Deputados Municipais do CDS-PP, PPM, PSD e PS). -----

MOÇÃO N.º 5

----- “O Orçamento Rectificativo aprovado pela Assembleia da República, contemplou, entre outras medidas, o aumento do IVA e o fim da bonificação do crédito à aquisição de casa própria por parte das famílias com rendimentos mais baixos. -----

----- Sendo certo que o agravamento de 2% sobre a taxa do IVA que incide sobre os bens anteriormente sujeitos a uma taxa de 17%, não se aplica à construção de

habitação de custos controlados, não é menos certo que tem sido muito escassa a colocação no mercado de fogos abrangidos por este regime. -----

----- Assim, constatamos: que o acesso à habitação fica substancialmente dificultado para um leque muito amplo de famílias da classe média baixa e em particular para os jovens que buscam a sua primeira casa, como consequência do agravamento do preço final da habitação decorrente do aumento do IVA que incide sobre os factores de produção e em resultado do fim da bonificação das taxas de juro para financiamento da aquisição de casa própria. -----

----- De facto, ao contrário do que foi sugerido pelo Governo durante o debate na A.R., estas duas decisões têm efeitos muito expressivos. Fontes dos sectores imobiliários garantiram, em declarações à comunicação social, que o aumento do IVA se traduzirá num aumento efectivo do custo final da habitação. Por outro lado, um estudo divulgado pela DECO (através da revista "Dinheiros e Direitos") demonstra que, para um financiamento de 75.000 Euros (15.000 contos), a um prazo de 20 anos, com a bonificação máxima, a prestação mensal passa de 347,55 Euros (69.677 escudos) para 463,43 Euros (93.069 escudos), o que se traduz num agravamento superior a 33%. Quer isto dizer que se reduzirá de uma forma brutal o leque de famílias que podem resolver o problema da habitação através da aquisição de casa própria, engrossando o rol dos que passam a estar dependentes de outras soluções. ----

----- Nestes termos, os Deputados do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem que esta delibere: -----

----- 1- Reclamar do governo a adopção de medidas que estimulem a colocação no mercado de habitação a custos controlados, em especial de habitação cooperativa; ----

----- 2- Recomendar ao Governo que estimule o mercado do arrendamento, como forma de oferecer condições de fixação na cidade para os nossos jovens; -----

----- 3- Recomendar à EPUL a continuação e o desenvolvimento dos programas do tipo EPUL-JOVEM, para continuar a dar satisfação a uma enorme necessidade dos jovens; -----

----- 4- Recomendar à CML a continuação das políticas de apoio às actividades das Cooperativas de Habitação no Concelho.” -----

----- (Apresentada pelo PS) -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, aquando da visita que fizera ao Bairro das Galinheiras, juntamente com a Sra. Vereadora Helena Costa, no dia 17 de Maio, no sentido de se reiniciar a demolição dos edifícios desocupados, lhe tinha dito que se fosse Presidente daquela Junta teria feito intervenções em todas as reuniões da Assembleia Municipal até que o problema estivesse resolvido. Só que esse assunto – isto vai ficar em acta – já tinha sido várias vezes levantado na Assembleia Municipal, e inclusivamente em reuniões públicas de Câmara, por si e pela população da Ameixoeira. -----

----- Mas, visto que existia limitação de tempo para intervenção de todos os autarcas, na impossibilidade de usufruir de uma cedência de tempo da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a qual agradeceria se fosse possível, apelava-lhe que

aproveitasse esta ocasião para registar outros graves problemas que existiam no Bairro das Galinheiras, Freguesia da Ameixoeira, e que os resolvesse sem que fossem necessários novos milagres desencadeados pela comunicação social, como acontecera no referido caso. -----

----- Eram eles a construção de um centro de saúde para servir as populações da Ameixoeira e da Charneca; uma esquadra de polícia que era fundamental para reduzir o problema da insegurança; a resolução dos problemas das acessibilidades e dos transportes da freguesia, particularmente no Bairro das Galinheiras; o cumprimento do compromisso público de realojamento do chamado Bairro Novo até ao verão; etc. Como se via, eram muitos os problemas mas não podia ali levantá-los em todas as reuniões porque estava limitado no tempo. -----

----- Disse, ainda, que desejava salientar, pela negativa, o respeito e a colaboração com as Juntas de Freguesia por parte do Executivo camarário, e dava exemplos: a própria visita, aquando das demolições, apenas lhe tinha sido comunicada na hora do início da mesma, dificultando, assim, a sua presença no local e com claro prejuízo da sua vida profissional porque, como deviam saber, ainda havia pessoas que trabalhavam para além das responsabilidades e funções autárquicas que tinham. E, lamentavelmente, também não tinha sido avisada a Junta de Freguesia da Charneca, à qual pertencia uma parte do Bairro das Galinheiras. -----

----- Por outro lado, dava também o exemplo da visita do Sr. Presidente da Câmara à zona J de Chelas que nem sequer tinha sido comunicada ao Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, como outra visita à Freguesia de São Miguel, sem avisar a Junta, onde nem sequer conseguira entrar na piscina porque não tinha as chaves. -----

----- A terminar, perguntou qual teria sido o acréscimo de custos dessa estratégia de empreitadas que, com recurso aos vastos conhecimentos do Sr. Presidente da Câmara em matéria legal, permitiram agora resolver em 48 horas aquilo que deveria estar a ser feito desde o início do ano e que tinha sido interrompido aquando do início do novo mandato. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que ia referir-se à questão do espaço público na sua freguesia, que sendo do Lumiar era também da Cidade de Lisboa, porque entendia que o espaço público requeria tratamento e fiscalização. -----

----- Por exemplo, se se reparasse no que se passava ao longo da Av. Padre Cruz via-se que era uma zona que estava bastante degradada, conseqüentemente a precisar que fosse recuperado todo aquele espaço público ao longo dessa avenida, o mesmo acontecendo relativamente ao eixo Norte/Sul e a Alameda Ventura Terra. Aliás, no período de intervenção do público, um membro da Associação de Residentes de Telheiras levantara o problema da Quinta de Santana, e como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar não podia deixar de subscrever e salientar o facto de um elemento da população da freguesia vir à Assembleia Municipal levantar essa questão. -----

----- Mas, relativamente ao espaço público, desejava levantar um problema de extraordinária equidade que tinha a ver com um espaço existente na freguesia, designado por Parque Europa, ao lado do qual estava a Av. Vieira da Silva, também

ela com um renome europeu, mas entre as ruas Manuel Marques e Agostinho Neto havia um espaço em relação ao qual, há cerca de um ano, a SGAL oficiara à Câmara que deixava de tratar desse espaço ajardinado, com cerca de 5.000 m², e desde essa altura aquele espaço transformara-se numa matilha em que quer o parque infantil, quer os lagos que ali se encontravam, estavam em total degradação. Como estava presente o Vice-Presidente da Câmara, responsável pelos espaços públicos, estava plenamente consciente que ele, por aquilo que já se conhecia da sua actuação na cidade, iria pôr termo a essa situação com rapidez, porquanto não se compreendia que se designasse um determinado espaço de Parque Europa quando, em termos de espaços públicos, era qualquer coisa comparável ao terceiro mundo, o que era inaceitável. -----

----- Por outro lado, chamava também a atenção para a necessidade de uma campanha de sensibilização relativamente aos pombos na Cidade de Lisboa e também na sua freguesia. Com efeito, os pombos tinham adquirido na cidade uma simpatia bastante grande por parte da população, havia muita gente que lhe dava alimento, mas depois havia consequências, quer em termos do aumento da sua população, quer em termos de manutenção do espaço público, por vezes frequentado por idosos e por crianças, pelo que se tornava necessário fomentar uma campanha de sensibilização por forma a que relativamente a essas aves houvesse um procedimento correcto por parte da população. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse a primeira questão que ia colocar tinha a ver com o possível encerramento dos cursos nocturnos na Escola Gil Vicente, questão que hoje mantinha população e estudantes atentos já que, incompreensivelmente, sem que houvesse qualquer contacto com as autarquias, o Governo, a seu bel-prazer, decidira que os cursos nocturnos deixavam de ter funcionamento naquele estabelecimento de ensino. -----

----- Depois, disse que corroborava aquilo que havia dito o seu camarada Bruno Rolo, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, quanto ao facto do Presidente da Câmara e os Vereadores visitarem as freguesias e não terem o mínimo de respeito pelos Presidentes de Junta ao não informá-los dessas visitas, o que depois originava determinadas situações como aquela que acontecera ao Presidente da Câmara quando quisera entrar na piscina de Alfama, piscina essa que estava situada em São Vicente de Fora e o Presidente da Câmara andara-se a passear pelas freguesias de Santo Estevão, São Miguel e outras freguesias da zona à procura da chave da piscina, que, aliás, desde que a actual Vereação tomara posse as obras estavam paralisadas sem que se soubesse porquê. -----

----- A Junta de São Vicente de Fora tinha todo o gosto em abrir a porta ao Sr. Presidente da Câmara para poder ver a piscina, mas depois já não houve possibilidade para isso. -----

----- Os Presidentes de Junta não se sentiam donos das freguesias, mas era necessário haver uma certa complementaridade de trabalho, era importante que o Presidente da Câmara ou os Vereadores, quando pretendiam visitar as freguesias, avisassem as

respectivas Juntas para que estas os pudessem receber, o que faziam com gosto, e pudessem dar informações relativamente àquilo que iam ver. -----

----- Sobre os protocolos de delegação de competências, disse que eles estiveram a ser negociados entre o Sr. Vereador Pedro Pinto e as Juntas de Freguesia. Na altura foi dada informação ao Sr. Vereador que o conjunto de Presidentes de Junta do PCP lhe iriam enviar um memorando apontando questões com as quais não estavam de acordo, foram informados que aquilo que propunham tinha sido contemplado, mas ao terem conhecimento do protocolo que amanhã mesmo iria ser discutido em reunião de Câmara, desejavam manifestar que o que se pretendia poderia ser corrente noutros concelhos mas em Lisboa isso não podia acontecer, mesmo em mandatos anteriores nunca o tinham permitido, que era a Câmara tentar fazer um trabalho de controlo nas Assembleias de Freguesia, que eram órgãos eleitos como o era a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por isso, o Vereador em causa deveria ver o assunto e de novo discuti-lo e articula-lo com as Juntas de Freguesia, até porque havia Presidentes de Junta que desconheciam ainda as alterações que se pretendiam fazer. -----

----- Por outro lado, nas reuniões que tiveram com o Presidente da Câmara tinha ficado assente que, nalgumas situações, o problema dos prédios particulares, nomeadamente no casco velho da cidade, teriam que ser tidos em conta, o que, tanto quanto sabiam, na maioria das freguesias não era contemplado. -----

----- Quanto à cláusula que referia que as Juntas de Freguesia deviam mandar, trimestralmente, a demonstração de resultados da Freguesia, ou seja, ultrapassando a própria Assembleia de Freguesia e o Tribunal de Contas, era seu entendimento que a Junta não tinha que mandar para a Câmara Municipal as suas contas mas sim o resultado das transferências de competências. Aí estavam de acordo, o que se precisava era articular para saber como. -----

----- E quanto ao que se referia de que se determinada obra não estivesse a ser feita de acordo com as directivas da Câmara as Juntas teriam que devolver o dinheiro, disse que não concordavam até porque a fiscalização era feita pela Câmara. Tinha que se arranjar para aí uma redacção diferente. Recordou que na altura apresentaram uma proposta que não foi aceite, mas, de facto, era preciso discutir esse ponto. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra disse que o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora do Pelouro da Reabilitação Urbana tomaram já conhecimento de alguns problemas da sua freguesia e estavam a tratar deles. E tomaram conhecimento numa visita realizada à freguesia na semana passada, visita essa da qual tiveram conhecimento prévio porque foi articulada com a Junta. -----

----- No entanto, havia outros problemas na freguesia, dos quais o primeiro que apresentava se destinava ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, responsável pelo Pelouro do Trânsito, e que era o seguinte. Sendo um dos grandes problemas que tinham na zona a falta de estacionamento para moradores, desejava que, se possível, lhe fosse informado hoje, ou posteriormente para a Junta, o ponto da situação relativamente a um terreno expropriado em 1999, na Calçada do Combro, para a construção dum silo-

auto com a finalidade de tentar minorar os problemas de estacionamento dos moradores. Recordou que tinha sido por grande pressão da Junta de Freguesia que se procedera a essa expropriação, na medida em que o terreno estava abandonado desde 1990, altura em que ocorrera a derrocada. -----

----- Disse, depois, que desejava chamar a atenção da Câmara para um assunto, que não dependia só dela, mas para o qual a Junta, desde o anterior mandato, quer junto da Câmara, quer junto do Comando da Polícia, quer junto de diferentes entidades, vinha chamando a atenção. Dizia esse assunto respeito ao que se passava no Jardim de Santa Catarina, jardim esse que desde 1959, em função da nova divisão administrativa da cidade, passara, a seu ver indevidamente, para a Freguesia de São Paulo, mas o certo era que a Freguesia de Santa Catarina ia até ali e os moradores de sua freguesia eram especialmente incomodados por toda a bagunça e por toda a marginalidade que aí existia, apesar de ser um local emblemático de Lisboa. -----

----- Referiu, a propósito, que hoje mesmo vinha uma reportagem no jornal Público sobre a matéria, quando a contactaram achara a ideia ótima e dissera-lhes mesmo que era bom porque poderia ser que assim houvesse uma maior articulação das entidades competentes, nomeadamente também ao nível do Poder Central, para que esse problema fosse resolvido e fosse dada dignidade a um espaço que a merecia. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmento (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD ia votar contra as moções apresentadas pelo PCP e pelo PS sobre a condução da política económica por parte do Governo do PSD. -----

----- Tratava-se de um assunto que mais uma vez vinha à Assembleia Municipal, sem que fosse do seu foro, mas tinha ficado particularmente espantado com a Moção do PCP – também com a do PS mas sobretudo com a do PCP – porque pensava que o PCP vinha criticar a política económica do PS, vinha criticar a derrapagem do Orçamento de Estado, as contas mal feitas e a contabilidade artificial. É que nos últimos três anos o PS não conseguira acertar uma previsão económica: nem na inflação, nem no crescimento económico, nem sequer do défice orçamental. Aliás, a ano de 2001, sobre esse aspecto tinha sido um ano extraordinário: o défice começara por ser 1,2, depois já era 1,6, depois 2,2 e acabara em 2,8 mas sabia-se que era bastante mais. -----

----- Portanto, aquilo que o PSD estava a fazer era corrigir esse défice, era não permitir que o País se afundasse e principalmente não permitir que o País fosse à falência. -----

----- Disse, depois, que falar do IVA quando o défice era para ser 1,2 e acabara por ser 4,5, quando faltavam 600 milhões de contos de receita no Orçamento de Estado, era, quanto a si, demagogia. -----

----- Quanto ao dizer-se que o aumento do IVA prejudicava as classes menos favorecidas, referia que não queria ensinar fiscalidade a ninguém mas havia três taxas de IVA: a de 5%, a de 12% e a de 17%, e os bens essenciais como a alimentação, o vestuário, os transportes e a educação eram cobrados à taxa de 5% e continuariam a ser cobrados por essa taxa. A taxa em que o IVA aumentava era de 17% para 19%, ou seja, a taxa que incidia sobre os bens mais de luxo ou menos de primeira necessidade,

pelo que os mais afectados não seriam as classes mais pobres ou as famílias de menores rendimentos, mas sim os que mais consumiam bens considerados não essenciais. -----

----- Sobre a razão porque se aumentara o IVA disse que tal tinha a ver com o facto de ser o imposto mais rápido de cobrar. -----

----- Respondendo a vários apartes, disse: “os Senhores estão a falar mas nos últimos três anos nem acertaram no défice, os Senhores deixaram o País na bancarrota, os Senhores nos últimos três ambos não acertaram um valor”. Aliás, continuou, quem na noite de 16 de Dezembro disse que deixava o País num pântano político e no caos económico foi o Eng^o António Gueterres, não foi ninguém do PSD! -----

----- Portanto, era bom que o PCP e o PS percebessem que o Governo do PSD não aumentara o IVA por ser essa a sua intenção mas sim porque era absolutamente indispensável face à situação criada. Será que preferiam que o PSD não cumprisse o pacto de estabilidade? Será que preferiam que o País fosse multado e perdesse os Fundos de Coesão? -----

----- A terminar, dirigindo-se à bancada do PS, disse que parecia que o PS não tinha sido Governo durante seis anos! Poderiam falar muito mas a verdade era que o País decidira, e decidira muito bem. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “É hábito da Junta de Freguesia de Santa Justa, enviar o seu Boletim Informativo para todas as Juntas da cidade e para o Sr. Presidente da Câmara e todos os Vereadores. -----

----- Dias depois telefonaram do gabinete do Sr. Vereador Pedro Feist, a Dra. Maria Orísia (Vereadora substituta), que precisava de falar comigo com urgência. A funcionária da Junta deu-me o recado no dia seguinte. -----

----- Quando liguei para a Senhora, pensando que era por causa do apoio pedido para o 8^o Grande Prémio de Atletismo de Santa Justa, foi-me dada a seguinte resposta: ‘Sr. Presidente está tudo despachado, mas o Sr. Vereador Pedro Feist não gostou muito de um artigo do seu Boletim’. -----

----- O artigo era sobre eleições legislativas, que nem sequer têm a ver com a vida Autárquica e no fim da conversa, que teve da minha parte a devida resposta, já não era o artigo mas sim uma palavra que ainda por cima estava entre aspas. -----

----- É esta atitude mesquinha que aqui denunciámos e repudiamos vivamente e que julgávamos banida nos tempos de hoje. -----

----- A prática democrática já tem 28 anos e é preciso não esquecer que os eleitos das Juntas são eleitos da mesma forma que os da Câmara e têm uma actividade autónoma.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que ia aludir às moções apresentadas, mas, antes disso, pretendia trazer à colação uma outra matéria que muito os preocupava e que tinha sido trazida para o debate público pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da EMEL. E aproveitava para desde já fazer um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, que não estava presente mas estava

muito bem representado e certamente lhe seria transmitido, que consistia no facto do PS entender que essa matéria merecia ser tratada com grande seriedade. Era uma questão que tinha a ver com a Cidade de Lisboa e muito lamentariam se a Câmara Municipal estivesse a tratar o tema EMEL apenas e tão só com a intenção de esvaziar a empresa para mais facilmente a alienar para o sector privado. Aliás, recordava que numa das primeiras aparições públicas do Sr. Presidente da Câmara tinha sido deixada essa intenção. -----

----- Seria um terrível erro para a Cidade de Lisboa, para a sua gestão enquanto espaço público, que se desviasse, como lhes parecia que se estava a procurar fazer, o tema central daquilo que era o problema da EMEL, problema esse que não era certamente uma questão de índole financeira, já que a empresa não teria dificuldade em subsistir, e subsistir bem. -----

----- O problema da EMEL, como era público e notório sobretudo para aqueles que o têm acompanhado com seriedade, era que a EMEL vinha tendo um enorme problema em termos de policiamento. Isso exigia uma enorme seriedade da parte de todos, não podia nem devia sobre essa matéria haver ali política partidária, não podia haver sobre a matéria uma preocupação de direita ou de esquerda, porquanto se tratava de uma empresa absolutamente essencial para a estabilidade da cidade e, sobretudo, para o usufruto do espaço público pelos cidadãos. -----

----- Portanto, o apelo que faziam ao Sr. Presidente da Câmara era que procurasse junto do Governo que a PSP actuasse, que fizesse aquilo que deveria fazer e não fazia, infeliz e lamentavelmente, porque foi essa situação que colocara a EMEL no estado em que a empresa se encontrava. Para essa luta o Sr. Presidente da Câmara poderia contar com o empenho da bancada do PS, porque era uma luta que merecia o empenho e a participação de todos. -----

----- Seguidamente, passando à apreciação das moções, disse que a que apresentaram, referente ao orçamento, tinha sido mal interpretada pelo colega do PSD já que ela não representava nenhum ataque ao Governo mas, pelo contrário, uma preocupação com a qualidade de vida dos jovens da Cidade de Lisboa. O PS não pretendia atacar o Governo mas sim defender os jovens, e não só. -----

----- Era evidente que era incómodo que referissem que tinha havido um agravamento da taxa do IVA, mas não tinha sido o PS que aumentara o IVA de 17 para 19%, foi o Governo! Portanto, era um facto, e como facto que era tinham que o referenciar. Não estavam a criticar, estavam a constatar que era um facto! Até ao momento não tinham nenhum problema económico no País, tinham apenas e tão só um problema orçamental, e o actual Governo, lamentavelmente, estava-os a conduzir para um problema económico. -----

----- Seguidamente, disse que desejava salientar e saudar aquilo que foi a gestão passada do seu camarada Fernando Saraiva, enquanto Presidente da EPUL, e, a propósito disso, fazia um pequeno parêntesis para dizer que agora com o novo Governo do PSD e com a nova gestão do PSD e do PP na Câmara não havia *jobs for the boys*, só que continuavam a assistir dia-a-dia a um corrupio interminável de

nomeações. Mas esses não eram *jobs for the boys!* Não, esses eram outra coisa, vinham da direita já não eram *jobs for the boys!* -----

----- Disse, ainda, que na Moção apenas se preocupavam em recomendar ao Governo que não deixasse de ter uma especial atenção com os jovens, porque, pelo menos aparentemente, o actual Governo tinha um problema com os jovens. Estava a atacar os jovens, por exemplo, quando acabava com o crédito bonificado com o argumento de que haveria muitas irregularidades na sua atribuição. Apetecia-lhe mesmo perguntar se quando uma qualquer medida tinha um incumprimento, pura e simplesmente se extinguiu essa medida prejudicando todos, eventualmente prejudicando mesmo 99% dos seus beneficiários em detrimento de apenas 1 ou 2% que eram aqueles que estavam a ser beneficiados indevidamente. Esta era uma situação lamentável a todos os títulos e que demonstrava a visão errada que o PSD tinha dessas matérias. -----

----- E quando apresentavam esta Moção faziam-no conscientemente de que na sociedade portuguesa as pessoas iriam sentir o aumento do custo de vida que a referida medida iria provocar. -----

----- Quanto aos seis anos de governação do PS, disse que era evidente que tinham orgulho nessa governação, mas não era isso que estava hoje em causa. O que estava em causa era que tinham um governo do PSD e era a esse Governo que tinham que referenciar-se. E era importante ter-se memória, porque quando se referia o estado em que estavam as finanças no fim do Governo do PS deveria ter-se também presente o estado em que as finanças estavam no final do mandato do Governo de Cavaco Silva, porque, nessa altura, o défice orçamental era de 4,6%. Era importante que se referisse isso, porque se agora falavam de um défice monstruoso não podiam esquecer que, de facto, em 1995 o défice era de 4,6%. Esta era uma questão insofismável que não havia forma de contradizer. -----

----- Sobre a Moção do PCP, que o PS também subscrevera, disse que apresentaram essa Moção conjunta sobre, por um lado, o serviço público da televisão, por outro lado o serviço público da Radiodifusão Portuguesa e, por outro lado ainda, a forma inacreditável e inaceitável como o actual Governo estava a pretender tratar desse tema. -----

----- O PS defendia o modelo de serviço público que era o modelo de serviço público unanimemente existente na União Europeia, com excepção do Luxemburgo como também se referia na Moção, onde todos os países tinham dois canais de serviço público. E era evidente, no entender do PS, que quando havia a ideia de entrar a varrer sobre a RTP a única intenção que havia não seria resolver o problema da RTP mas apenas e tão só resolver um problema financeiro dos privados. -----

----- Esta era uma questão que se procurava desviar, era uma questão que não se tinha discutido, o PSD, com alguma habilidade, procura fazer alguns *fait-divers* no sentido de não se discutir a questão dos 10 milhões de contos de publicidade que seriam retirados da RTP para serem apenas para o bolso das privadas, mas era evidente que se tratava de matéria sobre a qual merecia a pena que se reflectisse. Até porque o Sr. Ministro da tutela, Nuno Morais Sarmento, o tal Ministro que, lamentável e tristemente, mentira ao País num facto que acontecera ou não num Conselho de

Ministros – ninguém sabia – esse Sr. Ministro que não tinha certamente, reconhecera a bancada do PSD, dignidade para exercer o seu cargo, num afã de recordar talvez as suas reminiscências enquanto pugilista, dos seus tempos gloriosos passados, entrara com a intenção de varrer a RTP. Mas varrendo de uma forma escabrosa, porque, por exemplo, ainda ninguém ouvira dizer ao Sr. Ministro, ou a qualquer outro membro do Governo – curiosamente sobre esta e outras matérias o Primeiro Ministro nada dizia, aparentemente esta matéria e outras não interessariam ao Governo – como seria que, por exemplo, se resolveria o passivo da RTP. -----

----- Aliás, aquilo que se ouvira dizer sobre essa matéria foi: “não pagamos”. Se calhar, procurava-se recordar algum período passado em que o líder do PSD militava noutros partidos da extrema esquerda, onde também era moda utilizar *slogans* desse tipo, mas agora estavam em pleno século XXI e o Governo do País teria que ser responsável e dizer o que queria fazer com o passivo. Não bastava dizer que se ia acabar com a RTP, não bastava dizer que se ia alienar um dos canais, tinha que se dizer o que se queria fazer, porque mesmo que se alienasse um dos canais se não houvesse uma forma para alienar o passivo ele continuaria lá. -----

----- Ainda acerca deste assunto, disse que importava recordar que a situação da RTP se começara a degradar quando o Prof. Aníbal Cavaco Silva, em 1991, resolvera acabar com a taxa, e agora o Governo teria que dizer ao País como queria resolver o problema, não podia pura e simplesmente dizer: extinga-se! -----

----- Isto para não referenciar uma coisa extraordinária que acontecia em pleno século XXI, que era um Governo de um país da União Europeia, de um país democrático, onde havendo um Conselho de Opinião, legalmente constituído, que tomava uma opinião nos termos dos seus estatutos, vir dizer que a decisão era ilegítima porque tinha sido contra a sua vontade e logo tratar de mudar a lei. Isso era inadmissível! -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que desejava que o orador anterior esclarecesse se a situação económica e financeira da EMEL era ou não grave, conforme tinha sido noticiado e parecia ser público. -----

----- Em relação à fiscalização e policiamento, que ao que parecia era um dos problemas graves da EMEL, desejava saber se essa questão tinha sido resolvida pelo anterior Executivo. É que, pelo menos aparentemente, não teria sido resolvida nem mesmo propostas teria havido nesse sentido. -----

----- Perguntou, ainda, se o anterior Executivo sempre pagara atempadamente e pelo justo valor os trabalhos que a EMEL, de forma bastante frequente e recorrente, prestava por conta da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que o PS mais uma vez, afastado do poder, tinha acessos de imaginação e de inspiração descobrindo, algures num cofre que estava perdido, as soluções milagrosas para os problemas do País. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que até estava de acordo com a substância do que foi dito pelo Deputado Municipal José Rui Roque, porque, no fundo, de uma forma correcta o que o aludido Deputado Municipal fizera foi o elogio da EMEL. -----

----- Aliás, essa era também a sua preocupação já que entendia que a EMEL, enquanto empresa pública municipal, vinha prestando à cidade um belíssimo trabalho. -----

----- Relativamente a propostas feitas ou não pelo anterior Executivo, disse que neste momento a sua posição não era a de atacar o Executivo actual ou o anterior, isso não lhe interessava. A sua única preocupação era procurar encontrar uma solução para o problema, não era atacar ninguém! -----

----- De resto, no que dizia respeito à PSP, era público e notório que o actual Executivo, tal como o anterior, não tinha qualquer competência em relação a essa matéria. Portanto não era sua intenção atacar o Executivo municipal mas antes, pelo contrário, apelar-lhe a que ajudasse a fazer uma coisa de que a cidade necessitava. -----

----- Disse, a terminar, que se a EMEL não fosse uma empresa viável era evidente que durante anos e anos não teria andado a contribuir para os cofres da Câmara com a receita que contribuía, e essa era uma matéria que não poderia ser olvidada porque era um facto também indesmentível. Não se podiam esquecer que nos termos dos estatutos iniciais da EMEL a empresa contribuía com 50% da sua receita para o património municipal e, para além disso, cumprindo directivas da Câmara Municipal, algumas delas aprovadas pela Assembleia, fizera imensas obras para a cidade das quais, se calhar, não teria sido devidamente ressarcida. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, disse que a Moção relativa à RTP e a RDP já tivera quatro versões para sintetizar propósitos do PCP, depois acrescentados pelo PS. Estavam tão nervosos quanto a essa matéria que já nem se sabia se a actual seria a versão final ou se porventura estaria ainda uma outra a ser produzida. -----

----- Na sua opinião, o único propósito que os Deputados Municipais do PCP e do PS tinham consubstanciado na Moção era, objectivamente, difundir e ampliar a ressonância que essa matéria vinha tendo, através de alguma manipulação nos meios de comunicação social, nomeadamente a RTP, com o objectivo último e único de obstrução à acção do Governo. Mas lembrava que o Governo tinha sido eleito pelo povo português, de quem recebera a maioria da votação e consequentemente o direito para exercer o poder, mas exercer melhor que o anterior Governo. -----

----- Apelou a que metessem a mão na consciência e pensassem no desastre da RTP. Invocava-se na Moção que tinha sido o PSD que iniciara o descalabro na RTP, mas pedia que tivessem em atenção qual era o défice da RTP em 1995 e o défice que tinha agora, que atingia valores na ordem dos 320 milhões de contos. Isso era um desastre!--

----- A oposição tinha que ver a gestão escabrosa que se estava a desenvolver na RTP, nomeadamente porque não aproveitava os seus recursos e as suas infra-estruturas para a rentabilizarem. Sobretudo para a produção de programas, em que a RTP tinha meios técnicos, equipamentos e instalações para os produzir, entregava-os a privados para que fossem eles a produzi-los para a própria RTP. Isso com a conivência de alguns elementos da RTP, porque, inclusivamente, alguns empregados da RTP chegaram a trabalhar para esses produtores independentes. -----

----- Portanto, a gestão que estava à frente da RTP ou não existia ou então andava muito distraída. E, por outro lado, era espantoso também que viessem agora ali

derramar lágrimas de crocodilo manifestando-se solidários com os trabalhadores da RTP, e perguntava com quais trabalhadores eram solidários: com o Emídio Rangel, a Alberta Matos Fernandes e outros que tinham ido da SIC para a RTP com ordenados milionários; com os membros do Conselho de Administração também com ordenados milionários; ou com os restantes trabalhadores, que eram cerca de 70% e recebiam até 400 contos por mês. -----

----- Por isso, ninguém tivesse ilusões, o Governo tinha que governar, tinha que gerir para repor a verdade da gestão onde ela fazia muita falta, porque, não sendo assim, seriam todos aqueles que pagavam impostos a pagar a factura. -----

----- Disse, ainda, que os trabalhadores da RTP que efectivamente sempre foram trabalhadores dedicados à causa, não tinham que ter medo porque o PSD sempre foi um partido solidário com os verdadeiros trabalhadores, estava preocupado em resolver os seus problemas e iria resolvê-los, mas não seria com certeza conivente com situações de autêntico escândalo que se passavam a nível da RTP. Aliás a oposição sabia disso e tinha plena consciência de que essas situações se passavam, mas pelo facto da sua acção ir deliberadamente no sentido de obstruir a acção do Governo, apresentara a referida Moção nos termos e com os propósitos nela expressos. -----

----- Referiu que a RTP era uma instituição digna e muito importante para a divulgação da cultura portuguesa e com certeza seria encaminhada da melhor forma para servir os desígnios do País. Não se tratava de acabar com o serviço público da RTP como a oposição proclamava, porque a RTP manteria o serviço público, seria reformulada, seriam extraídos os abcessos que lá existiam em excesso e, reposta a verdade da gestão, ela seguiria o seu rumo a gerir os destinos da instituição e dentro dos parâmetros de seriedade que o PSD sempre imprimia à sua dinâmica de gestão nas diversas causas em que se envolvia. -----

----- Por isso, pedia que estivessem descansados, que não se enervassem, porque o PSD sabia perfeitamente aquilo que tinha que fazer, os rumos que ia trilhar e qual o melhor caminho a dar à instituição. -----

----- A terminar, disse que a opinião do Conselho de Opinião, legitimamente expressa, se calhar não traduzira na totalidade a verdadeira consciência dos seus membros. Ela foi única e exclusivamente uma medida de alguma manipulação e, por isso, a oposição ficara aflita com a decisão tomada pelo Governo no sentido de, através de um decreto-lei, acabar também com esse abcesso e seguir o seu destino em relação ao caminho que efectivamente deveria seguir. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “A questão da RTP envolve diversos e complexos contornos que é necessário separar e analisar com alguma isenção, abertura de espírito e sobretudo à luz da racionalidade económica e da justiça e equidade social. -----

----- Em primeiro lugar a situação económica e financeira da RTP. -----

----- É sabido que sob o ponto de vista empresarial a RTP está falida. O capital próprio é negativo o que significa que a empresa não é do accionista mas sim dos credores! Numa economia de mercado, naturalmente seriam estes a solicitar a falência

da RTP dada a impossibilidade de honrar os seus compromissos de forma autónoma. Não é caso inédito na União Europeia em que ainda recentemente observamos exemplos de cessação de actividade por parte de grandes empresas que também prestavam serviços de interesse público. Nestas circunstâncias as entidades judiciais fariam a partilha da massa falida segundo o estipulado na lei e a empresa cessaria a actividade. -----

----- Senhores Deputados Municipais, já meditaram nas consequências de uma tal atitude? -----

----- Não foi esta a orientação do Governo, mas seria certamente o resultado a curto prazo se não fosse estabelecida uma estratégia de recuperação e reordenamento da RTP enquanto estrutura empresarial que desde sempre lhe foi conferida pelo Estado mesmo antes da Revolução de Abril. -----

----- O Serviço Público. -----

----- Começo por recordar, nesta matéria, que ainda ninguém definiu o conceito de “Serviço Público”. Aliás penso que é impossível definir um conceito abstracto. O que na realidade pode existir e ser concretizado são “Especiais Obrigações de Serviço Público” que o Estado entende determinar. Nestes precisos termos o CDS-PP concorda e apoia o estabelecimento de especiais obrigações de Serviço Público por parte do Estado, de forma contratualizada e com a outorga da respectiva compensação indemnizatória. -----

----- Em suma, trata-se de estabelecer com o Estado contratos de prestação de Serviço Público, de preferência sectorizados e com clara identificação de entidade responsável pela contrapartida pecuniária. -----

----- O CDS-PP defende a existência de um canal detido pelo Estado, através da RTP, predominantemente vocacionado para cumprir as especiais obrigações de Serviço Público que o Estado entenda contratualizar com os operadores televisivos, ou numa perspectiva mais ampla com operadores audiovisuais. -----

----- Outro aspecto crucial da questão é o financiamento que está intimamente relacionado com a publicidade. -----

----- O CDS-PP entende que se devem harmonizar as condições de concorrência televisiva e que essa é uma função normativa do Estado enquanto garante da livre iniciativa e da economia social de mercado, que nós defendemos, em que o Homem e a Família – célula base da sociedade – são a medida de todas as coisas: O Homem e a Família com os seus anseios fundamentais de liberdade, de progresso social, de justiça e de bem-estar, nunca poderão ser dirigidos por quaisquer esclarecidas decisões de tecnocratas ainda que disfarçadas sob o manto diáfano do culturalmente correcto. -----

----- Estabelecer contratos de prestação de Serviço Público com os operadores televisivos significa desde logo assumir responsabilidades políticas e públicas para o futuro do audiovisual as quais deverão ser prosseguidas com independência de todos os poderes não democráticos. Ao Estado caberá a responsabilidade de assegurar o funcionamento imparcial e justo da economia social de mercado, livre de qualquer concentração unilateral do poder. -----

----- Para tanto apelamos ao Governo para estabelecer um quadro legal apropriado e assegurar o cumprimento das regras do jogo instituído. -----

----- Os poderes social e do Estado devem ser controlados e equilibrados para evitar que degenerem em arbitrariedade, exploração fraudulenta, equívocos e injustiças. -----

----- É certo que haverá sempre diferença entre o poder exercido pelas grandes e pequenas empresas. Seria absurdo negá-lo. Mas é o preço que temos de pagar pela liberdade do desenvolvimento. Manter este preço tão baixo quanto possível é função que cabe às leis e regulamentos e à vigilante supervisão das autoridades responsáveis. -

----- Na concorrência – entre as estações televisivas e através dos contratos de Serviço Público – residirá a formação da máxima eficiência e o combate ao excesso de domínio de mercado estimulando, simultaneamente, a adaptação dos produtos a novas circunstâncias como as mudanças de hábito dos consumidores, novas modas, enfim às novas necessidades dos cidadãos telespectadores.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que em relação à Moção sobre Timor, apresentada pelo PCP, o Bloco de Esquerda iria votar a favor já que Timor fazia parte do património e da história de Portugal, não desde ontem mas desde 1974. Mas não votariam favoravelmente a Moção do CDS-PP, não pela sua parte resolutiva mas sim porque nos seus considerandos continha uma série de critérios e de análises que, nomeadamente na semana em que um membro do Governo vinha dizer que tinham uma religião oficial em Portugal, achavam melhor terem um Estado separado da religião, e quando falavam de Timor falavam do Estado e não falavam da religião. Portanto, nessa Moção, abster-se-iam. -----

----- Mas votariam a favor das moções apresentadas sobre o Orçamento de Estado, elucidando o Deputado Municipal do PSD que falara sobre a matéria que, em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda não estivera seis anos no Governo, não tinha nada a ver com esse Governo e sempre tinha estado na oposição a ele, e, em segundo lugar, porque não se tratava de um problema da rapidez de ir buscar dinheiro. Se se tratasse de rapidez, uma vez que se estava próximo do campeonato do mundo, talvez se pudesse ir buscar qualquer atleta que pudesse correr atrás dos impostos que fugiam ao fisco diariamente. Tratava-se de uma opção objectiva, clara e precisa de ir buscar dinheiro a um sítio e não ir buscar dinheiro a outro sítio. A banca, pelo menos no ano 2000, tinha tido um milhão de contos de lucro por dia e não pagara impostos sobre tal, essa é que era a realidade, e ia-se buscar dinheiro não à banca e aos grupos financeiros mas sim ao bolso dos portugueses que passariam a pagar mais 2% sobre o IVA. -----

----- Era certo que havia um descalabro nas contas, que a gestão do Governo anterior esteve mal, sempre se opuseram a ela, mas o problema era que se ia buscar dinheiro a um sítio que não era o sítio onde se deveria ir buscar, e por isso o Bloco de Esquerda se opunha a que mais uma vez fossem os do costume a pagarem a crise. -----

----- Relativamente à Moção apresentada sobre a RTP disse que também votariam a favor, e votariam a favor porque não estavam de acordo com a tática do ladrão que gritava “agarra que é ladrão”. Os Deputados Municipais do PSD, tal como o Governo, falavam que era um descalabro a gestão da RTP, o que era evidente e só podia ser

negado por quem quisesse meter a cabeça na areia como a avestruz, lamentavelmente os dirigentes do PS só agora haviam reparado nisso se bem que mais valesse tarde que nunca, porque enquanto estiveram no Governo nunca tiveram coragem para isso, mas era evidente que agora era fácil dizer que a RTP estava num descabro quando queriam apoiar e proteger mais uma vez o capital financeiro, mais uma vez as acções da PT, nomeadamente os participantes dessas acções que eram as grandes financeiras americanas das reformas, as grandes detentoras do capital da PT. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal do PP referira que se a RTP estivesse no mercado ela estaria na falência, ao que respondia que se a RTP estivesse no mercado não haveria accionista que conseguisse impor à RTP que pegasse num património de milhões de contos, que eram as suas antenas, e o entregasse de mão beijada a uma empresa que queria privatizar as suas acções para que elas subissem na banca para conseguir vendê-las, nomeadamente a americanos. Esta era a realidade pura e dura! Portanto, era evidente que se se retirava grande parte do património, se se punha a televisão a pagar cinco vezes mais do que pagava antes à PT, por mês, por uma coisa que já tinha pago e não lhe entrava um tostão na caixa, só se fazia por aumento de capital, era fácil dizer agora que aquilo não dava quando se lhe retirava essa riqueza. -----

----- Mas porque já se tinha falado muito sobre essa matéria, desejava apenas que fosse esclarecido, na Assembleia Municipal, qual era a nova regra democrática do País. Já tinha ouvido, com espanto, o Sr. Ministro Morais Sarmiento dizer, na noite em que o Conselho de Opinião dera um parecer desfavorável, que tal decisão era ilegal. Admitia que o Sr. Ministro pudesse ter a opinião de que a decisão era ilegal, mas já não entendia que quando houvesse uma decisão ilegal se mudasse a lei. Ou seja, se alguma pessoa fosse apanhada na rua a roubar, o que era um acto ilegal, a resposta que davam a esse acto ilegal seria mudar a lei para passar a ser permitido roubar? Se alguém fosse apanhado a fazer traficância e se se dissesse que tal era ilegal, a solução seria alterar a lei para a traficância passar a ser legal? -----

----- De facto, se era certo que o Governo tinha um mandato dado pelo povo para governar, também era verdade que tal não significava que tivesse um mandato com um poder absoluto, e por isso existiam outras instituições, outras regras, existiam Assembleias Municipais, Câmaras Municipais, Poder Autárquico, Presidente da República, vários Conselhos de Opinião, etc. Portanto, o problema era se cada vez que alguém se opusesse ao Governo, o Governo apresentaria uma lei para demitir esse órgão. E a pergunta que fazia era se um dia a Câmara ou a Assembleia Municipal de Lisboa aprovasse uma coisa que, clara e frontalmente, pusesse em causa uma decisão do Governo, o Governo faria uma lei que pusesse em causa os poderes da Câmara ou da Assembleia Municipal de Lisboa! -----

----- **O Deputado Municipal António Proa (PSD)**, no uso da palavra, disse que passavam hoje oito dias sobre a concretização do sonho dos timorenses, que tinha a ver com a realização de uma aspiração legítima, mas tantos anos negada, um sonho pelo qual sofreram e morreram muitos timorenses. Um exemplo de coragem, de

persistência e de sacrifício de um povo tantas vezes deixado à sua sorte mas que finalmente vencera. -----

----- Por isso, era com emoção, mas também com satisfação, que recordava os anos de 1994 a 1997, em que, enquanto membro da Assembleia Municipal de Lisboa, sempre ali apresentara moções chamando a atenção para o problema que então se vivia em Timor-Leste e que era ainda na altura ignorado por muitos portugueses e especialmente pela generalidade da comunidade internacional. -----

----- Hoje, usava da palavra para saudar o povo de Timor pela sua independência, pela concretização do sonho e pelo seu admirável exemplo de persistência. -----

----- Mas desejava também deixar ali uma palavra de saudação e respeito pela memória de todos quantos morreram na luta pela independência de Timor, não assistindo àquele dia 20 de Maio que foi a concretização do sonho pelo qual morreram. -----

----- Relativamente às moções apresentadas sobre Timor, disse que o PSD, se os seus autores assim o entendessem, desejava subscrever as mesmas porque era importante que a Assembleia Municipal de Lisboa, a uma só voz, desse um sinal claro de satisfação pela independência, finalmente, do povo de Timor-Leste e pelo nascimento da nova nação de Timor-Leste. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que estava distribuída uma única Moção que resultava da fusão das duas anteriormente distribuídas sobre a questão da RTP e da RDP, e a solidariedade dos subscritores com os trabalhadores dessas duas empresas. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Ministro da Presidência e da tutela da comunicação social começara a tratar esse *dossier* com os pés, já que começara exactamente ao contrário, ou seja, sem querer ouvir a sociedade civil, sem querer ouvir os parceiros sociais e sem querer ouvir os Conselhos de Opinião, que tinham uma representatividade nacional das diferentes organizações com valor e com opiniões para dar sobre o assunto. -----

----- De facto, o Sr. Ministro não quisera reflectir, não quisera ouvir, não quisera avaliar, mas apenas começar a varrer, e era contra isso que estavam, naturalmente. Aliás, os abcessos tinham começado em 1991, com o Governo de Cavaco Silva, como, de resto, era referido na Moção. -----

----- Disse, ainda, que neste momento o Estado devia 120 milhões de contos à RTP, já que não tinha pago as indemnizações compensatórias consignadas no contrato de concessão. -----

----- Questionou quem tinha feito e quem continuava a fazer formação para os canais que existiam nas televisões privadas, respondendo ela própria de seguida que tinha sido e continuava a ser a RTP. -----

----- Também não podiam esquecer que a RTP e a RDP tinham um manancial de informação e de arquivos que eram muito apetitosos e para os quais as privadas estavam a olhar. Ainda ninguém ali tinha referido isso, se calhar não convinha, mas era importante que ficasse bem claro porque, de facto, eram patrimónios muito ricos e

muito caros que calavam muito fundo ao povo português e que eram dos melhores da Europa e do Mundo. -----

----- Seguidamente, disse que sendo o Estado uma pessoa de bem, o Sr. Ministro, naturalmente, não deveria ter tido um comportamento como aquele que realmente teve, já que mentira claramente e sendo pessoa de bem não o podia fazer. Como podiam acreditar numa pessoa que num dia dizia que na agenda do Conselho de Ministros não tinha sido tida em conta a questão da RTP, e no dia seguinte dizia exactamente o contrário, que tinham sido avaliados todos os cenários? Como se podia acreditar numa pessoas dessas à frente dum Governo com essa responsabilidade? -----

----- Seria uma contradição? Não, para si era uma mentira! -----

----- Lembrou que aquando da criação dos Conselhos de Opinião, o PSD queria que eles tivessem mais força e tivessem mais poderes que aqueles que lhes foram conferidos, mas agora, porque não lhe agradava, extinguiu-se a lei. -----

----- Referindo-se à Moção sobre o IVA e o crédito bonificado, disse que ainda um destes dias o Sr. Ministro do Trabalho apelava aos jovens que tivessem mais filhos, o que a levava a perguntar como se podia ter mais filhos se se cortava o direito à habitação e se falava na moderação salarial. Como poderiam os jovens organizar a sua família? Naturalmente era um direito de toda a gente, mas como era que estava a ser conduzida essa política? -----

----- Continuando, disse que O Governo queria fazer pagar essa factura a alguns, que eram sempre os mesmos, os mais desprotegidos da sociedade, os jovens, os idosos e os trabalhadores com menos rendimentos. E a tributação das mais-valias para quando? O que era dito sobre isso? E os *off shores* da Madeira? Os 400 milhões de isenções fiscais onde ficavam? -----

----- Rematou dizendo que aquelas muito boas intenções que há pouco se ouviram sobre a família, quase Deus Pátria e Família, cheiravam-lhes a pérolas do antigamente. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, disse que a sua freguesia, ao longo dos últimos anos, tinha sido pouco cuidada por parte da Câmara. Recordou que no início do mandato alertara que iria ser uma voz incómoda, que dava um prazo, e esse prazo extinguiu-se. -----

----- O que acontecia era que não havia regras na Freguesia da Encarnação. Os serviços da Câmara tinham conhecimento exacto em relação ao trânsito, ao estacionamento e à segurança, circulava-se e estacionava-se em todas as ruas, não importava se elas eram ou não condicionadas ao trânsito ou se eram pedonalizadas ou não. Por tudo isso a PSP passava como cão por vinha vindimada, não queria saber do que se passava nas ruas da Encarnação, onde os pilaretes eram arrancados, os sinais de trânsito vandalizados. A PSP nada fazia! -----

----- Disse, depois, que foi grande defensora, e era, das ruas pedonais e da qualidade de vida para os moradores e para os visitantes do Bairro Alto, mas a situação, tal como estava, não era possível manter por mais tempo. A Câmara, se tinha dúvidas, que fosse ver, que perguntasse à Polícia Municipal que ultimamente tinha ido mais

vezes ao Bairro Alto, e ainda bem, porque realmente não era possível viver naquelas condições e a população estava revoltada porque considerava que nada era feito. -----
----- Por essa razão, solicitava que a Câmara olhasse para o histórico Bairro Alto e visse o que era preciso fazer. -----
----- Contou que há dias um empreiteiro, contratado pelo Gabinete Técnico do Bairro Alto, arrancara os pilaretes para fazer uma obra, pusera uma corrente, agora estavam carros estacionados e a PSP, pasme-se, dizia que não podia tirar de lá os carros porque estavam bem estacionados. Era assim que as coisas se passavam! -----
----- Portanto, insegurança, condicionamento do trânsito, controlo do trânsito e novamente controlo do ruído também. -----
----- Por fim, disse que queria que ficasse registado que nada tinham contra o Espaço Fátima Lopes, mas queriam que ela cumprisse a lei porque para a Junta de Freguesia não havia cidadãos de primeira nem de segunda só porque eram conhecidas do *jet set*. Para a Junta de Freguesia todas as pessoas eram iguais, com os mesmos direitos e com os mesmos deveres. -----
----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, depois de saudar a independência de Timor e referir que se associavam às moções apresentadas sobre a matéria, leu o documento que a seguir se transcreve: -----
----- “Em relação à Administração Pública e às medidas em curso deste Governo gostaria de reafirmar o que aqui já anteriormente afirmei em diversas iniciativas, em particular a propósito da constituição de empresas municipais, como foi o caso da empresa municipal de desporto: -----
----- Desde logo, que a Administração Pública deve ser entendida como um todo e não pode continuar a ser objecto de intervenções avulso e medidas reactivas a cada problema que conjunturalmente é encontrado. -----
----- Neste sentido será tão devastador e desarticulador da Administração Pública o anterior delírio multiplicador de entidades e organismos da Administração como será agora a não menos enraivecida acção de corte e encerramento de entidades e organismos. -----
----- E este problema assenta numa questão de princípio: a reforma da Administração Pública tem que passar em primeiro lugar pela definição do que são as funções e serviços que são competência e obrigação pública a par da definição das normas e procedimentos administrativos no sentido de assegurar eficiência e dinamismo, transparência, isenção e imparcialidade e isenção dos gastos públicos que hoje claramente não acontece: as regras não só são burocratizantes como não tornam os processos imparciais e transparentes. -----
----- E só depois poderá ser feita uma estruturação dos serviços e organismos e só depois poderemos definir quais são os trabalhadores que serão necessários e onde e que recursos são necessários para o melhor cumprimento das obrigações públicas. As medidas adoptadas pelo actual Governo enfermam dos mesmos vícios que as dos anteriores, sucessivamente. -----
----- A discussão sobre a Administração Pública precisa de ser recentrada. O problema não está nos trabalhadores (em quantos são, onde estão ou quanto recebem). O

problema está nas decisões políticas e de gestão dos sucessivos governos e responsáveis políticos e na falta de uma definição e orientação do serviço público. São esses que efectivamente têm responsabilidades. -----

----- É absolutamente intolerável responsabilizar os trabalhadores, confrontados por um lado com níveis de produtividade que serão sempre em primeiro lugar responsabilidade da organização dos serviços e seus administradores e, por outro, tomando a parte pelo todo quer quanto ao empenhamento, motivação e competência desses trabalhadores, quer quanto às suas remunerações, como hoje já aqui ouvimos (a referência a salários de dois trabalhadores como se fosse a situação generalizada e fazer disso o ponto de partida da discussão sobre o serviço público). -----

----- Em relação ao serviço público de televisão lembrava só o que afirmamos aquando da nossa intervenção a propósito do 25 de Abril: ‘importa termos uma televisão que seja capaz de evitar a valorização do grotesco, a exibição da privacidade e a destruição de uma cultura e de uma ética civilizada como a nossa’.

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que não tinha a mínima dúvida em apoiar qualquer das duas moções relativas a Timor, porquanto o povo de Timor merecia todo o apoio pela luta que mantivera ao longo dos anos e em que muitas vezes tinha sido abandonado. -----

----- No entanto, desejava salientar que uma das primeiras entidades que se referira a Timor foi o Sr. Duque de Bragança, que não esteve presente no velório do pai por considerar ser mais importante estar com o povo timorense refugiado no Jamor, visto que o pai já estava morto e não havia nada a fazer, e o povo de Timor precisava do seu apoio. Durante muitos anos foi uma das poucas vozes que se levantaram a favor de Timor, pelo que não podia deixar de lamentar que não tivesse havido lugar para ele na comitiva presidencial que se deslocara recentemente a Timor para a celebração da independência e tivesse havido para repórteres de revistas de decoração. -----

----- Sobre as moções números 1 e 7, que julgava já ser a última versão, disse que havia verdades como punhos em muitas coisas que eram referidas, mas havia outras que não podiam merecer o seu apoio. -----

----- Por exemplo, aceitava perfeitamente a existência de um serviço público, mas dizer-se se deveria ser assegurado por um, dois ou três canais não sabia e, por isso, não iria votar a favor dessa Moção. -----

----- Por outro lado, discordar-se da alienação da Antena 3 não via porquê, assim como não via razão também para que não se fizesse a reestruturação da Antena 2. Daí que se fosse abster nessa Moção. -----

----- Quanto à Moção nº 5, apresentada pelo PS, desde já solicitava que os quatro pontos fossem votados separadamente. O primeiro votá-lo-ia a favor se fosse retirado “em especial a habitação cooperativa” e o quarto, se ainda existisse, votá-lo-ia contra porque se era certo que nada tinha em especial contra as cooperativas, lembrava-se sempre que era uma maneira muito fácil para pessoas ligadas ao poder aproveitarem certas benesses, pois qualquer grupo de 15 ou 20 milionários poderia fazer uma cooperativa e ter o mesmo apoio que tinham pessoas nitidamente carenciadas para fazerem as suas casas. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, dirigindo-se especialmente aos Deputados Municipais do PS e do PCP, disse que o PSD na Assembleia Municipal tinha feito um esforço, e iria continuar a fazê-lo com muito gosto, para respeitar a oposição que tinha, mas pedia-lhes que respeitassem também a maioria que tinha sido eleita para a Assembleia da República e que elegera o Governo. -----

----- Disse, depois, que o Orçamento Rectificativo era assunto do Governo e da Assembleia da República, mas para que não começassem a dizer que se estavam a querer escapar às questões materiais, diria que a Assembleia Municipal de Lisboa não tinha legitimidade para se pronunciar sobre o Orçamento Rectificativo porque deixara passar em branco um dos orçamentos mais caricatos do pós 25 de Abril, que foi o Orçamento de Estado de 2002, ironicamente chamado pelo Governo do PS de o orçamento da confiança, orçamento de confiança esse que, em termos muito sintéticos e resumidos, em despesas não orçamentáveis tinham 1.400 milhões de euros; em receitas não fiscais, inflacionadas, 950 milhões de euros, 0,7% do PIB; e em termos de saldo inflacionado, serviços e fundos autónomos, 0,3% do PIB. -----

----- Isto, em linguagem corrente, era irresponsabilidade e como irresponsabilidade tinha sido tratada no Orçamento Rectificativo, que, ao contrário do que era dito na Moção apresentada pelo PS, não fazia cortes nas despesas de investimento ou fazia os mínimos possíveis, e fazia-o essencialmente nas despesas não produtivas. Fazia de 7% na aquisição de bens de capital e de 8% nas transferências de capital para respeitar o limite do défice, e incluindo o aumento de receita resultante do IVA. -----

----- Sobre as taxas de juro, esse sim um problema que já lhe parecia poder ter alguma relevância para uma Assembleia Municipal na medida em que se estava a falar de política de habitação, focaria uma série de pontos que lhe pareciam importantes, e importantes também numa óptica de fazer política com responsabilidade. -----

----- Em primeiro lugar, essa medida foi uma medida de apoio criada quando as taxas de juro estavam a 18%, e agora estavam a 5% ou 6%. -----

----- Em segundo lugar, o PSD tinha por hábito resolver os problemas atacando as questões de fundo e não procurar resolvê-los através do *marketing* e pela superfície, e resolver o problema da habitação numa perspectiva de fundo era resolver o problema do lado da oferta. Havia pouca oferta de habitação em cidades, nomeadamente como Lisboa que era disso um exemplo significativo, porque financiar do lado da procura não era mais do que financiar os construtores e a especulação imobiliária que há muito tempo era um vício em Lisboa, o que o actual Executivo camarário referira desde o princípio que iria combater. -----

----- Em terceiro lugar, e porque também era uma questão de ética e de moral, no Orçamento de Estado de 2002 ficaram por pagar grande parte das dívidas à Caixa Geral de Depósitos, concretamente 38% do montante das dívidas de juros bonificados, e 8% a outras instituições de crédito. Ora, com o dinheiro dos outros era fácil, e neste caso o dinheiro era dos outros, era dos bancos e era dos portugueses. Mas não era assim que o PSD governava, quer na Câmara Municipal de Lisboa, quer no Governo. -

----- Por conseguinte, o PSD iria votar contra a Moção apresentada pelo PCP sobre o Orçamento Rectificativo, como votaria também contra a apresentada pelo PS, neste caso por uma questão de ética e de responsabilidade. Aliás, na Moção do PS votavam contra os pressupostos porque quanto à conclusão até se congratulavam porque o PS, apesar de ter chegado um pouco atrasado, aprendera algo. É que, caso não tivessem reparado, foi a habitação a custos controlados, o estímulo da habitação, etc., que fizera o actual Executivo ganhar a Câmara. Portanto, nesse aspecto, eram todos humanos, aprender era sempre bom, como dizia o anterior Primeiro-Ministro errar era humano, aprender ainda era melhor. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que apenas pretendia colocar duas questões à Câmara, a primeira das quais tinha a ver com a insegurança existente na sua freguesia, matéria que no passado várias vezes ali tinha colocado e que hoje voltava a colocar mas de forma mais grave, porque os problemas aumentaram e hoje a insegurança era muito maior. -----

----- Por isso, pedia especial atenção para os problemas existentes em Xabregas e na Rua João Nascimento Costa, onde, devido a uma nova urbanização ali implantada, foram criados graves problemas de insegurança em relação aos quais era urgente que se tomassem medidas. -----

----- Recordou que a Câmara se tinha comprometido a colocar lá a Polícia Municipal, nunca viram por lá polícias municipais, mas era urgente que essa situação se resolvesse. -----

----- A outra questão tinha a ver com os Bombeiros Voluntários do Beato e Olivais, em relação aos quais havia um compromisso do Sr. Vereador Henrique Freitas de que seriam transferidos para um quartel antigo que estava no Palácio da Mitra, e era urgente que essa transferência se fizesse porque a situação desse corpo de bombeiros era dramática em termos de instalações. -----

----- Por fim, referindo-se aos planos de urbanização do Vale de Chelas e da Zona Ribeirinha Oriental, disse que tiveram um debate na freguesia no qual participara o Sr. Vice-Presidente da Câmara, a quem desde já agradecia o ter participado, e era entendimento que deveria haver, em relação a ambos, planos de pormenor. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que apenas queria fazer uma saudação à Confederação do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos, que este fim-de-semana realizara, pela primeira vez em Lisboa, o grande pequenício, concretamente no Parque da Bela Vista, em Marvila. Naturalmente congratulavam-se pelo facto de terem sido parceiros dessa grande realização dos reformados a nível nacional, tal como a Câmara, que também tinha sido parceira, certamente se congratularia. -----

----- Referiu que estiveram presentes mais de 6.000 homens e mulheres que dedicaram toda uma vida ao trabalho, portanto que foram escravizados e que agora como reformados continuavam a sê-lo porque a riqueza que produziram, enquanto

trabalharam, tinha ido parar aos bolsos errados. Mas agora que estavam reformados e outros trabalhavam a riqueza continuava a ir parar ao mesmo sítio! -----

----- Disse, ainda, que foram lá lembradas algumas promessas eleitorais como a redução dos impostos, a aproximação da qualidade de vida dos portugueses ao nível europeu, enfim, sonhos; como tinha sido também referenciado aquilo que alguns queriam impingir de que o País estava em crise e questionara-se qual a razão porque se o País estava em crise não eram todos a pagar a crise em vez de ser só os reformados e os trabalhadores a pagá-la. É que, de facto, se o País estava em crise não se percebia porque era que os Senhores Ministros, os Senhores Deputados, as chefias militares, os Senhores governadores do Banco de Portugal não reduziam o salário para metade! -----

----- Portanto, a conclusão dos reformados era que lhes estavam a atirar terra para os olhos como sempre lhes tinham atirado. -----

----- A concluir, disse que um retrato positivo trazido no período de intervenção do público, foi ali interpretado por uma senhora que colocara um problema de habitação, naturalmente grave e com a qual se solidarizava, mas que ao fazê-lo se referira ao Bairro do Condado, uma zona de Marvila que até há bem pouco tempo as pessoas referiam apenas como Zona J. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 1**, apresentada pelo PCP e PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PSD e CDS-PP, e a abstenção do PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 2**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 3**, apresentada pelo PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 4**, subscrita pelo CDS-PP, PPM, PSD e PS, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PEV e PPM e a abstenção do PCP e BE.--

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 5**, apresentada pelo PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PSD e a abstenção do CDS-PP e PPM. -----

----- (Algumas das moções inicialmente apresentadas foram alteradas e outras fundidas numa só. Os textos acabados de votar são exactamente aqueles que se encontram transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Na reunião de 28 de Maio de 2002, o Grupo de Deputados do PCP absteve-se na votação relativa à Moção apresentada pelo CDS-PP sobre a independência de Timor por considerar que na primeira parte do texto da proposta são feitas apreciações sobre a situação histórica social e política em Timor, séculos de ocupação, que implicam e contêm noções de desculpabilização da presença e acção colonial portuguesa inaceitáveis e imperdoáveis à luz do que na realidade se passou.” -----

----- Terminadas as votações, o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação um único ponto (ponto1). --

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA 122/2002 – RATIFICAR OS ACORDOS E RECTIFICAÇÕES AOS ACORDOS DE PRINCÍPIOS SUBSCRITOS PELA CÂMARA MUNICIPAL LISBOA COM A EPUL, SPORT LISBOA E BENFICA E SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO N° 1 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA -----

----- “- Considerando que no dia 19 do passado mês de Abril foram celebrados dois Acordos de Princípios, o primeiro entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sporting Club de Portugal e a EPUL (Empresa Pública de Urbanismo de Lisboa), o segundo entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sport Lisboa e Benfica e a EPUL, por forma a encontrar uma solução para cada um dos casos, que permita a construção dos novos Estádios do Sporting Club de Portugal e do Sport Lisboa e Benfica, para o Euro 2004, conciliando-se as pretensões destes dois Clubes com os mais elevados interesses da Cidade, designadamente do ponto de vista do equilíbrio urbanístico dos espaços onde se integram, bem como e ainda ao nível social e de equipamentos desportivos (anexos I e II que aqui se juntam e aqui se dão por reproduzidos); -----

----- - Considerando os Protocolos que já haviam sido celebrados no passado entre a Câmara Municipal de Lisboa e os dois Clubes; -----

----- - Considerando que o Presidente da Câmara, assumiu, em nome da Câmara Municipal, em cada um dos referidos Acordos de Princípios, compromissos e obrigações que, nos termos do artigo 64° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, e do artigo 44°, alínea b) dos Estatutos da EPUL, têm por objecto matérias da competência da Câmara Municipal; -----

----- - Considerando que foi dado conhecimento prévio, a todas as forças políticas representadas na Câmara Municipal, das respectivas negociações e da celebração de cada um dos Acordos de Princípios firmados entre a Câmara Municipal de Lisboa, aqueles dois Clubes e a EPUL; -----

----- - Considerando que os termos dos Acordos de Princípios celebrados traduzem uma fórmula adequada de permitir a construção dos novos estádios do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Club de Portugal, acautelando-se, simultaneamente, o cumprimento do Plano Director Municipal e de toda a Regulamentação Urbanística em vigor, bem como o acautelamento de outras vantagens para o Município, nomeadamente de natureza social, desportiva e recreativa; -----

----- Considerando que os acordos foram apreciados em Reunião de Câmara do dia 08 de Maio; -----

----- Considerando que ficou acordado nessa reunião constituir-se um grupo de trabalho, integrando representantes de todas as forças políticas representadas na

Vereação, com vista ao seu aperfeiçoamento e apreciação final em próxima reunião de Câmara; -----

----- Considerando que a nova redacção proposta por esse grupo de trabalho não implica alterações substanciais aos clausulados dos acordos de princípios firmados a 19 de Abril; -----

----- Considerando que as alterações introduzidas ao texto dos acordos serão remetidas às partes signatárias, que ratificarão a nova redacção introduzidas pela Câmara Municipal; -----

----- Tenho a honra de propor que: -----

----- 1. Nos termos do nº 3 art 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e considerando o disposto na alínea i) do nº 2 do art. 53º conjugado com a alínea a) do nº 6 do art. 64º da mesma Lei, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a ratificação dos Acordos de Princípios subscritos pelo Presidente, celebrados por este, em nome e representação do Órgão – Câmara Municipal de Lisboa, com a EPUL, o Sport Lisboa e Benfica e o Sporting Club de Portugal. -----

----- 2. Tais acordos produzirão efeitos após a aprovação pela Câmara Municipal de contratos-programa para o desenvolvimento desportivo, a celebrar com os respectivos Clubes, ao abrigo do preceituado nos artigos 33º e 34º da Lei de Bases do sistema Desportivo (Lei 1/90, de 13 de Janeiro). -----

----- Paços do Concelho de Lisboa, 16 de Maio de 2002. -----

----- **ACORDO DE PRINCÍPIOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL** -----
----- **DE LISBOA O SPORTING CLUBE DE PORTUGAL E A EPUL.** -----

----- - Considerando os Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Sporting Clube de Portugal, em 1986, em 1992 e mais recentemente, em 12 de Maio de 1999; -----

----- - Considerando que, na sequência dos compromissos assumidos pelo anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entendeu-se limitar a área de construção dos edifícios na zona do interface do Campo Grande a 33.000 m2, inferior em 15.000 m2 àquela que era pretendida pelo Sporting Clube de Portugal para o local (48.000 m2); -----

----- - Considerando que, não obstante a área acima referida se conformar em termos de ocupação, uso e transformação do solo, com o que decorre do Plano Director Municipal de Lisboa (PDM), ratificado por Resolução do Conselho de Ministros nº 94/94 de 29 de Setembro, entende o actual Executivo ser desejável uma redução daquela área; -----

----- - Considerando que é vontade inabalável do actual Executivo Camarário, que as intervenções urbanísticas a levar a cabo no Município de Lisboa e os compromissos firmados pela CML, se realizem no estrito cumprimento da Lei e dos Regulamentos em vigor, com clareza e transparência, acautelando sobretudo a defesa intransigente do Interesse Público, como é seu dever; -----

----- - Considerando a experiência e as responsabilidades da EPUL no desenvolvimento urbanístico da Cidade de Lisboa;

----- - Considerando que a EPUL tem responsabilidades urbanísticas na zona de intervenção da Quinta José Pinto, em Campolide; -----

----- - Considerando que, é do interesse desta Autarquia e do Sporting Clube de Portugal, que se encontre uma fórmula, que dentro dos parâmetros legais, viabilize a construção do novo estádio e assegure simultaneamente a defesa do interesse público;

----- - Considerando que os termos desta solução foram já comunicados a todas as forças políticas representadas na Vereação da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Firma-se entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sporting Clube de Portugal e a EPUL, o seguinte Acordo de Princípios, que se regerá pelos compromissos abaixo indicados e será posteriormente desenvolvido em documento a elaborar e a aprovar oportunamente: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa, após aprovação do Projecto Urbano ou Plano de Pormenor para a zona, reconhece ao Sporting Clube de Portugal uma área aproximada de 29.000 m² de construção, correspondente a 4 edifícios na zona do Interface do Campo Grande, o que o Sporting Clube de Portugal aceita, constituindo, entretanto, o direito de superfície previsto no ponto 6.4 do Protocolo celebrado; -----

----- 2. A Câmara Municipal de Lisboa, entende não se dever ultrapassar este valor, no mais rigoroso respeito pelos princípios apontados no PDM e pelo equilíbrio urbanístico que considera adequado; -----

----- 3. A Câmara Municipal de Lisboa compromete-se a garantir um acordo de associação tripartido, entre o Sporting Clube de Portugal, a Câmara Municipal de Lisboa e a EPUL, para a construção pela EPUL de 200 fogos na Quinta José Pinto, em Campolide, zona da Cidade para a qual também se pretende um ordenamento com índices exigentes de qualidade, com salvaguarda do “corredor verde” estudado para o local, na versão considerada no PDM; -----

----- 4. Acordam ainda as partes que os edifícios a construir naquela zona da Cidade, destinar-se-ão, através da venda das respectivas fracções a jovens que residem em Lisboa, não possuindo habitação própria, ou que façam prova que trabalham em Lisboa e vivem actualmente fora do Concelho, com uma média de idade por casal até 35 anos. O SCP divulgará este projecto junto dos seus associados que reúnem os requisitos apontados; -----

----- 5. As mais-valias decorrentes desta operação, serão repartidas entre as partes signatárias e serão em parte aplicadas na construção de Infra-Estruturas Desportivas e outros Equipamentos, de fins socialmente relevantes, de acordo com o interesse público; -----

----- 6. A Câmara Municipal de Lisboa cederá ao Sporting Clube de Portugal, no prazo de seis meses, à luz do respeito pelo princípio da igualdade, terrenos para a instalação de uma bomba de gasolina, de dimensão e natureza equivalentes às existentes na Avenida Padre Cruz, que o SCP explorará directamente ou cederá através de concurso público; -----

----- 7. O Sporting Clube de Portugal, em contrapartida, compromete-se a ceder à Câmara Municipal de Lisboa a sua posição no contrato já firmado com a GALP para uma outra bomba de gasolina na Quinta de Alvalade; -----

----- 8. Todos os aspectos relacionados com o desenvolvido neste Acordo, serão formalizados, posteriormente, entre as partes signatárias; -----

----- 9. Uma vez celebrado o Acordo que especificará e regulará os Princípios aqui consagrados, o Sporting Clube de Portugal compromete-se, por um período de 10 anos, a não solicitar o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, nesta ou em qualquer outra matéria de natureza imobiliária ou financeira. -----

----- Palácio da Mitra, Lisboa, 19 de Abril de 2002. -----

----- **Adenda ao ponto 1 do Acordo de Princípios entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sporting Clube de Portugal e a EPUL – Proposta 122/2002 – ratificado na sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 22 de Maio de 2002.** -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa, após a aprovação do projecto urbano, reconhece ao Sporting Clube de Portugal uma área de construção de 109.000 m², onde se inclui uma área aproximada de 29.000 m² de construção, correspondente a 4 edifícios na zona do Interface do Campo Grande, constituindo, entretanto, o direito de superfície para este último efeito. Para os 29.000 m² de área de construção remanescentes, a Câmara Municipal de Lisboa compromete-se a elaborar um Plano de Pormenor com vista a assegurar as pretensões e expectativas criadas pelos Protocolos anteriormente celebrados entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Sporting Clube de Portugal. -----

----- **ACORDO DE PRINCIPIOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, O SPORT LISBOA E BENFICA E A EPUL.** -----

----- - Considerando que importa encontrar uma solução para o processo que, há quase um ano tem envolvido a Câmara Municipal de Lisboa e o Sport Lisboa e Benfica, quanto à construção do Estádio deste Clube com a definição dos parâmetros de ocupação das edificações que se pretendem levar a efeito nos terrenos circundantes ao seu complexo Urbano-Desportivo; -----

----- - Considerando os Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Sport Lisboa e Benfica, em 7 de Dezembro de 1989, pelo Presidente Eng. Nuno Abecasis e em 8 de Novembro de 1995, pelo Presidente Dr. Jorge Sampaio; -----

----- - Considerando o que decorre do Plano Director Municipal de Lisboa, ratificado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94 de 29 de Setembro, e a necessidade de pautar a intervenção urbanística em causa, em termos de ocupação, uso e transformação do solo, em conformidade com o que aí se dispõe, ficando as entidades Públicas e Particulares directamente vinculadas a dar cumprimento às disposições nele contidas; -----

----- - Considerando que o Sport Lisboa e Benfica deu início às obras de construção do seu novo Estádio, com vista à sua conclusão para o EURO 2004; -----

----- - Considerando que o Sport Lisboa e Benfica, invocando os Protocolos existentes e a sua interpretação do Plano Director Municipal de Lisboa, pretendia que lhe fosse permitida a ocupação de 160.000 m², destinados a área edificável, para além da comparticipação pela CML no capital social da SAD/ Benfica Estádio, em 2,5 milhões de contos, e ainda a cedência, pela Autarquia, de um terreno destinado à instalação de uma bomba de gasolina; -----

----- - Considerando que não foi celebrado nenhum outro Protocolo, além dos acima referidos, entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Sport Lisboa e Benfica; -----

----- - Considerando que o anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em afirmações públicas, produzidas já durante o exercício do mandato do actual Executivo, veio declinar ter a Câmara Municipal de Lisboa alguma vez aceite as pretensões do SLB quanto à possibilidade de construção de 160.000 m²; -----

----- - Considerando que o anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, confirmou o compromisso de cedência de um terreno para instalação de uma bomba de gasolina e declarou igualmente ser um bom acordo o estabelecido entre o Sport Lisboa e Benfica e a Somague, cujo projecto, prevendo a construção de 80.000 m², foi apresentado em Assembleia Geral daquele Clube; -----

----- - Considerando que é vontade inabalável do actual Executivo Camarário que as intervenções urbanísticas a levar a cabo no Município de Lisboa e os compromissos firmados pela CML, se realizem no estrito cumprimento da Lei e dos Regulamentos em vigor, com clareza e transparência, acautelando sobretudo a defesa intransigente do interesse público; -----

----- - Considerando que, confrontado com o problema, o actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa procedeu a um estudo sério e rigoroso deste assunto, com vista a encontrar uma solução que conciliasse, por um lado, a possibilidade de construção do novo Estádio e, por outro, a mais estreita observância da legislação aplicável; -----

----- - Considerando também que foram solicitados pareceres jurídicos a três distintos Juristas em matéria de direito urbanístico, dois dos quais autorizam áreas de construção iguais ou superiores a 65.000 m²; -----

----- - Considerando que o valor de 65.000 m² se encontra conforme com os parâmetros, índices e limites estipulados no PDM; -----

----- - Considerando que este Executivo Camarário, se dispõe a respeitar o compromisso anterior de ceder ao Sport Lisboa e Benfica um terreno para instalação de uma bomba de gasolina; -----

----- - Considerando que, é do interesse do Estado, desta Autarquia e do Sport Lisboa e Benfica que se encontre uma fórmula que, dentro dos parâmetros legais e atendendo aos direitos adquiridos, viabilize a construção do novo Estádio e assegure simultaneamente a defesa do interesse público; -----

----- - Considerando a experiência e as responsabilidades da EPUL no desenvolvimento urbanístico da Cidade de Lisboa; -----

----- - Considerando que a EPUL tem responsabilidades urbanísticas na zona de intervenção no Vale de Santo António; -----

----- - Considerando que a Somague Engenharia, SA, dá a sua aceitação aos acordos e compromissos aqui firmados entre a Câmara Municipal de Lisboa, a EPUL e o Sport Lisboa e Benfica; -----

----- - Considerando que os termos desta solução foram já comunicados a todas as forças políticas representadas na Vereação da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Firma-se entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sport Lisboa e Benfica e a EPUL, o seguinte Acordo de Princípios, que se regerá pelos compromissos abaixo indicados

e será posteriormente desenvolvido em documento a elaborar e a aprovar oportunamente: -----

----- 1. A Câmara Municipal de Lisboa entende, por ser enquadrável nas normas aplicáveis do PDM, reconhecer ao Sport Lisboa e Benfica o direito a uma área de construção de 65.000 m² nos seus terrenos, o que o Sport Lisboa e Benfica aceita, valor este que a CML considera importante não ser ultrapassado para o equilíbrio urbanístico da zona; -----

----- 2. A Câmara Municipal de Lisboa compromete-se a garantir um acordo de associação tripartido, entre o Sport Lisboa e Benfica, a Câmara Municipal de Lisboa e a EPUL, para a construção pela EPUL de 200 fogos no Vale de Santo António, zona da Cidade para a qual também se pretende um ordenamento com índices exigentes de qualidade; -----

----- 3. Acordam ainda as partes que os edifícios a construir naquela zona da Cidade, destinar-se-ão, através da venda das respectivas fracções, a jovens que residem em Lisboa, não possuindo habitação própria, ou que façam prova que trabalham em Lisboa e vivem actualmente fora do Concelho, com uma média de idade por casal até 35 anos. O SLB divulgará este projecto junto dos seus associados que reúnem os requisitos apontados; -----

----- 4. O Sport Lisboa e Benfica aceita alienar à EPUL os terrenos do Sport Lisboa e Benfica a que se refere a edificabilidade referida em 1; -----

----- 5. A Câmara Municipal de Lisboa cede ao Sport Lisboa e Benfica o terreno para a instalação de uma bomba de gasolina, no Eixo Norte-Sul, nos dois sentidos, que o SLB explorará directamente ou cederá através de concurso público; -----

----- 6. A Câmara Municipal de Lisboa, através da EPUL, assume os encargos com a construção dos ramais, de ligações às redes concessionárias para o novo Estádio, bem como a fiscalização e consultoria da obra; -----

----- 7. As mais-valias decorrentes desta operação serão repartidas entre as partes signatárias e serão em parte aplicadas na construção de Infra-Estruturas Desportivas e outros Equipamentos, de Colectividades de fins socialmente relevantes, de acordo com o interesse público; -----

----- 8. O Sport Lisboa e Benfica compromete-se a construir nos seus terrenos os Equipamentos Desportivos previstos nos Protocolos anteriormente celebrados com a Câmara Municipal, devendo apresentar a respectiva programação; -----

----- 9. Uma vez celebrado o Acordo que especificará e regulará os Princípios aqui consagrados, o Sport Lisboa e Benfica compromete-se, por um período de 10 anos, a não solicitar o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, nesta ou em qualquer outra matéria de natureza imobiliária ou financeira. -----

----- Palácio da Mitra, Lisboa, 19 de Abril de 2002.” -----

----- **A Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, apresentou a seguinte proposta de recomendação:** -----

----- Proposta de recomendação -----

----- “O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa celebrou, em 19 de Abril de 2002, dois “Acordos de Princípios”, um com o Sport Lisboa e Benfica (BENFICA), e outro

com o Sporting Clube de Portugal (SPORTING), que visam a construção de dois novos Estádios vocacionados para a prática de futebol, integrados no âmbito da organização da competição desportiva EURO 2004 em Portugal. -----

----- Nestes “Acordos de Princípios” o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, assumiu compromissos e obrigações em matérias que salienta serem da competência deste órgão executivo, sem contudo deixar de propor a ratificação dos mesmos pela Assembleia Municipal. -----

----- Não obstante, o conteúdo destes “Acordos” e o acto da sua celebração, foram amplamente divulgados e discutidos pela opinião pública municipal e nacional, anteriormente à iniciativa de ratificação, decorrendo paralelamente a sua discussão no seio da própria Câmara Municipal, tendo oportunamente o texto inicial sido objecto de revisão, o qual permitiu suprimir conteúdos que não poderiam constar de documentos desta natureza. -----

----- Sendo a versão revista dos “Acordos de Princípios” submetida a ratificação desta Assembleia Municipal e sendo indissociável desta iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a competência do órgão deliberativo do município de acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara (alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro), vem a Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude propor a deliberação de uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa, nos termos e com os fundamentos que se seguem: -----

----- 1. As soluções propostas nos acordos podem ser resumidas nos seguintes benefícios a conceder, directa ou indirectamente, pela Câmara Municipal de Lisboa aos dois clubes: -----

<u>BENEFÍCIOS</u>	BENFICA	SPORTING
Edificabilidade e construção	<p>Reconhecimento de 65.000 m2 de área de construção nos terrenos do Estádio da Luz</p> <p>Promoção de acordo de associação tripartido entre o Benfica, a CML e a EPUL para a construção pela EPUL de 200 fogos no Vale de Santo António destinados a jovens nos termos enunciados</p> <p>O Benfica aliena à EPUL os terrenos do Estádio da Luz cuja edificabilidade de 65.000 m2 a CML reconhece no “Acordo de Princípios”</p>	<p>Reconhecimento de área de construção de 29.000 m2 a edificar pelo SPORTING (4 edifícios na zona do interface do Campo Grande), em direito de superfície;</p> <p>Promoção de acordo de associação tripartido entre o SPORTING, a CML e a EPUL de 200 fogos na Quinta José Pinto, em Campolide destinados a jovens nos termos enunciados</p>

Aplicação de mais valias	As mais valias decorrentes da operação serão repartidas entre as partes signatárias e serão em parte aplicadas na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos de colectividades de fins socialmente relevantes	As mais - valias decorrentes da construção de 200 fogos serão repartidas entre as partes signatárias do acordo de associação tripartido e serão em parte aplicadas na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos de fins socialmente relevantes
Bombas de gasolina	A CML cede ao Benfica terreno para a instalação de uma bomba de gasolina, no Eixo Norte-Sul, nos dois sentidos, que o SLB explorará directamente ou cederá através de concurso público	A CML concede ao SPORTING, no prazo de seis meses, terrenos para a instalação de uma bomba de gasolina, a explorar directamente pelo Clube ou com cedência por concurso público
Outros encargos	A EPUL assume os encargos com a construção dos ramais, de ligações às redes concessionárias para o novo Estádio da Luz, bem como a fiscalização e consultoria da obra.	

----- 2. Como contrapartida por estes benefícios os Clubes obrigam-se perante o Município nos seguintes termos: -----

Obrigações	Benfica	Sporting
Construção de equipamentos desportivos	O Benfica construirá nos seus terrenos os Equipamentos Desportivos previstos nos protocolos anteriormente celebrados, devendo para o efeito apresentar a respectiva programação	
Solicitação de apoios	O Benfica compromete-se, por um período de 10 anos, a não solicitar o apoio da CML nesta ou em qualquer outra matéria de natureza imobiliária ou financeira	O Sporting compromete-se, por um período de 10 anos, a não solicitar o apoio da CML nesta ou em qualquer outra matéria de natureza imobiliária ou financeira

Divulgação	O Benfica divulgará o projecto imobiliário junto dos seus associados que tenham uma média de idade por casal até 35 anos que residam dentro de Lisboa, ou fora da cidade mas que aqui trabalhem.	O Sporting divulgará o projecto imobiliário junto dos seus associados que tenham uma média de idade por casal até 35 anos que residam dentro de Lisboa, ou fora da cidade mas aqui trabalhem.
Cessão de posições contratuais		Cedência à CML da posição contratual do Sporting no contrato , pelo clube, celebrado com a GALP para a exploração de uma bomba de gasolina na Quinta de Alvalade

----- 3. Da análise dos dois documentos propostos salienta-se imediatamente a inexistência de um estudo de viabilidade económico-financeira sobre os empreendimentos imobiliários a promover pela associação tripartida entre a EPUL, os clubes e a CML, o que impede a Assembleia Municipal de Lisboa de conhecer plenamente as consequências para o Município, para a CML e para a própria EPUL dos princípios que aqui surgem qualificados como solução para a complexidade financeira inerente à edificação dos dois estádios. -----

----- 4. A par da insuficiência da análise da viabilidade económico-financeira, constata-se a inexistência da avaliação da globalidade das compensações concedidas pela CML aos dois clubes, especialmente as relacionadas com: -----

----- a. O aumento do reconhecimento das áreas de edificabilidade, no caso do SPORTING; -----

----- b. A concessão de mais-valias resultantes das operações imobiliárias no Vale de Santo António (BENFICA) e Quinta José Pinto (SPORTING); -----

----- c. Preço de aquisição dos terrenos do Estádio da Luz; -----

----- d. Cedência de terrenos para a construção de bombas de gasolina; -----

----- e. Encargos com a construção dos ramais de ligação às redes concessionárias do novo Estádio da Luz, bem como os custos de fiscalização e consultoria da obra. -----

----- 5. A falta de clareza neste aspecto impossibilita a análise comparativa desta proposta com outras soluções que estiveram em discussão para a viabilização da construção destas infra-estruturas desportivas. -----

----- 6. Ainda em termos de não clarificação dos efeitos dos “Acordos de Princípios”, não aparece justificada, nem no fim, nem no valor, a concessão de duas, em vez de uma bomba de gasolina ao Benfica no eixo NORTE-SUL. -----

----- 7. Embora não seja mencionado no protocolo, o preço estimado de aquisição pela EPUL dos terrenos do Estádio da Luz, associado aos custos a suportar pela empresa com a ligação às redes concessionárias do novo estádio, bem como os custos de fiscalização e consultoria da obra, indicia que o custo de aquisição final dos fogos,

não será compatível com os preços que têm sido praticados pela EPUL no mercado de habitação para jovens; -----

----- 8. Tal facto permitirá deduzir que o enquadramento da “juventude” no âmbito destes acordos de princípios não terá correspondência com a real finalidade dos mesmos, visto que o preço final de aquisição dos fogos a edificar pela associação tripartida virá certamente a ser superior aquele que é normalmente suportável pelos jovens que recorrem ao crédito bancário para a aquisição de habitação própria. -----

----- 9. Não estão estimadas as capacidades da EPUL para participar nesta operação financeira e imobiliária, não sendo explícito os meios a que poderá recorrer para a participação, enquanto empreendedora, neste projecto. -----

----- 10. Consequentemente, não é possível a esta Assembleia Municipal determinar os riscos associados à participação da EPUL nos projectos, e determinar a eventualidade de a empresa não poder continuar a desempenhar a missão de relevante interesse público que tem desempenhado na cidade de Lisboa, caso os resultados das operações imobiliárias idealizadas não atinjam os valores expectáveis em termos de mais valias anunciadas. -----

----- 11. Os Acordos de Princípios, se é certo que anunciam o investimento das eventuais mais valias decorrentes da operação na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos de colectividades de fins socialmente relevantes, não clarificam a forma como será gerido esse investimento ao nível da responsabilidade imputável a cada uma das partes outorgantes, nem determinam quaisquer critérios que possibilitem aferir da adequação do investimento a realizar às necessidades do Município e das colectividades que participam na sua vida associativa. -----

----- 12. Também não é transmitida a forma como serão repartidas as mais valias, caso se verifiquem, entre as entidades signatárias, nem que parte dessas mais valias serão investidas em infra-estruturas desportivas e outros equipamentos sociais. -----

----- 13. No que concerne às obrigações assumidas pelos clubes nestes “Acordos de Princípios” (Benfica: alienação dos terrenos do Estádio da Luz À EPUL, construção de equipamentos desportivos previstos nos protocolos anteriores; SPORTING: cedência de posição contratual no contrato celebrado com a Galp para a exploração de uma bomba de gasolina na Quinta de Alvalade), não estão previstos quaisquer prazos, nem sequer quadro sancionatório para o putativo incumprimento, o que enfraquece, naturalmente, a posição contratual do Município. -----

----- 14. Em termos de ordenamento do território e urbanismo não são, igualmente, apresentados quaisquer estudos sobre os impactos dos novos empreendimentos no eixo Estádio da Luz – Estádio de Alvalade e nas zonas residenciais circundantes, o que inviabiliza uma análise sobre a prevenção de repercussões negativas na qualidade de vida das pessoas. -----

----- 15. A concepção de política desportiva para a cidade plasmada nestes acordos de princípios não parece ter sido a mais adequada porquanto prejudica a heterogeneidade da prática desportiva ao eliminar duas pistas de atletismo na cidade, anteriormente

existentes no complexo desportivo do Estádio da Luz e no Estádio de Alvalade, não prevendo a sua substituição noutra infra-estrutura em Lisboa. -----

----- 16. Acresce que estes “Acordos de Princípios” não sendo claros ao nível dos benefícios a conceder aos clubes, poderão, no futuro, legitimar reivindicações de outros clubes da cidade relativamente a dificuldades que sintam na concretização de projectos de relevante interesse público. -----

----- Face ao exposto e considerando que o interesse público inerente à concretização das infra-estruturas necessárias à Organização do EURO 2004 em Portugal está intrinsecamente relacionado com a garantia de prossecução dos interesses do Município de Lisboa e dos seus Municípios, vem a Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, propor à Assembleia Municipal a recomendação de suspender a deliberação de ratificação dos “Acordos de Princípios” celebrados pelo Presidente da Câmara Municipal, com a EPUL, o BENFICA e o SPORTING até que sejam apresentados a esta Assembleia os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento, nas matérias referenciadas nos pontos que antecedem, sobre os efeitos para o Município dos acordos celebrados. -----

----- A presente proposta foi aprovada por deliberação unânime dos partidos políticos presentes na reunião da Comissão realizada em 24/05/02 – PSD – PCP – PS – CDS/PP – BE – e com a concordância expressa pelo PEV.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela tinha sido bastante debatida em Câmara e até nos meios de comunicação social, pelo que era já bastante conhecida de todos. -----

----- Mas tinham que ter presente o ponto de onde se partira e o ponto onde estavam, como era preciso ter também em atenção vários factores de condicionamento da solução a que se chegara, nomeadamente o processo de construção dos estádios, a decorrer há quase um ano, os protocolos existentes entre os clubes e a Câmara Municipal de Lisboa e aquilo que tinha sido entendido quase que como um desígnio nacional que era levar por diante a realização do Euro 2004, sem contudo deixar de ter em conta os interesses da Cidade de Lisboa. Portanto, a incumbência da Câmara nos últimos tempos quanto a esta matéria, foi dar enquadramento legal àquilo que tinha nascido sem o devido enquadramento. -----

----- Por conseguinte, tendo isso presente e tendo também a preocupação, por exemplo no caso do Sport Lisboa e Benfica de não ultrapassar índices de construção que configurassem o respeito pelas regras do PDM, e tendo ainda em atenção as responsabilidades das várias partes envolvidas na construção do novo estádio, a solução encontrada era, segundo supunha, uma solução de equilíbrio que defendia todas as partes envolvidas, nomeadamente os interesses dos municípios de Lisboa. -----

----- Por outro lado, o acordo com o Sporting era algo parecido, enfim com contornos e géneses diferentes, mas que também ia no sentido de dar seguimento àquilo que era a expectativa das várias partes envolvidas, nomeadamente do clube envolvido e da Câmara. -----

----- Disse, depois, que a solução da Câmara Municipal de Lisboa para com os clubes nada tinha a ver com eventuais acordos havidos noutras cidades com clubes

envolvidos no Euro 2004, e que essa solução, segundo supunha, introduzia algo de benéfico relativamente àquilo que era a expectativa que havia, há cerca de seis meses atrás, em termos de desenvolvimentos dos projectos, porque, na realidade, não tendo acrescido nada àquilo que tinha sido inicialmente a expectativa dos clubes em termos de viabilidade financeira da construção dos novos estádios, esta solução permitia, de facto, garantir o controlo da operação de certa forma pela própria Câmara Municipal de Lisboa, encaminhando as mais-valias dessa operação não para operadores privados mas para iniciativas municipais que beneficiavam não só o espaço urbano mas também jovens que procuravam casa em Lisboa e ainda os clubes desportivos menos beneficiados por este tipo de apoios e que justamente mereciam que também fossem envolvidos nesta operação. -----

----- A proposta estabelecia linhas que até podiam ser relativamente inovadoras no sentido de, no futuro, se encaminhar esse tipo de relacionamento entre a Câmara e os clubes, de uma forma que fosse positiva não só para os grandes clubes mas também para os pequenos. -----

----- Portanto, mais do que referir que foram os protocolos possíveis, diria que foram um pouco mais do que isso, que foram talvez aqueles protocolos que teriam sido desejáveis desde o início. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, no uso da palavra para apresentação da proposta de recomendação, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “1 – A proposta 122/2002 da Câmara Municipal de Lisboa motivou, na semana passada, duas reuniões da Comissão de Educação, Desporto e Juventude da Assembleia Municipal; -----

----- 2 - Na primeira reunião, em 21 de Maio, considerou-se que não há confirmação oficial de compromissos do anterior Executivo que possam suportar e conduzir a estes protocolos com o Benfica e com o Sporting, verificando-se a constatação unânime de que existem neles indefinições, deficiências, vazios e até possibilidades de desenvolvimentos agora imprevisíveis que podem vir a ser abertos na sua concretização; -----

----- 3 – Foram consensuais as preocupações com a futura situação da EPUL, face aos encargos e responsabilidades para a empresa (e também para o Município) que decorrem dos protocolos tal como estão elaborados; -----

----- 4 – Foi salientada a ausência de um estudo de viabilidade económica sobre os investimentos imobiliários a promover, bem como a inexistência de avaliação da globalidade das compensações concedidas pela Câmara Municipal de Lisboa aos dois clubes e de uma estimativa sobre as capacidades da EPUL para vir a participar nesta operação financeira e imobiliária sem efeitos negativos na sua actividade futura; -----

----- 5 – Possibilidades evidentes de maior saturação de construção nas zonas previstas, apuramento de possíveis ilegalidades face ao PDM, prejuízos ambientais e outros para as populações locais e para a cidade que não são analisados em termos de ordenamento e urbanismo; -----

----- E ainda: -----

----- 6 – Benesses e mais-valias em terrenos da EPUL e do Município para construção de habitação que não é clarificada em termos de custos e que poderá ficar excessivamente cara para os jovens; -----

----- 7 – Cedências de terrenos, com valores não quantificados, para instalação de bombas de gasolina, que foram consideradas pouco justificadas e esclarecidas; -----

----- 8 – Os acordos de princípio não definem a forma como serão geridos esses investimentos e o nível de responsabilidades imputáveis a cada uma das partes; -----

----- 9 – A criação de precedentes de ambiguidade e de cedências que se poderão reflectir negativamente no desenvolvimento integrado da cidade, a nível desportivo, com possíveis prejuízos e desigualdades para outros clubes e associações que são importantes para as populações da cidade, dos bairros e das freguesias; -----

----- 10 – Assim, por unanimidade, foi aprovada na sexta-feira, dia 24 de Maio, em nova reunião da Comissão, a recomendação que hoje é presente aos membros da Assembleia Municipal, propondo que seja suspensa a deliberação de ratificação dos Acordos de Princípio até que sejam apresentados a esta Assembleia Municipal os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento, nas matérias referenciadas, sobre os efeitos para o Município dos acordos celebrados; -----

----- 11 – A presente recomendação foi aprovada por deliberação unânime dos partidos políticos representados na Comissão – PSD, PCP, PS, CDS/PP, Bloco de Esquerda e com a concordância do Partido Ecologista “Os Verdes”, que não pôde participar nesta última reunião.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam ali hoje talvez para encerrar o primeiro capítulo de uma novela que já ia demasiado comprida, que evidentemente tinha a ver com um assunto que dizia respeito ao País, dizia respeito à Cidade de Lisboa e dizia respeito, obviamente, a todos os portugueses. -----

----- Tinha isso a ver com o facto de saber se Lisboa seria ou não palco para o campeonato europeu de futebol, que, era bom que se recordasse, era uma bandeira do País e era um projecto que aos socialistas dizia alguma coisa porque, como era sabido, foi na vigência do anterior Governo que foi conseguido para Portugal e que, portanto, era algo que particularmente os responsabilizava ainda mais. -----

----- Disse que assistiram, com alguma insatisfação, à forma como essa questão tinha sido colocada em cima da mesa a partir do momento em que a maioria municipal mudara na Cidade de Lisboa com as últimas eleições autárquicas, porquanto, a partir daí, se pretendia transformar uma questão, que era uma questão de interesse nacional e interesse municipal no seu conjunto, numa questão de arremesso de luta partidária e até de algum combate eleitoral, uma vez que estavam previstas a seguir as eleições legislativas. -----

----- Por conseguinte, assistira-se, por parte do Sr. Presidente da Câmara e da maioria que compunha a actual Vereação, a uma tentativa no sentido de transformar a questão da construção dos estádios de futebol num arremesso de votos para o PSD que precisava de ganhar as eleições a seguir. Aliás, assistiram até ao facto inédito de num

célebre jantar, em Rio Maior, o Presidente de um dos clubes de futebol da cidade ter dito que empenhava o seu apoio porque tinha a garantia que lhe resolviam o problema do estádio e até, quiçá, os problemas fiscais do seu clube. -----

----- Portanto, o PS entendia que esse assunto não começara bem, que tinha sido mal agarrado pela actual Câmara Municipal, pelo seu Presidente e pela sua equipa, e consequentemente correram-se sérios riscos de que toda a cidade viesse a ser prejudicada porque a continuar-se nessa senda ficariam certamente perante posições inconciliáveis nessa matéria. -----

----- Mas, felizmente, corrigira-se o rumo. Depois de passados os devaneios de saber se ainda competia ou não ao Dr. João Soares resolver o problema – como ele próprio tivera já oportunidade de referir na Assembleia o Dr. João Soares perdera as eleições e portanto não era a ele que competia resolver esse problema – mas, finalmente, surgira uma proposta em cima da mesa com um acordo efectuado, que neste momento se isentava de dizer se era um bom ou mau acordo, mas reconhecia que era um acordo imaginativo, isso sim. -----

----- Era evidente que na sua base inicial o acordo seria inaceitável para o Partido Socialista, já que nessa base era um mau acordo. E era um mau acordo porque, logo à partida, apresentava situações formais não consentâneas com a lei. E não havia ali nenhuma acusação de se pretender construir ilegalidades, não era essa a questão, mas realmente era um acordo que não cumpria os requisitos da lei, tinha até, no entender do PS, uma inconstitucionalidade, e, portanto, era um acordo que não podia de maneira nenhuma ser apreciado pelo Partido Socialista no seu projecto original. -----

----- Desde logo, por exemplo, porque não previa que a Assembleia Municipal se tivesse que pronunciar sobre o mesmo, e também porque tinha aquela incongruência jurídica, inconstitucional até, de limitar o acesso à promoção dos fogos da EPUL a determinado sector da juventude que tinha como condição não morar em Lisboa para ter acesso a essa promoção. -----

----- Continuando, disse que sempre tiveram desta questão uma visão de grande responsabilidade, não só porque compreendiam que se tratava dum processo que começara com o PS no Governo, mas também, e essencialmente, porque entendiam que se tratava de uma situação que interessava sobremaneira à cidade, interessava aos clubes de futebol sediados em Lisboa, e interessava aos desportistas em geral e aos portugueses que o Euro 2004 decorresse sem incidentes e da forma mais digna para prestígio do País. -----

----- Era altura de acabar com os discursos miserabilistas, porque se foram capazes de realizar a EXPO'98 com grande sucesso, evidentemente teriam que ser capazes de realizar o Euro 2004 com grande dignidade. Via alguns risos, mas orgulhava-se da forma como tinham sabido organizar a EXPO'98 e até da forma como souberam contrariar as vozes irónicas que na altura sucederam, porque o Governo tinha mudado a meio e alguém dissera na altura que o Partido Socialista nunca conseguiria levar a cabo a EXPO'98". Mas os Governos do Partido Socialista recuperaram não só os atrasos que estavam no terreno como também concluíram a referida realização com grande dignidade para o País e com grande sucesso como se vira. -----

----- Agora, relativamente ao Euro 2004, mudando em sentido contrário a própria gestão do Governo, diziam, sem pejo nenhum, que estavam convencidos que o novo poder executivo a nível nacional, e evidentemente o novo poder municipal, conseguiriam completar a obra que o Partido Socialista iniciara, para bem do País. ----

----- Por isso, tendo essa postura, encararam logo de início a proposta apresentada pela Câmara como uma proposta não aceitável, como uma má proposta, mas não a rejeitaram à partida e avançaram para a discussão com o objectivo de a melhorar e a corrigir naquilo que entendiam ser necessário corrigir. -----

----- Portanto, saudava os Vereadores do Partido Socialista, liderados na Câmara pelo Sr. Vereador Vasco Franco, porque propuseram alterações concretas ao projecto de acordo inicialmente apresentado que, no seu entender, melhoraram de forma substancial a situação. Mas saudava também a abertura da Câmara Municipal, nomeadamente do Sr. Vice-Presidente, pela forma como encararam as propostas que o Partido Socialista apresentara e a abertura que tiveram que conduzir a que hoje estivessem confrontados com uma situação diferente. -----

----- De facto, por proposta do Partido Socialista, tinham sido introduzidas alterações no acordo com os clubes que clarificavam a situação e o alteravam de forma substancial. -----

----- Em primeiro lugar, como já referira, não estava previsto que o assunto tivesse que ser apreciado em Assembleia Municipal, isso tinha sido considerado e, portanto, estavam agora a apreciar o dito acordo. -----

----- Em segundo lugar, foi retirado do projecto de acordo inicial que o acesso à promoção imobiliária dos fogos que a EPUL iria fazer só fosse permitida a jovens que embora trabalhando em Lisboa residissem fora da cidade. É que, para além da própria inconstitucionalidade da situação, isso pressupunha uma grande injustiça para com os jovens que trabalhavam e moravam em Lisboa, ou mesmo para os jovens que morando em Lisboa trabalhavam fora, porque se queriam combater a desertificação da cidade era evidente que não poderiam estar a implementar um acordo onde os jovens que estivessem já em Lisboa ficavam excluídos de poder vir a ter habitação própria na cidade. -----

----- Em terceiro lugar, um facto também inaceitável, era que não estivesse previsto que fossem celebrados contratos-programa com os clubes de futebol para a aplicação do próprio acordo. Isso, no entender do Partido Socialista, punha o acordo numa situação de insustentabilidade quanto à sua defesa e quanto à sua própria verificação no futuro, e agora registavam com agrado que, por proposta do Partido Socialista, estavam previstos os contratos-programa com os clubes de futebol para que o acordo pudesse ser verificado e acompanhado. -----

----- Por outro lado, ainda, tiveram também uma divergência séria em relação ao projecto de construção para o interface de Alvalade, quanto à necessidade de ser efectuado um plano de pormenor para os 29.000 m² de construção a mais que estavam previstos. Tiveram nessa matéria uma divergência profunda, mas verificavam também que, na proposta apresentada, estava agora reflectida essa preocupação. -----

----- No tocante às bombas de gasolina, disse que reconheciam que a solução era de interpretação duvidosa, já que não era uma mas sim duas bombas porque era uma em cada sentido da via. Era um excesso no entender do Partido Socialista, mas não estavam em condições de equacionar o projecto e pôr em causa a própria realização do Euro 2004. Mas ficava registado que o Dr. João Soares tinha sido acusado de dar aos clubes de futebol aquilo que não podia dar, e depois o que se via era que, afinal, ainda se dava mais que aquilo que estava prometido já que de uma bomba se passara a duas bombas de gasolina. -----

----- Disse, ainda, que se reconheciam essa melhoria substancial, resultante de propostas do Partido Socialista, no acordo apresentado, havia ainda duas questões que os preocupavam, a primeira das quais tinha a ver com a distribuição das mais-valias, que relativamente ao Sporting se encontravam no ponto 5 e relativamente ao Benfica no ponto 7. É que, como se referia, as mais-valias (se as houvesse já que teriam que reconhecer que era uma operação de risco, que envolvia também uma empresa municipal) seriam repartidas entre as partes signatárias, mas não se dizia como seriam repartidas e era importante que essa questão ficasse esclarecida hoje por parte da Câmara, já que tal seria importante até para a posição final do Partido Socialista sobre a matéria. -----

----- A propósito do que acabava de referir, apresentou a seguinte proposta de alteração: -----

----- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO -----

----- “Considerando que as hipotéticas mais-valias, decorrentes da operação imobiliária promovida pela EPUL, CML, na construção de 200 fogos na Quinta do José Pinto, em Campolide, e de 200 fogos no Vale de Santo António, respectivamente de acordo com cada um dos protocolos celebrados com o Sporting Club de Portugal e com o Sport Lisboa e Benfica, interessa garantir que as referidas mais-valias serão efectivamente aplicadas na construção de infra-estruturas de fins socialmente relevantes, pelo que se torna necessário garantir que a sua distribuição possibilite a prossecução deste objectivo. -----

----- Nestes termos proponho: -----

----- - Que a Assembleia Municipal delibere alterar o nº 5 do Protocolo celebrado com o Sporting Club de Portugal e o nº 7 do acordo de princípios celebrado com o Sport Lisboa e Benfica que passam a ter a seguinte redacção: -----

----- ‘As mais valias decorrentes desta operação, serão repartidas em partes iguais entre as partes signatárias ...’ -----

----- A segunda questão tinha a ver com o acompanhamento que a Assembleia Municipal deveria fazer, de forma sistemática, relativamente à execução dos acordos e a verificação de todas as situações até à execução final dos estádios, e, nesse sentido, apresentavam a seguinte proposta: -----

----- PROPOSTA -----

----- “Considerando a matéria constante da proposta nº 122/2002, que nos encontramos a discutir. -----

----- Considerando a importância para o sucesso do Euro 2004, de que os estádios do Sporting Clube de Portugal e do Sport Lisboa e Benfica estejam prontos a tempo do evento. -----

----- Considerando que os órgãos autárquicos do Concelho devem acompanhar a aplicação dos fundos municipais empregues, ainda que de forma indirecta, nessas duas obras. -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal é o órgão de fiscalização, com competência para fazer o acompanhamento de todas as situações da vida autárquica. --

----- Nestes termos, propomos que a Assembleia Municipal hoje reunida delibere: -----

----- – Aprovar a constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução dos Contratos-Programa entre o Município e o Sporting Clube de Portugal e o Sport Lisboa e Benfica.” -----

----- Finda a apresentação da proposta, disse que só com a aprovação da aludida Comissão Eventual de Acompanhamento se sentiriam em condições de avaliar o sentido de voto sobre a proposta. -----

----- Portanto, faltavam ainda duas questões essenciais: por um lado as mais-valias e, por outro lado, a Comissão Eventual de Acompanhamento para verificar a execução dos contratos-programa, já que era matéria que tinha a ver com milhões de contos. ----

----- Aliás chamava a atenção de que com a aprovação do Orçamento Rectificativo não só as Câmaras mas também as empresas municipais ficaram impossibilitados de aumentar os seus níveis de endividamento e estava ansioso por saber que esclarecimentos daria o Sr. Presidente da Câmara sobre a matéria, porque, de facto, tinha um grande interesse em saber como iria a EPUL encontrar os mais de seis milhões de contos para comprar os terrenos ao Benfica e tornar-lhos líquidos, já que era notório que o Benfica precisava desse dinheiro com alguma rapidez. -----

----- A terminar, disse que a sua bancada ficava a aguardar com alguma curiosidade os esclarecimentos que iriam ser dados, mas era preciso que este capítulo fosse encerrado hoje, até para tranquilidade de quem estava a implementar os estádios. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “O PCP sempre defendeu relações de cooperação e concretizou apoios aprovando sucessivos protocolos com o S.L. Benfica e o S.C. Portugal. Na anterior Vereação manteve e apoiou as colectividades e as modalidades com critérios transparentes e com a participação de todas estas colectividades neste processo. -----

----- O Município cumpriu com esses apoios, o Benfica e o Sporting ainda não cumpriram com a sua parte na construção dos seus equipamentos e infra-estruturas desportivas. -----

----- O actual Executivo, de maioria PSD/CDS-PP, está sob forte pressão. Esta pressão iniciou-se ainda durante a campanha eleitoral, de forma descarada e aberta com o apoio de dirigentes do Benfica ao PSD. O Sr. Presidente da Câmara e o Executivo criaram uma nova situação indo ao encontro dos apoios recebidos então. Lançando uma cortina de fumo, tudo tem tentado para fazer crer que é vítima de compromissos dos seus antecessores. É a velha história do ‘agarra que é ladrão’. -----

----- O que de facto é verdade é que estes protocolos são novos protocolos que o Sr. Presidente assinou com o Sporting e o Benfica, sem estes vincular a contrapartidas devidas à população e à cidade. São novos porque entrega mais três novas bombas de gasolina, porque distribui mais-valias resultantes da venda de 400 fogos a construir pela EPUL, em terrenos municipais, porque ainda assume, em cláusula própria, os encargos com a construção dos ramais subterrâneos (gás, água, telefones, electricidade ...) bem como a fiscalização e a consultoria da obra de construção da urbanização do S.L.Benfica. -----

----- É sobretudo significativo que seja permitido ao S.L.Benfica construir 65.000 m2, violando o PDM, que só prevê o máximo de construção de 23.604 m2. E, ao Sporting, que aparece neste processo por arrastamento, é-lhe concedido o ‘direito’, segundo o novo protocolo, de construção de mais 29.000 m2, apesar de ter esgotado a área definida no PDM (UOP 30 /com total de 109.000 m2, já incluídos totalmente em projecto apresentado à CML). -----

----- Esta excessiva edificabilidade, que viola claramente os índices e limites do PDM, com as consequências negativas agravando os problemas de trânsito e estacionamento e a falta de áreas para equipamentos colectivos e sociais e zonas verdes. -----

----- Tudo isto envolve o erário público em mais de 100 milhões de euros (vinte milhões de contos) 65 milhões de euros para o Benfica (13 milhões de contos) e 35 milhões de euros (7 milhões de contos) para o Sporting. -----

----- Não deixa de ser chocante que seja o PSD, ao mesmo tempo que o seu Governo tanto fala em rigor e contenção da despesa pública, a apresentar agora uma proposta destas, que em nada beneficia a cidade e a sua população mas apenas os interesses financeiros dos dois clubes, com um grande passado histórico, é certo, mas já largamente beneficiados. -----

----- Não deixa de ser significativo e relevante que a Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, com a composição e a votação que nos é presente manifeste tanta dúvida e preocupação sobre os efeitos para o Município dos acordos celebrados. -----

----- Estará a Assembleia Municipal em condições de esclarecimento e de consciência plena a decidir sobre a doação de mais meios do erário público a estes clubes? -----

----- O PCP esclarecido votará, mais uma vez em consciência, contra estes novos protocolos, -----

----- Perante o que atrás se disse não lhe resta outra alternativa. -----

----- Não é, nem podia ser um voto contra os clubes. -----

----- É um voto a favor de Lisboa. -----

----- Por último não posso deixar de, nesta Assembleia, manifestar o nosso total repúdio pelos insultos que nos foram feitos pelo Sr. Vereador Carmona Rodrigues, num comunicado distribuído à comunicação social. É evidente que quando não se tem argumentos recorre-se ao insulto. O PCP, os seus eleitos, cumprem os seus compromissos para com quem neles confiou, afirmam os seus princípios e a sua coerência, é a nossa forma de estar e não nos incomoda quem com isso se irrita.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que as propostas apresentadas pelo Partido Socialista tinham sido admitidas pela Mesa e iriam ser distribuídas, pelo que estavam também em análise a partir deste momento. -----

----- **A Deputada Municipal Dina Nunes (BE)**, no uso da palavra, disse que este assunto, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, surgia mal. Surgia num contexto de imposição nacional à qual, a seu ver, a gestão da Cidade de Lisboa não deveria impunemente ceder. -----

----- Disse, depois, que o Acordo tinha sido defendido pelo Sr. Vice-Presidente como defendendo os interesses das várias partes envolvidas, nomeadamente da população de Lisboa. Era nisso que tinha dúvidas, porque os Acordos de Princípio não especificavam nem custos nem consequências ambientais para a cidade e consecutivamente para a população de Lisboa, e, por outro lado, também não continham números que permitissem avaliar qual a melhor solução para a cidade. -----

----- Essas dúvidas, na sua opinião, eram bem colocadas na recomendação que a Comissão de Educação, Desporto e Juventude, por unanimidade, propunha à Assembleia, e com as quais estava de acordo. -----

----- De facto, como podia a Câmara propor à Assembleia que aprovasse documentos que teriam custos para a cidade e que nem estavam sequer definidos e explícitos? -----

----- Havia um compromisso com o Benfica que passava a ser estendido ao Sporting, mas quanto a custos nada sabiam, como não sabiam também quais as contrapartidas dos clubes em termos de valores. O Benfica comprometia-se, pela segunda vez, a construir nos seus terrenos equipamentos desportivos, e se novamente os não fizesse? Quais eram os prazos e quais as sanções previstas nesse caso? -----

----- Por outro lado, os preços a pagar pela EPUL pelos terrenos do Estádio da Luz, os custos da ligação às redes concessionárias e a fiscalização das obras, também não eram apresentados, pelo que perguntava se todos esses custos iriam permitir a construção de fogos a preços que depois pudessem ser destinados ao mercado de habitação jovem, como era a função da EPUL. Era uma questão que também não estava respondida. -----

----- Continuando, disse que se previa que as mais-valias resultantes da venda dos fogos fossem repartidas pelas partes, mas em que percentagens e de que valores estavam a falar também não sabiam. Depois referia-se que parte dessas mais-valias deveriam ser aplicadas na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos, pelo que novamente perguntava de que parte estavam a falar e qual era a percentagem. -----

----- Terminou como começou perguntando como poderia a Assembleia aprovar um compromisso cujos custos eram desconhecidos para a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal José Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que “Os Verdes” subscreveram a recomendação da Comissão que ia no sentido de suspender a votação da proposta 122/2002, da Câmara Municipal, e fizeram-no porque consideravam que sem os esclarecimentos e a clarificação de importantes aspectos referidos na recomendação, a Assembleia não tinha condições para se pronunciar

sobre acordos com o alcance financeiro e as consequências para a cidade e para os lisboetas que esta proposta envolvia. -----

----- Desde logo, discordavam do ponto de partida que estivera subjacente às negociações com os clubes, porque, tal como há mais de um ano tinham vindo a afirmar, a solução de construção de estádios não deveria resultar apenas da decisão dos clubes mas sim de toda a cidade. -----

----- Por outro lado, também em nenhum documento ficara demonstrado que essas negociações tivessem admitido sequer a possibilidade da Câmara se tornar proprietária dessas obras, convertendo os futuros equipamentos em equipamentos municipais, mas a isso, se calhar, não seria alheio o facto de pela primeira vez na história um clube de futebol votar numas eleições. -----

----- Também não se vislumbraram esforços por parte do Executivo para garantir a existência de pistas de *tartan*. Se não fosse preocupação central do Executivo o financiamento dos clubes, era evidente que dos protocolos constaria a exigência da construção de pistas de *tartan*, agora que as obras estavam em fase inicial. -----

----- Disse, ainda, que para além da falta de estudos referidos na recomendação e das dúvidas sobre o respeito pelos índices e limites do PDM, não se referia a possibilidade de no caso das bombas de gasolina ultrapassarem os 10 milhões de euros o remanescente reverter para a Câmara Municipal, conforme, segundo a imprensa, teria havido já um acordo tácito entre os Vereadores nesse sentido. -----

----- Por outro lado, considerando que os protocolos envolviam três partes, não se compreendia porque só a Câmara Municipal se comprometia a garantir um acordo de associação tripartida com as restantes partes dos protocolos para a construção, pela EPUL, de 200 fogos na Quinta José Pinto para o Sporting, e no Vale de Santo António para o Benfica. -----

----- Seguidamente, disse que os protocolos eram marcados por uma enorme falta de rigor, aspectos pouco claros e grandes indefinições, para além de não preverem contrapartidas para a Câmara nem investimentos por parte dos clubes envolvidos. Por exemplo, referia-se, em ambos os protocolos, que as mais-valias seriam em parte aplicadas na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos, mas não se dizia que parte, o que levava a perguntar se se estavam a referir a 1 ou a 99%. E quando era que o Benfica procedia à alienação dos terrenos do Estádio da Luz à EPUL? E quando era que o Sporting procedia à cedência da posição contratual no contrato que tinha com a Galp? -----

----- Mas isso não se sabia porque os protocolos não estabeleciam prazos, assim como não estabeleciam também sanções, o que significava que ficavam sem saber o que aconteceria se os clubes não cumprissem. -----

----- Depois aparecia uma cláusula inédita! O Benfica, eventualmente como contrapartida, comprometia-se a cumprir obrigações decorrentes de protocolos anteriores. Seria que daqui a uns anos teriam que fazer novo protocolo para que o Benfica se comprometesse a cumprir as obrigações assumidas neste protocolo? Referia-se que o Benfica até ia apresentar a respectiva programação, só que não se sabia quando porque o protocolo não o dizia. -----

----- Perante estas dúvidas, o seu partido considerava que a ser votada a proposta 122/2002, da qual constavam os protocolos, a Assembleia não sabia ao certo o que estava a votar, pelo que o PEV iria votar a favor da proposta de recomendação que foi aprovada na Comissão, onde estavam representados todos os partidos com assento na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por aludir à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho dizendo que o PSD estava totalmente de acordo com a constituição de uma Comissão Eventual para Acompanhamento dos Contratos-Programa, não só para dignificar a Assembleia Municipal como também para garantir que tudo corria de acordo com os desejos da Assembleia. -----

----- Por outro lado, no tocante à questão da repartição das mais-valias decorrentes da construção dos fogos, também estava em condições de poder dizer que elas seriam repartidas em partes iguais. -----

----- Disse, depois, que o Euro 2004 foi, muito por força do PS mas também da sociedade civil, considerado um desígnio nacional, com o envolvimento de todos os meios possíveis para levar de vencida uma candidatura que, entre outros concorrentes, tinha a candidatura da Espanha. A vitória da candidatura portuguesa foi considerada quase como uma autêntica batalha de Aljubarrota, e nisso até os espanhóis tinham ajudado porque enfiaram um barrete monumental na altura, como certamente todos se recordariam. -----

----- Portanto, pelo envolvimento que o País tivera e por força daquilo que, naturalmente, o Governo da altura desenvolvera nesse desígnio, a satisfação portuguesa por se trazer o Euro 2004 para Portugal tinha sido realmente enorme, e, nessa altura o PSD não estava na Câmara de Lisboa nem no Governo. -----

----- Recordou que, na altura, tinha sido controversa a questão sobre quanto estádios eram necessários: uns diziam quatro, outros seis, mas entendera a Comissão, liderada pelo PS, que deveriam ser dez os novos estádios. E, portanto, foram ou iriam ser construídos dez estádios para albergar o Euro 2004, quando apenas seriam precisos quatro ou, eventualmente, seis. -----

----- Para o efeito, o Governo estabelecera com a maioria das Câmaras das cidades onde decorrerá o Euro 2004, contratos-programa tendo em vista o financiamento da construção dos estádios, mas em relação a Lisboa não se fizera nada e não se ouvira da parte do PCP, do PS, do Presidente da Câmara e dos Vereadores da altura, comunistas e socialistas, reivindicarem no sentido do Governo, nessa altura do Partido Socialista, para também estabelecer um contrato-programa com o Município de Lisboa para o financiamento dos projectos ligados quer a um estádio quer ao outro. ---

----- Por outro lado, também não tinha sido da responsabilidade do PSD não se ter conseguido o desígnio, que certamente todos desejavam, incluindo a Câmara, de construir um único estádio municipal. Quem conduzira, quem chefiara essas *demarches*, naturalmente foi o anterior Presidente da Câmara, e não chegaram a bom termo. E o problema que agora estavam a discutir quase não existiria se, eventualmente, se tivesse conseguido convencer o Sport Lisboa e Benfica e o Sporting

Clube de Portugal a terem um único estádio, que seria um estádio municipal como existia em muitas outras cidades europeias. Não tinha sido por culpa do Governo do PSD nem do actual Presidente da Câmara que isso se não conseguira, se havia alguém culpado era exactamente quem então estava no poder. -----

----- Prosseguindo, disse que o Sport Lisboa e Benfica estabelecera, em 1995, um protocolo em que a Câmara lhe cedia direitos vários de construção, obrigando-se o clube, através de um contrato-programa, a determinadas contrapartidas visando o desenvolvimento desportivo dos municípios de Lisboa, e não se lembrava que até hoje alguém ali tivesse reivindicado o cumprimento desse protocolo. Nem mesmo a Sra. Vereadora do Pelouro do Desporto ou os Vereadores que a antecederam nessa área, como os Deputados Municipais do PCP que agora estavam tão preocupados com o cumprimento do protocolo que se viesse a estabelecer, ali referiram uma vez sequer a necessidade do Benfica cumprir o protocolo de 1995. -----

----- Depois, concretamente em Maio de 1999, a Câmara e o Sporting assinaram um protocolo em que se previa a edificabilidade do interface do Campo Grande, em contrapartida da perda de edificabilidade em outros terrenos do Sporting. A edificabilidade que nessa altura era reclamada pelo Sporting era de 48.000 m², tendo-lhe atribuído a Câmara, na altura, 33.000 m², e agora o actual Executivo apenas lhe atribuía 29.000 m², pelo que em termos daquilo que estava previsto e daquilo que estava no protocolo em discussão a Câmara ficava a ganhar. Mas também nessa altura não ouvira ninguém do PCP, nem mesmo do PS, referir que eram ultrapassadas as volumetrias previstas no PDM e que se tinha que fazer qualquer coisa para travar isso. -----

----- Aliás, as obras do novo estádio do Sporting tinham-se iniciado com grande publicidade e também aí não vira ninguém a reclamar sequer da licença de escavação, que supunha que não tinha, nem da licença de construção que não tinha de certeza. Ninguém reclamara da necessidade desses instrumentos para que a obra se iniciasse, quando era sabido que qualquer privado que quisesse fazer uma casa teria que ter licenças de demolição, se fosse caso disso, de escavação e de construção. Nem os Deputados Municipais do PCP, nem os Deputados Municipais do PS, nem o Executivo que na altura estava em exercício reclamaram disso! -----

----- Por outro lado, o Benfica iniciara a demolição do Estádio da Luz há nove meses e também a construção do novo estádio, estivera lá o Sr. Presidente da Câmara e logo a seguir, numa Assembleia Geral do Benfica, havia sido dito que a edificabilidade que a Câmara iria permitir eram 80.000 m² em resultado de um acordo estabelecido com o Sr. Presidente da Câmara. Mas, nessa altura, também não tinha visto a Sra. Vereadora do Desporto reclamar desses 80.000 m², o que o levava a perguntar se seria possível que na Câmara Municipal de Lisboa, liderada pelo Dr. João Soares, este não tivesse uma confiança com a responsável pelo Pelouro do Desporto sobre matérias de uma área desportiva, como também se seria possível que o Dr. João Soares não tivesse confidenciado ao Vice-Presidente da Câmara que tinha prometido ao Benfica essa área de construção. É que, se era certo que podiam acusar o Dr. João Soares de agir de mote próprio em muitas coisas, custava-lhe muito a crer que ele não tivesse dito nada.

Que não o tivesse dito ao Vereador Vasco Franco acreditava, mas que não o tivesse dito ao Vice-Presidente ao à Vereadora do Desporto, isso não. -----

----- De facto, tudo corria bem! O Benfica, naturalmente, iria ter as bombas de gasolina, iria ter a Câmara a integrar o capital da SAD, iria ter 80.000 m2 de construção e a Somague iria realizar as obras. Só que houve uma chatice! O Dr. Santana Lopes teve o descaramento de ganhar as eleições, e isso estragara tudo! E agora era um drama de todo o tamanho, só porque o Dr. Santana Lopes ganhara a Câmara era preciso travar todas as soluções, mesmo que fossem francamente melhores e defendessem melhor os interesses da cidade que aquelas que estavam previstas. Tudo era complicação, tudo eram obstáculos, tudo era obstinação, nomeadamente da parte do Partido Comunista, em tentar que a questão ficasse em águas de bacalhau, que houvesse uma grande bronca, que não houvesse Euro 2004, que tudo se embrulhasse e que o País entrasse naquela estratégia do PCP, pelo menos de uma ala do partido, de quanto pior melhor. -----

----- Seguidamente, disse que lhe parecia perfeitamente normal que quem dirigia um Executivo aceitasse sugestões com a finalidade de obter consensos, e até, porque não, a participação de outras forças políticas. Aliás, o PSD não considerava que a experiência de alguns Vereadores que estavam na Câmara, nomeadamente dos que lá estavam há mais tempo, pudesse ser desprezada. E porque não aproveitá-la se eles estavam disponíveis para a dar? -----

----- Aquilo que aconteceu em termos de aceitação de sugestões, que foi muito elogiado pelo Partido Socialista e até pelo Partido Comunista, pelo menos na Câmara, era um acto normal de gestão! O que acontecia era que não estavam habituados a isso e ficavam admirados, porque qualquer sugestão dada pela oposição nos últimos doze anos de poder na Câmara Municipal de Lisboa era obviamente desmanchada, e, mesmo que aprovada, era sempre travada. De resto, tendo estado na Câmara quatro anos como Vereador da oposição sabia perfeitamente que era assim, nem sequer confiança se dava. -----

----- Por tudo isso, quando via agora o posicionamento do PCP não podia deixar de perguntar: será que o PCP não sabia da existência do Euro 2004? Provavelmente não! Será que o PCP não sabia dos novos estádios que iam ser construídos e da necessidade do seu financiamento? Se calhar não! Será que o PCP não sabia das dificuldades, quer do Sporting, quer do Benfica, para concretizar esse objectivo? -----

----- No entanto sabiam que o Dr. João Soares tinha prometido uma bomba de gasolina! Toda a gente sabia da existência dum despacho do Secretário de Estado dos Transportes, que fazia jurisprudência, que quando numa via o trânsito ultrapassava determinado número de veículos por dia a bomba de gasolina tinha duas posições, uma num sentido outra noutro, portanto embora nos dois sentidos era só uma bomba.--

----- Mas era só isso que sabiam! Não tinham ouvido ninguém falar dos 80.000 m2 de construção! Não ouviram ninguém falar do contrato com o Sporting! Não ouviram ninguém falar da participação no capital da SAD do Sport Lisboa e Benfica! Ninguém tinha ouvido ninguém falar disso! Os Vereadores, ao que parecia, estavam ali a ser completamente ultrapassados e enganados pelo Presidente da Câmara de então! -----

----- Todavia, felizmente, o Dr. Santana Lopes tivera empenho e coragem para arranjar uma solução imaginativa que resolvia a contento os problemas de todos, tendo ainda a humildade de fazer o possível para que essa solução tivesse um consenso generalizado. -----

----- A terminar, dirigindo-se principalmente aos Deputados Municipais do PCP, disse que era fundamental que além do consenso necessário a esta causa houvesse também bom-senso, e era isso que esperava que acontecesse e não se criassem problemas onde não deviam ser criados. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que pese embora as qualidades intelectuais e políticas de quem desencadeara o processo de elaboração do PDM de Lisboa e a craveira técnica e cultural de quem o elaborara, o documento apresentava por vezes lacunas e ambiguidades. Contudo, no que dizia respeito aos terrenos do Sporting e do Benfica ele era duma claridade cristalina. -----

----- Era clara a informação que a planta de ordenamento apresentava, com uma mancha sobre esses dois terrenos que indicava, inequivocamente, que deveriam ser áreas de equipamento e serviços públicos, e essa classificação obtinha regulamentação na secção 7 – áreas de equipamento e serviços públicos – artigos 87º e 88º. -----

----- Leu o ponto 1 do artigo 88º, que dizia: -----

----- “Ponto 1 – A ocupação das áreas de equipamento e serviços públicos deve ser objecto de plano de pormenor ou projecto urbano.” Portanto, era indubitável o destino dessas áreas. Tratava-se, por conseguinte, duma disposição sem ambiguidades. Era pacífica a alternativa entre plano de pormenor ou projecto urbano porque o objectivo de uma e outra figura de planeamento era dar proposta formal, dar imagem, fazer paisagem urbana, fazer composição urbana a partir dos elementos quantitativos. -----

----- Quanto ao plano de pormenor, o artigo 90º do Decreto-Lei 380/89 referia que deveria definir com detalhe a concepção, a forma de ocupação, e servia de base aos projectos de execução. O projecto urbano dizia quase a mesma coisa: deve indicar a modelação do terreno, a estrutura viária, os arranjos exteriores, o abastecimento de água, indicando as áreas para usos com e delimitação da construção e respectivas áreas. (anexo terceiro do PDM). -----

----- Ambas essas figuras conduziam a um documento fundamental – quando havia divisão da propriedade ou compra e venda da propriedade – que era o alvará de loteamento. -----

----- Ainda no artigo 88º, um artigo com clareza extrema, referia-se que podia haver outros usos nessas áreas desde que não ocupassem mais de 20% da área estabelecida na planta de síntese, dizendo ainda que 30% da superfície total do terreno devia ser destinada a áreas verdes ou áreas permeáveis, portanto zonas livres onde não seria admitida construção de qualquer espécie: piscinas, pavilhões gimnodesportivos ou campos de futebol. -----

----- Contudo, surgia uma ambiguidade quanto à alínea c), que dizia que o índice de urbanização líquido era de 0,6 e não dizia a que área se aplicava. Pessoalmente entendia que se devia aplicar a toda a área, era aquilo que, enfim, nos conceitos do Direito se chamava o Direito abstracto de construir, portanto uma benesse que a

administração concedia a todos os proprietários de uma determinada área. Mas esse Direito abstracto deveria ser confrontado com a capacidade de edificabilidade, ou seja, quanto era que lá cabia para dar origem ao direito concreto de construir com o tal direito que aparecia no plano de pormenor. -----

----- Mas desejava que o acompanhassem numa simulação desses conceitos. -----

----- No caso do Benfica: aceitem-se os tais 65.000 m² que a proposta indicava – aqui chamava a atenção para o que se dizia no parecer dos juristas consultados “os juristas autorizam os 65.000 m²” quando quem tinha poder para autorizar eram os eleitos com a autoridades que lhes tinha sido dada pelo voto – mas esses 65.000 m² de construção teriam que se confinar a 20% da área do terreno, que, feitas as contas, seriam três hectares e meio o que correspondia, sensivelmente, à placa central do Terreiro do Paço, e os 65.000 m² correspondiam a uma construção, em forma de torre, com 30 por 30 metros, com 73 andares de altura. -----

----- Era evidente que ali aparecia a potencialidade de construção do terreno, com certeza que uma torre com essa altura teria oposição dos ecologistas, dos homens da segurança do aeroporto, etc. Ou seriam duas torres com 36 andares! Mas a imagem das duas torres estava ligada ao perigo, à insegurança, portanto também seriam de rejeitar. Então seriam quatro torres de 18 andares e nessa altura seriam os promotores do Colombo a reclamar já que se se pusera em dúvida duas torres dum lado da avenida do outro lado fazer-se quatro seria ainda mais grave. Ou, ainda, nove torres com oito andares, mas nessa altura o terreno já não aguentava se se lembrassem que à volta dessa construção estariam 800 automóveis que era quanto gerava 65.000 m² de construção. Também podia ser um edifício com 15 metros de empena, 8 pisos e 540 metros de profundidade! -----

----- Naturalmente este exercício, que ali aparecia como aterrador, não queria dizer que não fosse possível. O Sr. Presidente da Câmara consultara três juristas mas deveria ter consultado três urbanistas porque os lisboetas tinham direito a saber qual era a forma que iria ter a ocupação desses terrenos, como, aliás, os portuenses já tiveram ocasião de discutir, acaloradamente, qual a imagem que desejavam para a sua cidade. -----

----- O processo de urbanização era um processo algoritmo, ou seja, um processo em que havia uma sequência de operações não se podendo passar de uma para outra sem que estivesse cumprida a primeira. De resto, a própria lei determinava que era nulo todo o acto consequente do incumprimento de um plano de uma fase anterior. Era o Plano Estratégico, o Plano Director Municipal, o Plano de Urbanização, o Plano de Pormenor ou de Estudo Urbano, o Alvará de Loteamento, o Projecto de Licenciamento, a Licença de Construção, a Licença de Utilização, as Escrituras, etc., portanto ao eliminar uma dessas fases para acelerar o processo, corriam o risco de estar a admitir um acto nulo. -----

----- Chamou a atenção da Câmara para esse aspecto, na certeza, porém, que escrituras e projectos de licenciamento não podiam ser feitos antes do alvará de loteamento estar registado e aprovado, e o alvará de loteamento não podia ser feito antes do plano de pormenor ou do estudo urbano. -----

----- Portanto, mesmo dentro desse pantanal de decisões intempestivas, impunha-se a realização, rapidamente, dum plano de pormenor. -----

----- Disse, ainda, que não estava na mente do PCP um espírito de oposição sistemática, entendiam que o assunto poderia ser discutido, e oferecia o seu trabalho e o dos seus colegas da Comissão de Urbanismo para acompanhar a melhoria do protocolo em apreciação. -----

----- Nessa colaboração só punham duas condições: que se cumprissem as leis do sistema de urbanismo em Portugal, que se cumprissem as boas regras do urbanismo e que o corpo da Cidade de Lisboa não fosse vendido nem deformado para pagar as dívidas de uma ou duas sociedades anónimas. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que o tom sereno como decorrera o debate até à intervenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves motivava-o a um determinado tipo de intervenção, mas depois de o ouvir a sua intervenção passava a ser de outra natureza. -----

----- Começou então por referir que face às reiteradas referências, até com algum saudosismo, a cenas da vida política recente e à invocação de ética nessas matérias, pretendia referir que a proposta em debate era apresentada tal qual aquela figura “entre a espada e a parede”, não sendo sequer concedida à Assembleia a opção entre a espada ou a parede. Ou seja, esta proposta aparecia já a trespassar a Assembleia Municipal. -----

----- Isto porque, todos reconheciam que estava em causa um desígnio nacional, que a organização do Euro 2004 era importante para a Cidade de Lisboa, era importante para todos os agentes económicos e sociais da cidade, era importante para o Sport Lisboa e Benfica e para o Sporting Clube de Portugal, como era importante também para todas as cidades do País envolvidas no evento. E sabendo todos da importância e da indispensabilidade do Estádio da Luz na organização, sendo o único com capacidade, de acordo com as normas internacionais desse tipo de eventos, para acolher uma final, era óbvio que estavam perfeitamente condicionados. -----

----- E estavam condicionados pelos gumes que ia referir, dos quais, o primeiro, era a opção do Executivo camarário ao ter apresentado apenas no dia 19 de Abril, no Palácio da Mitra, as propostas de Acordo de Princípios, quando, anteriormente, tinha referido que as propostas de solução imaginativa seriam presentes logo a seguir ao Carnaval, e depois rectificara dizendo que seria logo a seguir às eleições legislativas. Portanto, apresentara-as quando pôde, mas não cumprira as expectativas que criara, e não tendo cumprido essas expectativas ainda os trespassara com outro gume: é que as propostas com a configuração que tinham inicialmente não estavam em condições de ser apresentadas à Assembleia Municipal. -----

----- E não estavam – aproveitava para repetir ao Sr. Presidente da Câmara um dos argumentos avançados há pouco pelo seu camarada Miguel Coelho – porque, na sua opinião, enfermavam de uma inconstitucionalidade relativamente à discriminação que fazia no acesso dos jovens à habitação promovida pela EPUL em conjunto com os clubes e a Câmara. -----

----- Para além disso, houve também outros elementos benéficos introduzidos nas discussões de Câmara pelo Vereadores da oposição. Desde logo, a redução de risco da EPUL nessa operação ao afastar a imputação à empresa dos custos com as acessibilidades, e, porque era importante em termos de ética que os Acordos fossem vinculativos para todos, um outro elemento importante introduzido nas reuniões camarárias foi a vinculação dos Acordos à celebração de constratos-programa que viessem conferir alguma vinculatividade e alguma exigibilidade aos clubes no cumprimento das obrigações estipuladas. -----

----- Mas, no seu entendimento, as funções de fiscalização da Assembleia Municipal iam para além desses aspectos, e nessa matéria também tinha sido importante o contributo dado pela Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude ao salientar uma série de pontos que não estavam suficientemente claros e que era importante que estivessem para que os Deputados Municipais, ao deliberarem sobre a proposta, tivessem consciência da amplitude e da extensão dos compromissos assumidos pelo Município na sua globalidade. -----

----- Aliás, era até de louvar a iniciativa do PSD que, no decurso desta reunião da Assembleia, aceitara duas propostas que foram apresentadas no sentido de ajudar a credibilizar mais os Acordos de Princípios, designadamente a clarificação da aplicação das partes das mais-valias que vierem a resultar da operação, e também a constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento, da Assembleia Municipal, que efectivamente lhe parecia indispensável para ver depois, em concreto, os impactos económico/financeiros da aplicação dos acordos; a quantificação dos benefícios que iriam ser concedidos aos clubes; para ver como sairia a EPUL da operação, ou seja, a sua capacidade para continuar a desempenhar a sua missão depois de ser integrada nestes protocolos; e também que garantias, em termos de heterogeneidade na prática desportiva, seriam dadas às pessoas que não se identificassem tanto com o futebol. -----

----- Por exemplo, as pessoas que praticavam atletismo de alta competição, em Lisboa, como ficariam ao ver suprimidas duas infra-estruturas de que dispunham: uma no parque desportivo da Luz e outra no Estádio de Alvalade. -----

----- Por tudo isso, parecia-lhe que tinha sido muito importante o contributo dado pela Comissão, contributo esse, aliás, aprovado por unanimidade na Comissão. -----

----- Apelou ao Sr. Presidente da Câmara que os ajudasse a deliberar com plena consciências sobre os Acordos que propusera, especificando os compromissos, a quantificação do grau de empenhamento que esses compromissos tinham para o Município e que aceitasse a instituição de mecanismos de fiscalização e de acompanhamento da Assembleia Municipal, no âmbito da execução dos Acordos, para que pudesse haver uma informação permanente e actualizada das reais consequências para Lisboa e para os lisboetas. -----

----- A concluir, disse que o Euro 2004 era indispensável para Lisboa e para Portugal, esse era um ponto de partida para o PS, mas, usando uma linguagem futebolística, não interessava apenas que a bola entrasse na baliza, era preciso que ela entrasse com a cabeça ou com os pés, e nunca com as mãos. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que desejava lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que na primeira reunião da Assembleia Municipal, ao definir o posicionamento que o BE assumiria perante a Assembleia Municipal e a nova maioria do Executivo, referira que gostaria de o saudar por uma intervenção que tinha tido num programa desportivo, onde, sem papas na língua, tinha dito “nem um tostão para os clubes” e acrescentara ainda que o Sr. Presidente da Câmara poderia contar com o apoio do BE enquanto mantivesse essa posição. -----

----- Depois, lembrou também à Assembleia Municipal a posição de princípio que sempre assumiram neste órgão, mesmo no tempo em que pertenciam à coligação “Por Lisboa”, em que relativamente à entrega de terrenos aos clubes – Benfica, Sporting ou outros – sempre colocaram como condicionante, para votar essas cedências, duas condições: a primeira, que não pudessem ser vendidos; a segunda, que não pudessem ser usados para fins imobiliários mas apenas para fins desportivos. -----

----- Parecia que a proposta que estavam a discutir não era uma proposta para dar dinheiro aos clubes. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara tinha dito – e saudava-o por isso – que se recusava a participar com 2 milhões de contos na SAD-Estádio. Podia dizer-se, de facto, que não era dinheiro que se estava a dar aos clubes porque isso era verdade. Não se dava dinheiro! Mas dava-se em espécies, dava-se em terrenos em vários pontos da Cidade de Lisboa, dava-se em obras que se iam construir e alguém teria que ir buscar o financiamento à banca em vez de ser a Somague a fazê-lo, dava-se em taxas camarárias que não seriam recebidas já que era a EPUL que ia fazer as construções e estava desvinculada do pagamento dessas taxas, dava-se serviços, dava-se fiscalização, e tudo isso era dinheiro! -----

----- Mas para não se dizer que o BE era contra tudo e contra todos, já que não havia números na proposta e não havia quantificações nem sequer relativamente aos custos dos investimentos, desejava apresentar os dados do jornal oficioso do Governo, o semanário Expresso, do Dr. Pinto Balsemão, que bem tinha influenciado a situação política actual nomeadamente em torno dos problemas da televisão, que seguramente não seria acusado de esquerda. Referia o dito semanário, fazendo algumas contas, que através dos Acordos com o Sporting e com o Benfica estava prevista uma injeção de capital de cerca de 15 milhões de contos nos dois clubes: 6,5 milhões de contos do direito à edificabilidade dos 65.000 m² onde estava actualmente o Estádio da Luz; 2 milhões de contos na exploração das bombas de gasolina; 1,5 milhões de contos no presumível lucro da venda dos 200 fogos do Vale de Santo António; e 0,6 milhões de contos nas obras de infra-estruturas mais o custo da fiscalização e da consultoria de obras. Depois dava-se o equivalente ao Sporting, não valia a pena estar agora a referir os números todos. -----

----- Lembrou a história recente dizendo que o anterior Presidente da Câmara propusera, publicamente, como solução para o problema dos estádios da cidade a construção de um estádio municipal, e independentemente de se poder questionar se o Executivo da altura fizera ou não o que devia ter feito para conseguir o objectivo da proposta, o que foi público e notório era que tinha sido feita uma proposta pública por

parte da Câmara Municipal que apontava uma solução para o Euro 2004 através da construção de um estádio municipal. -----

----- E, independentemente do resto da história, como responderam os clubes? Que nem pensassem nisso, queriam um estádio para cada um! Mas o Sporting e o Benfica estavam falidos, toda a gente sabia disso! E mesmo assim quiseram construir um estádio para cada um quando a Câmara se manifestara disposta a participar na construção de um estádio municipal! -----

----- Perante essa realidade poderiam discutir todas as invenções de engenharias porque a essência da questão era que a Câmara Municipal de Lisboa, para responder ao Euro 2004, propusera a construção de um estádio municipal, ao que os clubes disseram: “não queremos, somos ricos, queremos um estádio para cada um”. E, quanto a isso, só havia uma resposta a dar: “quem quer riquezas, paga”. -----

----- Continuando, disse que todos sabiam como chegaram à posse do Benfica e do Sporting os terrenos que hoje tinham, terrenos esses onde a Câmara, segundo o Expresso, agora ia gastar 6,5 milhões de contos para garantir o direito à edificabilidade. E como chegaram à posse do Benfica esses terrenos? Foram-lhes dados pela Câmara! Ou seja, todos os terrenos do Benfica e do Sporting foram-lhes cedidos pela Câmara, ao longo dos anos, para apoiar o desporto e agora a Câmara pagava 6,5 milhões de contos para ganhar o direito de edificabilidade em terrenos que cedera. -----

----- Disse, depois, que a proposta estava bem embrulhada, tinha um bom *marketing*, tinha mesmo uma coisa de génio, que era “nós retiramos as mais-valias aos privados, elas são só para a EPUL e para a Câmara”. Mas, pessoalmente, se fosse do *lobby* dos construtores preferiria esta proposta que o anterior acordo. É que, no anterior acordo, estaria acordado entre o Benfica e a Somague que como ao Benfica faltavam uns quantos milhões de contos para a construção do estádio, já que tinha uma parte do Governo e outra parte de empréstimo bancário, o Benfica entregava à Somague os terrenos do actual estádio, a Somague teria que ir buscar à banca dinheiro para investir como terá que ir buscar a EPUL para investir ali, assumindo o risco do negócio, construindo durante dois, três ou quatro anos e ao fim desse tempo começar a vender. Era o risco do negócio! -----

----- Podia ser que daqui a quatro anos o mercado estivesse em baixa e a Somague tivesse um risco no seu investimento, mas podia ser também que estivesse em alta e a Somague daqui a quatro anos tivesse um lucro exorbitante. Mas a Somague agora já não corria esse risco, alguém teria de construir porque a EPUL não construía! Alguma das empresas dos *lobbys* da construção civil de Lisboa, que se sabia quem eram e o poder que tinham, iria construir. Mas agora iria ser mais fácil, agora era assim: “quanto é que custa a construção, quanto é o projecto, são dez milhões de contos construir aqueles prédios todos, sim senhor, adjudicação, e dê cá o dinheiro”. É que a EPUL iria ter que pagar a alguém, iria ter que abrir um concurso público para as empresas de construção civil, seja a Somague, seja a Hagan, seja a Soconstroi, seja a Teixeira Duarte, seja qual for, mas a empresa que vier a construir o empreendimento não arriscará um tostão, recebe à cabeça uns milhões de contos com a adjudicação,

passados seis meses faz-se a medição da obra e irão mais um ou dois milhões de contos. Enfim, se fosse do *lobby* dos construtores civis dizia: “este é um negócio seguro, eu já ganhei”! -----

----- Referia-se que não havia mais-valias para privados, mas a construtora que construir o empreendimento, fosse ela qual fosse, de certeza não iria construir para ter prejuízo, até porque ganhar dinheiro era o objectivo de qualquer dessas empresas. -----

----- Seguidamente, disse que os argumentos foram vários quando discutiram o problema da televisão, nomeadamente um Deputado Municipal do PP tinha dito que, neste momento, o património do capital da RTP era inferior ao capital da dívida que a empresa tinha, o que queria dizer que se ela estivesse no mercado neste momento teria que ir à falência, o que, a propósito, o levava a perguntar se alguém tinha dúvida que os clubes estavam falidos! Nunca teriam visto isso ser dito na televisão ou escrito nos jornais? Teria sido ele que inventara isso? -----

----- Vinham os Deputados Municipais do PSD, a propósito do Orçamento de Estado e da RTP, questionar se achavam justo que houvesse quem na televisão ganhasse sete mil contos, ao que respondia que sim, que era um crime alguém na RTP ganhar sete mil contos, mas a verdade era que o Município de Lisboa ia injectar cerca de 15 milhões de contos em clubes que pagavam salários de 30.000 contos por mês! Mas haveria alguma autoridade no País que pudesse dizer aos portugueses que apertassem o cinto porque havia um défice orçamental, quanto se injectavam 15 milhões de contos em clubes que pagavam 30.000 contos de salários a jogadores? Já não falava das transferências! -----

----- Poderiam argumentar que estavam a falar da SAD-Estádio e não as SAD do Benfica, mas perguntava se alguém tinha dúvida que era tudo a mesma coisa! -----

----- Portanto, o PSD podia dizer que apertassem o cinto, mas se levasse esta proposta para a frente a autoridade acabava-se-lhe de vez. -----

----- No entanto, havia um problema que era o Euro 2004, e estavam entalados porque a anterior Vereação e o anterior Presidente da Câmara assumiram determinados compromissos, que eram públicos, e conseqüentemente não poderiam pôr em causa o Euro 2004. Portanto, se fossem por uma atitude desse tipo não havia Euro 2004. -----

----- Mas desejava pôr a questão ao contrário: a Assembleia e a Câmara Municipal estariam dispostas a negociar com o Benfica e com o Sporting, com uma espada em cima do pescoço, no sentido de que ou faziam isto ou não havia Euro 2004? Seria essa a base negocial que estavam dispostos a assumir? Passaria a ser assim daqui para diante, com uma espada no pescoço e a argumentação que ou lhe davam o que queriam ou então não haveria Euro 2004? É que, a partir daqui, não sabiam até onde iriam as cedências, e quanto a isso estavam contra. -----

----- Disse, ainda, que estavam de acordo com a recomendação da Comissão e que lamentavam que o PS tivesse desautorizado os seus Deputados Municipais da Comissão pondo a hipótese de não votar a favor dessa recomendação no Plenário. Entendiam que quem tinha telhados de vidro não devia atirar pedras, mas estavam de acordo com a Comissão. -----

----- Por fim, disse que votariam a favor da recomendação, votariam contra a proposta em discussão e que votariam a favor da constituição da Comissão Eventual de Acompanhamento. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Trindade (PSD)**, no uso da palavra, depois de referir que apoiava o Euro 2004 e consequentemente o futebol, modalidade de que era adepto desde que se conhecia, disse que ia ler parte de uma carta da rubrica “a palavra do leitor”, publicada no Jornal 24 Horas, do dia 2 de Junho de 2001, onde se dizia: -----

----- “10 milhões de contos é apenas uma pequena parte do dinheiro que vai ser desbaratado nos desnecessários novos estádios de futebol, pelo menos como os de Alvalade, Antas, 28 de Maio e Luz. -----

----- Porque não copiámos o exemplo do que foi feito no Estádio Rei Balduino, em Bruxelas, que é mais velho que qualquer destes e onde foi jogada uma meia-final do último europeu. -----

----- Nada a dizer para os recuperados Bessa, D. Afonso Henriques, Magalhães Pessoa, Restelo e dos novos estádios para o Algarve e Aveiro. -----

----- Estamos em quase todas as classificações na cauda da Europa, mas vaidosos e oportunistas logo queremos ter os estádios mais modernos, nem que para isso se comece a hipotecar o futuro de uma geração. -----

----- Por um lado, tratam-se os que criaram e produziram a riqueza sem o mínimo de consideração, enquanto, por outro, prepara-se, inconsciente, um caminho sem futuro para os mais novos através de irresponsáveis, a maioria deles improdutos e incompetentes.” -----

----- Finda a leitura do texto, disse que ele tinha sido escrito por si a propósito de outro tema de fundo, mas servia na perfeição para lembrar outros tempos e outros responsáveis que agora, quando se falava dos estádios para o Euro 2004, assobiavam para a lado. -----

----- E era perante este cenário surrealista e de factos consumados, que o actual Presidente da Câmara tivera a coragem, a determinação e o bom-senso para encontrar a melhor mas sempre difícil solução para um problema que alguns, estava certo, já rejubilavam com o inêxito da missão. -----

----- Por fim, disse que perante a inteligente e inovadora solução encontrada – com a colaboração do PS – convicto de que representava o sentir da maioria dos cidadãos de Lisboa, lançava o repto aos Deputados Municipais, mulheres e homens livres, para que fosse aprovada a proposta 122/2002, por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que estavam perante um protocolo que envolvia muitos milhões de contos e que vinha à Assembleia Municipal sem qualquer esclarecimento e definição de qual seria o envolvimento do Município em relação a esses mesmos milhões de contos. -----

----- Mas havia ainda uma questão que importava esclarecer, relativa ao Plano Director Municipal. Estavam ou não perante uma clara violação do PDM? Se

estavam, quais eram os efeitos no caso do protocolo vir a ser aprovado, nesta reunião, pela Assembleia Municipal? -----

----- Aliás, envolvendo o protocolo um enorme apoio apenas a dois clubes da cidade, cabia também perguntar o que se iria fazer em relação aos 447 clubes que existiam na cidade – realidade conhecida do Deputado Municipal Victor Gonçalves – que viviam apenas da cotização dos seus sócios e das iniciativas que realizavam. -----

----- Por exemplo, perguntava qual era o compromisso que a Câmara Municipal iria assumir com o Clube Oriental de Lisboa, que acabava de subir à II divisão nacional, porque ainda não ouviam nenhuma posição por parte da Câmara em relação a esse clube, e a mesma pergunta em relação ao Vitória Clube de Lisboa, colectividade com centenas de jovens a praticar desporto na zona oriental da cidade, e também em relação ao Atlético Clube de Portugal e muitos outros clubes. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Victor Gonçalves referira que o Sr. Secretário de Estado aconselhava a que quando fossem cedidas bombas de gasolina em locais com determinado volume de trânsito, fosse uma de um lado e outra do outro da via, só que o Senhor Secretário de Estado não dizia que tinham que ser cedidas ao mesmo clube! Mas, neste caso, seguira-se o critério de ser ao mesmo clube. -----

----- Recordava, a propósito, que na Vereação anterior tinha sido cedida uma bomba de gasolina ao Atlético Clube de Portugal, na Av. de Ceuta, e do outro lado estava uma outra bomba de gasolina, da Sopol, que não tinha nada a ver com o Atlético. -----

----- Quanto à recomendação da Comissão, disse que ela constituía uma forma clara e democrática de discutir o problema, era uma visão rica da Comissão que com isso prestara um excelente serviço à Assembleia Municipal. Aliás, quer a Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, quer a Comissão Permanente de Urbanismo, eram duas Comissões capazes para acompanhar todo o processo. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Santos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, disse que na Quinta José Pinto, situada ao fundo da Rua de Campolide, se tinha pensado construir o chamado Corredor Verde, do Arqtº Ribeiro Teles, que não se fizera. Antes havia um outro projecto para fazer edifícios do PER, através da EPUL, e também esse se não fizera. -----

----- Tudo isso tinha sido inviabilizado exactamente porque o Corredor Verde já estava a ser iniciado, e como era do Sr. Arqtº Ribeiro Teles, pessoa de peso na cidade, esse projecto seguira para a frente. -----

----- Agora, porém, a actual Vereação determinara fazer ali casas para o Sporting, e perguntava que tipo de casas iam fazer naquela zona onde os jovens de Campolide tinham grandes esperanças de ter casa a preços acessíveis através da EPUL Jovem. Perguntava que casas e como era que as iam fazer, já que desejava dar uma resposta à população e sobre isso ainda não ouvira falar em nada. Sabia que iam fazer um aglomerado de casas, não sabia do que se tratava e desejava de ouvir uma resposta da parte da Vereação. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o seu partido partilhara dúvidas, algumas certezas, mas também angústias sobre todo o processo que, como muito bem se sabia, tinha deixado graves preocupações à

Cidade de Lisboa e também à organização do Euro 2004 que, quer se quisesse quer não, era de suprema importância para o País. Essas dúvidas eram legítimas, foram expressas em devido tempo e no devido lugar, mas a discussão que tinha vindo a decorrer acerca dos protocolos trouxera alguma luz. -----

----- Nomeadamente, apareceram duas propostas que lhe pareciam extremamente interessantes, como seja a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento, que, à falta de um esclarecimento absoluto e inequívoco da proposta que neste momento estava em discussão, garantia, pelo menos, que a Assembleia não ficaria cerceada de fiscalizar os actos da Câmara Municipal de Lisboa. Essa era uma proposta interessante que, a ser aprovada como esperava, contribuiria para o esclarecimento adequado de todo o procedimento que, daqui para diante, implicaria a Câmara Municipal, a EPUL e os clubes de futebol envolvidos. -----

----- Por outro lado, um dos pontos fundamentais que carecia de esclarecimento, até porque a sua formulação não parecia muito adequada, era a questão das mais-valias, mas agora, com a formulação de que as mais-valias seriam distribuídas, em partes iguais, para os clubes e para as instituições que a Câmara entendesse como mais merecedoras dessa contribuição, considerava que se tinham dado passos muito significativos na eliminação de dúvidas fundamentais que os protocolos enfermavam. -

----- Como tal, e estando convencido que até ao final da discussão outras boas achegas poderiam acontecer, entendia que estavam no bom caminho e que a votação da proposta poderia ocorrer sem sobressaltos. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra, disse que a Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude apresentara um documento que, em sede de Comissão, tinha sido integralmente assumido, para além do PCP, pelo PSD, PS, CDS-PP e BE, e com a concordância expressa do PEV, mas, apesar de tudo aquilo que ouviram hoje, ainda ninguém tivera a hombridade de dizer que estava de acordo com esse documento! Porquê? Seria que havia dúvidas? -----

----- Depois, embora não estivesse mencionado nos protocolos o preço estimado para aquisição dos terrenos do Estádio da Luz, pela EPUL, perguntava quem se iria assumir contra essas questões. O PCP não estava contra o Euro 2004, pelo contrário! Quem estava contra o Euro 2004 teria que assumir a responsabilidade, mas com verticalidade, com hombridade, e não dizer que sim por dizer. -----

----- Mas, e os dinheiros da Câmara? Os dinheiros vão para onde? Para o Sport Lisboa e Benfica? Para o Sporting Clube de Portugal? Ou para as sociedades anónimas? Os Deputados Municipais assumiriam essa responsabilidade! -----

----- “Essa é a verdade que os Senhores não quiseram nem querem assumir”. O Sport Lisboa e Benfica, com todos os títulos, o Sporting Clube de Portugal também, mas quem era que iria assumir essas questões. Iam dar dinheiro às sociedades anónimas ou iam dar dinheiro aos clubes? “Porque é que os Senhores não têm a hombridade de dizer: nós estamos de acordo com aquilo que foi discutido na Comissão?” -----

----- Portanto, a questão não era votar contra o Benfica ou contra o Sporting, mas votar contra os dinheiros que não iam para o Sporting e iam para o Benfica, iam para

as SADs do clube por questões muito mais graves que aquilo que todos sabiam e ele também. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que a questão em discussão era muito importante para o desporto nacional e para a Cidade de Lisboa, pelo que, da sua parte, apenas desejava referir o trabalho efectuado pelo Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, e também a disponibilidade dos Vereadores da oposição para que nessa questão houvesse o maior consenso possível. -----

----- Disse, depois, que pela leitura atenta que fizera de todos os documentos, lhe parecia que se tinha chegado a uma solução equilibrada, solução essa que, sem qualquer reserva, lhe permitiria votar favoravelmente a proposta em discussão. -----

----- Por outro lado, como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, não podia também deixar de referir a redução de área de construção conseguida para a zona do interface do Campo Grande, porque a volumetria de construção inicialmente prevista para aquela zona era bastante grande e a sua redução melhorara de algum modo a situação. -----

----- Portanto, não estando em causa nenhum problema especial relativamente aos documentos a que tivera acesso, considerava que se tratava de uma proposta a que se deveria dar aprovação. -----

----- Todavia, não desejava deixar de lembrar que o facto de ser aprovada esta proposta não invalidava que, no futuro, não tivesse que haver uma grande preocupação da Câmara relativamente à segurança naquela área. Aliás, já tinha chamado a atenção para a necessidade de criação de uma divisão policial naquela zona, visto que apenas havia uma esquadra, e também já nesta reunião o Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira referira os problemas da falta de segurança na sua área e propusera a criação de uma esquadra porque se tratava de uma área onde o policiamento era deficiente. Para lá disso, era preciso também ter em atenção que a segurança não era só policial, hoje havia meios tecnológicos que era preciso ter em atenção e esperavam que a Câmara tivesse em devida conta essas matérias. -----

----- Outras questões importantes tinham a ver com as acessibilidades aos estádios do Sporting e do Benfica, pelo que o eixo Norte-Sul e a Av. Santos e Castro deveriam ser doravante uma preocupação para a Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que no anterior mandato o PSD, sistematicamente, referia a ausência do Presidente da Câmara, pelo que não estando agora presentes o Presidente da Câmara nem o Vice-Presidente solicitava ao PSD que fizesse com que pelo menos um dos dois estivesse presente na Sala. Aliás, estava convencido que o Deputado Municipal Victor Gonçalves estava consigo nesta reivindicação, porquanto fizera essa rábula “n” vezes. Mas o PS desde já deixava a promessa de que passaria a fazer esta rábula todas as sessões em que situação idêntica se verificasse, porque não era aceitável que aquilo que no passado era condenável fosse agora elogiável. -----

----- Entrando na apreciação da proposta, disse que se tratava de matéria muito importante, na qual o Sr. Presidente da Câmara se envolvera, e se envolvera muito

bem era bom dizê-lo, porque era o lídimo representante dos cidadãos de Lisboa. E como nas eleições foi ao Sr. Dr. Santana Lopes que a maioria da cidade entendera atribuir a governabilidade da Câmara, ele teve que tomar nas suas mãos a resolução do *dossier* Benfica e Sporting. -----

----- E, a propósito disso, desejava dizer que hoje e em sucessivas reuniões tinham sido muito acusados, como também na Câmara Municipal, por aquilo que fizeram no passado. Aliás, hoje mesmo o Deputado Municipal Victor Gonçalves procurara fazer ali uma coisa engraçada que era pôr os Vereadores do PS contra os Vereadores do PCP e contra o ex-Presidente da Câmara, mas isso era um jogo que já conheciam, era um peditório para o qual já tinham dado, que também já era do passado, e, portanto, não seria com coisas desse género que conseguiria criar divisões onde elas não existiam. -----

----- Mas quanto ao essencial da questão parecia-lhe que havia grande unanimidade, já que ainda ninguém ali tinha dito que estava contra uma coisa que era essencial para o País, o Euro 2004. E esse é que era, ou deveria ser, o centro da questão! Só que, lamentavelmente, – e aí o Sr. Presidente também tinha culpa – tentara-se fugir da questão do Euro 2004, procurando criar-se ali um facto político que era a Câmara Municipal não querer dar execução a uma coisa que os clubes, coitadinhos, tinham muita necessidade. Mas essa coisa dos clubes terem muita necessidade tem algo que se lhe diga, porque se era óbvio que todos tinham a sua preferência clubística também era óbvio que isso não podia nem devia sobrepor-se àquilo que era o interesse público, e não podiam nunca perder de vista as suas responsabilidades enquanto representantes do poder público. -----

----- E exactamente porque na bancada do PS não misturavam esses dois tipos de problemas e sobretudo não faziam confusões onde elas não existiam, era que a posição, em termos partidários, desde a primeira hora vinha sendo uma posição de extrema responsabilidade. Ninguém os podia acusar, por muito que tentassem e já o vinham tentando desde o início do processo, de irresponsabilidade. -----

----- Aliás, conforme já ali tinha sido referido o Vereador Vasco Franco conduzira muito bem o processo por parte da bancada do PS na Câmara Municipal e, portanto, na Câmara como na Assembleia a posição do PS tinha sido apenas e só uma posição responsável. De resto, a prova disso é que era a própria Câmara Municipal, o Vice-Presidente da Câmara, e se calhar também o Presidente da Câmara já que ainda não expressara o seu pensamento sobre a matéria, que reconheciam que a proposta que hoje tinham era melhor que a inicialmente apresentada, o que acontecera graças ao empenho e à participação dos Vereadores do PS, que efectivamente colaboraram no sentido da melhoria dum mau instrumento inicialmente apresentado. -----

----- Mas seria bom que se reconhecesse que esse mau instrumento tinha sido apresentado, em termos públicos, como se tratasse de um enorme “ovo de Colombo” que tinha sido descoberto agora como a solução para todos os problemas, quando os “malvados” do anterior mandato tinham deixado um terrível drama. -----

----- Portanto, com propostas que apresentaram na Câmara Municipal e apresentaram também já nesta reunião, todos reconheciam certamente que os maus projectos de

Acordos de Princípio a estabelecer com o Benfica e o Sporting estavam agora muito melhores. Era certo que continuavam a ter lacunas, continuavam a ter deficiências, mas o PS entendia que se as propostas de alteração fossem aprovadas como esperavam – até porque o PSD já mostrara abertura nesse sentido e os outros partidos pensava que também, designadamente o PCP – estavam criadas condições para se aprovar os Acordos de Princípio. -----

----- Disse, depois, que realçavam o trabalho feito pela Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, era justo fazê-lo porque não entendiam o trabalho em Comissão como uma tentativa de fazer parar a actividade municipal. Não era isso! Aliás, tinha-se vindo a provar por esta discussão que o trabalho da Comissão era um trabalho exaustivo, um trabalho que tinha qualidade, que tinha mérito, e que se outros méritos não tivesse já este debate demonstrara que havia necessidade de se fazer aprofundamentos. -----

----- Para o PS, as propostas que apresentaram, designadamente aquela em que a Câmara ficava amarrada a uma repartição das mais-valias em partes iguais, representava uma manifesta melhoria. Pretendiam apenas defender aquilo que era exequível, não queriam defender aquilo que era indefensável, e daí entenderem que devia ficar perfeitamente definido e consagrado nos dois Acordos de Princípio que a repartição era em partes iguais, e depois defendiam também que deveria haver uma Comissão Eventual de Acompanhamento exactamente porque o apoio financeiro que o Município ia dar aos dois clubes exigia que a Assembleia tivesse capacidade de fiscalização, sendo ela o órgão fiscalizador por excelência da actividade municipal. ----

----- De resto, este não era um caso virgem porque a Assembleia Municipal sempre que queria acompanhar actividades importantes podia criar comissões para o efeito, e estes Acordos de Princípio, sobretudo aquilo que se lhes ia seguir, eram manifestamente uma actividade importante para o fazer de cidade, e nesses Acordos estavam em causa não só a construção dos equipamentos desportivos mas também a forma como, posteriormente, iriam ser postos à venda os próprios imóveis. -----

----- Por conseguinte, porque os documentos hoje apresentados eram manifesta e incomensuravelmente melhores que os apresentados inicialmente, e também porque hoje se conseguira desmistificar alguma demagogia que estivera subjacente à apresentação inicial do projecto, o PS iria votar favoravelmente os dois Acordos e abster-se-ia na votação da recomendação da Comissão, porque, pese embora o bom trabalho desempenhado pela Comissão, entendiam que as justificações que já hoje ouviram da parte do Executivo e também a aprovação que já tinham como certa das duas propostas que apresentaram, ficavam esclarecidas as dúvidas dos representes do partido na Comissão – onde muito bem o representaram e aproveitava para os saudar.

----- Portanto, uma vez que as propostas que apresentaram seriam aprovadas fazia sentido que se abstivessem na votação da recomendação da Comissão, e efectivamente se desse continuidade a uma coisa que era um desígnio para a Cidade de Lisboa. -----

----- Finalizou dizendo que o PS era um partido responsável, sempre o tinha sido na oposição como no poder, portanto votariam favoravelmente a proposta 122/2002. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que também era pelo futebol e a favor de todos os clubes. Portanto, se colocava algumas dúvidas, e tinha muitas, não era porque fosse contra o futebol. Mas era contra aquilo que os políticos diziam num determinado momento para convencer que a coisa era boa, e, posteriormente, aquela que era a prática desses mesmos políticos. -----

----- Isto porque todos estavam recordados que quando foi para convencer os portugueses de que a candidatura ao Euro 2004 era bom para Portugal, foi dito que o investimento do erário público não ultrapassaria os 30 milhões de contos para a construção dos novos estádios e a recuperação de outros, e o que agora se via era que afinal não era nada disso, não eram só os 30 milhões de contos. Eram os 30 milhões de contos, eram as acessibilidades, enfim, era o erário público que ia pagar tudo, e isso é que de certa forma descredibilizava os políticos. -----

----- Aliás, ainda mais descredibilizados eram quando se sabia que os clubes que mais iam arrecadar eram os mais ricos, aqueles que menos impostos pagavam e também que mais deviam, e a troca de tudo isso ainda iam ser beneficiados em relação aos pequenos clubes, como, por exemplo, o Clube Oriental de Lisboa, da sua freguesia, que há longos anos vinha reivindicando a construção de infra-estruturas desportivas para apoio a mais de 50.000 cidadãos, e esses pagavam impostos ao contrário dos clubes que, pelo menos pelo que se via na comunicação social, não pagavam. -----

----- Efectivamente, apesar da luta desenvolvida há muitos anos junto da Câmara Municipal de Lisboa para a construção dessas infra-estruturas na sua freguesia, não via qualquer urgência em relação a essa construção que tanta falta fazia à zona oriental da cidade. -----

----- Disse, ainda, que mais uma vez prometiam uma coisa aos cidadãos e lhes davam outra, porque, independentemente da vaselina que pusessem na proposta em apreciação, aos cidadãos de Lisboa não lhes iria amainar a tremenda dor que lhes vai na alma por terem que financiar, à força, os contratos bastante chorudos com futebolistas e outros projectos que não visavam mais que satisfazer vaidades pessoais de um clube como por exemplo o Benfica, que tinha um grande passado histórico era verdade, mas que apesar de ser pobre económica e financeiramente queria fazer figura de rico, porque a Câmara quisera ajudar a resolver o seu problema de uma forma social correcta, conforme tinha ajudado a resolver os problemas sociais da cidade, e esse clube respondera que não precisava de esmolas e que a construção do seu próprio estádio não seria por falta de dinheiro. Afinal o que se via era que ia fazer o seu estádio à custa dos contribuintes, e isso, na sua opinião, era inadmissível! -----

----- A terminar, disse que tinha na mão a recomendação apresentada pela Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, aprovada por unanimidade na Comissão. De certeza que os membros da Comissão tiveram mais tempo que quaisquer outros para se debruçar sobre a matéria, e se queriam respeitar o trabalho de cada um não podiam ter um comportamento nas Comissões e outro no Plenário, mandando para o lixo o trabalho desses eleitos. Isso, quanto a si, não era eticamente correcto nem era leal para os camaradas e amigos que trabalharam na elaboração da

recomendação, pelo que, em nome do bom-senso ali já evocado pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, a Câmara deveria retirar a proposta e prestar os esclarecimentos necessários à Comissão, porque se queriam o consenso deveriam procurar tê-lo em consciência e não de olhos fechados, porque o PCP isso recusava-se a fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que em relação à apregoada solução inovadora e imaginativa não conseguia ver onde estava a inovação nem a imaginação, pois a verdade era que os clubes ficavam com os estádios e tudo o mais, enquanto que as entidades públicas a vários níveis, Administração Central, autarquias, etc., ficavam com as despesas. Portanto, inovação nisso não via nenhuma! Não havia milagre nenhum! -----

----- Disse, depois, que continuava a ser evidente que o Euro 2004 era assumido como um projecto de desígnio nacional. Não era um projecto de infraestruturação e renovação ou de reabilitação urbana, mas, ao contrário, era um projecto de promoção de futebol, e vá-se lá saber a razão porque tal merecia ou carecia de apoio público. Era um projecto de promoção dos quatro maiores clubes de futebol, aos quais apenas era acrescido o Vitória de Setúbal – o resto eram estádios municipais – que foi absolutamente discriminado na selecção dos clubes que iriam merecer ter estádio novo. As intervenções urbanas eram apenas operações de financiamento, não tinham nada a ver com operações de renovação ou reabilitação urbana. Não era nenhum projecto, ao contrário do que tinha sido a EXPO ou mesmo a Lisboa Capital Europeia da Cultura/94. Não tinha nada a ver com isso, eram operações imobiliárias de financiamento dos clubes. -----

----- Quem considerasse isso como um desígnio nacional assumiria o seu apoio ao projecto de protocolo, mas inovação nisso não via. -----

----- Quanto a si, imaginativo teria sido, de facto, a Câmara não ter cedido à chantagem dos clubes mas antes ter negociado que um dos estádios já em construção passaria a ser o estádio municipal, ou mesmo propriedade tripartida. Uma solução dessas é que teria alguma imaginação e inovação em relação ao desígnio do Euro 2004. Mas o caminho não foi por aí, o caminho foi a cedência à chantagem dos clubes. -----

----- Disse, ainda, que o facto com que hoje estavam confrontados não era ser a favor ou contra o Euro 2004, mas antes o de se saber se aceitavam a chantagem dos clubes. Ou seja, estavam perante uma situação em que, por exemplo, a Câmara se propunha fazer uma piscina no seu bairro o que rejeitava e exigia que a Câmara a construísse no seu prédio, e a partir daí seria ele a fazer a gestão da piscina. Isso, do ponto de vista do PEV, não tinha nenhum sentido. -----

----- Em relação às propostas de alteração apresentadas, disse que não via que a referente à distribuição das mais-valias em partes iguais acrescentasse muito em relação a dizer-se que eram repartidas entre as partes signatárias. Quanto à que tinha a ver com o acompanhamento por uma Comissão, o PEV defendia que sim mas lembrava que a EXPO'98 tinha sido acompanhada pela Comissão de Urbanismo não tendo sido preciso constituir uma nova Comissão, pelo que, neste caso, poderia ser

também uma solução designar uma das Comissões Permanentes, a de Urbanismo, a do Desporto ou outra qualquer que se entendesse, para fazer o acompanhamento do processo. -----

----- A terminar, disse que considerava de uma deselegância brutal, e mesmo de uma grande falta de consideração para com a Assembleia Municipal, que no momento em que estava a decorrer o debate o Executivo decidisse fazer, com os jornalistas, um esclarecimento fora da Sala do Plenário. Podia tê-lo feito antes ou depois, mas durante o debate era de uma enorme deselegância, porque não só não estiveram presentes como também retiraram aos jornalistas a possibilidade de ouvir a argumentação apresentada pelos vários Deputados Municipais que ali transmitiram as suas posições sobre a matéria. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, disse que a gestão do Executivo municipal tinha dois pesos e duas medidas no tratamento das questões urbanísticas e de interpretação do PDM. -----

----- Como era sabido, já se tinha procedido à demolição de um edifício na Quinta da Bela-Flor que se destinava ao realojamento de famílias que presentemente viviam em habitações degradadas, e o pretexto usado para se privar essas famílias de uma habitação digna foi o não cumprimento do PDM no que dizia respeito a um afastamento aos eixos viários próximos. Ou seja, por um capricho político, foram desperdiçados vários milhões de euros e dezenas de famílias foram privadas de uma habitação digna. -----

----- Agora, porém, para subsidiar a construção de estádios de clubes de futebol, nomeadamente do Benfica e do Sporting, com um valor estimado numa centena de milhões de euros, o Executivo preparava-se para violar o PDM ultrapassando largamente as áreas de construção permitidas, em prejuízo do bom funcionamento da cidade e em particular em prejuízo da qualidade de vida das populações das zonas afectadas. E isso era tanto mais grave quando se sabia que tinha sido recusada pelos clubes a solução do estádio municipal, proposta pelo anterior Executivo. -----

----- Ou seja, concluía-se que o Executivo, por um lado, usava de maneira nublosa e rebuscada o PDM para destruir habitações de realojamentos e, por outro, violava o mesmo PDM para poder financiar a construção de estádios a clubes que, como já referira, tinham recusado a construção do estádio municipal. -----

----- Depois, referindo-se à intervenção do Presidente da Junta do Lumiar, disse que não era verdade que tivesse sido reduzida a área de construção na zona do interface do Campo Grande, porque nunca tinha sido formalizada a tal torre sobre o interface e o que se via agora, efectivamente, era um aumento de área de construção nessa zona. ---

----- Por fim, disse que em relação à tal grande importância que estes projectos tinham para o desporto nacional deveriam começar pelas pequenas coisas, e desejava também referir ao Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar que no Alto da Faia 2, na sua freguesia, havia um polidesportivo construído há mais de seis meses que ainda não tinha sido inaugurado nem tinha sido aberto. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que não havia mais ninguém inscrito para primeiras intervenções pelo que iria dar a palavra aos oradores que a tinham solicitado para segundas intervenções, tendo para o efeito quatro inscrições. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que não podia deixar de dar algumas respostas, nomeadamente ao Deputado Municipal Silva Dias que tratara este caso com aquela profundidade que lhe reconheciam, mas comparando de alguma forma a instituição Benfica e a instituição Sporting como se fosse uma empresa qualquer, esquecendo-se que quer o Benfica, quer o Sporting, faziam parte da história da cidade. Independentemente da filiação ou do gosto clubístico de qualquer um, esses clubes tinham uma tradição, uma história, um serviço público feito à cidade que não poderia ser comparado, ou trabalhado em termos de argumentação como o Deputado Municipal Silva Dias tinha feito, com qualquer outra instituição, outra empresa financeira ou de outros fins. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal João Pinheiro referira que estava entre a espada e a parede, mas depois acabara por dizer que a proposta do Executivo camarário tinha sido trabalhada pela oposição da Câmara e complementada depois por propostas adicionais apresentadas pelo PS, que o PSD subscrevia, mas o Deputado Municipal João Pinheiro não sabia, porque não estivera antes na Assembleia Municipal, que nunca isso tinha acontecido no passado. No passado nunca acontecera, por exemplo, a hipótese do PSD apresentar uma adenda, porque por muita razão que tivesse o PS nunca o admitiria. -----

----- Isso era uma prova de democracia a que não estavam habituados. Portanto não estava entre a espada e a parede! Aliás, verificara-se que até tinha havido uma melhoria efectiva daquilo que era a proposta final que iriam votar. Era para isso que servia o trabalho que ali desempenhavam no sentido de melhorar o trabalho que era produzido pela Câmara em prol da cidade. -----

----- Em relação ao que havia referido o Deputado Municipal Carlos Marques, disse que sendo engenheiro tinha dito uma coisa fantástica: que a Somague ganhava mais se fizesse a obra por conta da EPUL do que se a fizesse por conta própria, como se o dono da obra não fosse quem, normalmente, tirava as mais-valias daquilo que ia construir. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que este referira que era um mau instrumento o inicialmente apresentado, e quanto a isso pretendia dizer que reconhecia que melhorara, que tivera alguns retoques, mas no fundamental nada se alterara. Por exemplo, não havia qualquer alteração à edificabilidade da proposta inicial em relação ao Estádio da Luz; não havia qualquer alteração à edificabilidade prevista para o interface do Campo Grande; não havia qualquer alteração em relação à questão das bombas de gasolina; e não havia qualquer alteração em relação à construção dos fogos, quer para o Benfica, quer para o Sporting. -----

----- No fundo, o que se tinha alterado, e bem, era o alargamento da candidatura à aquisição dos fogos, independentemente de se tratar de jovens benfiquistas ou sportingistas; a questão do contrato-programa era inerente a qualquer proposta deste

género, não fazia mal lá estar; e quanto à divisão das mais-valias em partes iguais certamente era essa a intenção, so que não estava escrito e passara a estar. -----

----- O PSD agradecia essas achegas do PS, mas pedia-lhes que reconhecessem o mérito da proposta inicial, porquanto ela era, de facto, o sustentáculo da solução que ia ser votada e que esperava servisse os interesses da cidade, das colectividades abrangidas e do Euro 2004 e que a sua abertura fosse um grande espectáculo em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que subscrevia aquilo que havia sido dito pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro relativamente às conferências de imprensa realizadas em paralelo com o andamento dos trabalhos da Assembleia Municipal. -----

----- Depois, disse que o que estavam a falar não era necessariamente de negócios entre empresas, porque era verdade que os clubes em questão, pelo mérito que tinham, não eram de facto empresas. Mas havia negócios imobiliários que eram prometidos com bens públicos, era isso que estava em causa. E uma das funções da Assembleia era fiscalizar esses negócios porque era o erário público que estava a investir. -----

----- Logo de início foi o PCP que colocara todas as questões, dúvidas e preocupações face ao que estava a acontecer, que agora estava agora proposto e se mantinha na essência desde que foi feita a nova proposta pela actual gestão camarária. -----

----- Aliás, estava absolutamente de acordo com o Deputado Municipal Victor Gonçalves quando se referira a determinadas alterações como questões de pormenor, porque, efectivamente, eram questões de pormenor já que a essência da proposta se mantinha. Mesmo depois de alterada e corrigida em relação a clarificações e até a algumas questões processuais em termos jurídicos, em nada essas correcções alteravam a essência da proposta, pelo que o PCP mantinha o seu sentido de voto em relação à proposta. -----

----- Portanto, procurar-se ali tapar o sol com uma peneira para justificar qualquer tipo de posicionamento em termos de votação, não lhes parecia correcto. O que seria importante era que se clarificassem as posições. -----

----- Sobre os contratos-programa, disse que eles deveriam ser simultânea e complementarmente propostos e especificados em relação aos Acordos de Princípios, porque, de facto, não estavam especificadas quais eram as contrapartidas em termos do investimento que os clubes iriam posteriormente fazer com as mais-valias que lhes seriam transferidas. -----

----- Quanto ao facto de se questionar porque não reclamaram antes, disse que a única resposta era que o PCP nunca apresentaria essas propostas, como nunca apresentara propostas com esse teor e com essa objectividade. Aliás, o PCP nunca participara nas conversas de sofá que estariam na sua origem, e nada provava, ao contrário do que disse o Deputado Municipal Victor Gonçalves, que o PCP estivesse comprometido em relação a esta matéria. Isso não era verdade, portanto a cada um a sua responsabilidade. -----

----- Por fim, disse que o PCP não votaria favoravelmente a proposta de alteração das mais-valias decorrentes da operação, porque aprová-la seria estar de acordo com a

proposta da Câmara, e quanto à proposta para a criação da Comissão Eventual de Acompanhamento era entendimento do PCP que ela iria esvaziar o funcionamento das Comissões Permanentes, criadas pela Assembleia Municipal para acompanhar a actividade da Câmara, fazer os seus pareceres e criar condições para que a Assembleia pudesse deliberar de forma mais responsável e conhecedora sobre as propostas da Câmara Municipal. Portanto, em princípio, não estavam de acordo com a criação dessa Comissão porque havia outras Comissões que podiam desempenhar o papel que se pretendia que essa Comissão Eventual viesse a desempenhar. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal José Possidónio aludira à questão do número de metros quadrados por si referido relativamente à construção nos terrenos do Sporting, e quanto a isso pretendia recordar-lhe que tinha dito que baseava a sua comunicação nos documentos que lhe foram entregues, como, aliás, tinham sido entregues a todos os Deputados Municipais. -----

----- Mas para esclarecer a questão lia o parágrafo onde constavam os 29.000 m2 que referira, e que, concretamente, dizia: -----

----- “1. A Câmara Municipal de Lisboa, após aprovação do Projecto Urbano ou Plano de Pormenor para a zona, reconhece ao Sporting Clube de Portugal uma área aproximada de 29.000 m2 de construção, correspondente a 4 edifícios na zona do Interface do Campo Grande, o que o Sporting Clube de Portugal aceita, constituindo, entretanto, o direito de superfície previsto no ponto 6.4 do protocolo celebrado.” -----

----- Sobre uma outra questão levantada pelo mesmo Deputado Municipal, relativa ao campo desportivo sito no Alto da Faia, disse que ele, como naturalmente os outros Presidentes de Junta, estava interessado no desporto na sua freguesia, e quanto a esse campo de jogos apenas esperavam que o Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto lhes enviasse o parecer que pediram relativamente à segurança da utilização do recinto tal como estava, já que se uma bola de lá saísse e fosse cair ao eixo Nor-Sul eram responsáveis por quaisquer coisa que pudesse acontecer, e como queriam acima de tudo segurança para quem transitava no eixo Norte-Sul e também tranquilidade para os desportistas, aguardavam esse parecer porque uma vez ele chegado à Junta o campo de certeza entraria em funcionamento dentro de oito dias. -----

----- Continuando, disse que aquando da sua intervenção inicial não estava presente o Sr. Presidente da Câmara, pelo que encontrando-se agora presente aproveitava para o felicitar porque na altura da campanha eleitoral a questão estádios tinha retirado de algum modo o debate de ideias que era preciso nessa campanha, e o Sr. Presidente da Câmara tinha sido capaz de retirar os campos emblemáticos do Sporting e do Benfica dessa discussão dizendo que mais tarde haveriam de ter os acordos, e eles aí estavam. -

----- Disse, ainda, que aproveitava também para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pelas discussões todas que teve, quer com o PS, quer com todas as entidades que pretenderam intervir na discussão, que era efectivamente uma discussão da Cidade de Lisboa como também era de Portugal pela dimensão que tinham os clubes em questão. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que, de facto, chegaram a um ponto em que tinham que ser claros! Tinha que reafirmar que a recomendação apresentada pela Comissão de Educação, Desporto e Juventude foi aprovada, por unanimidade, na Comissão, e não tinham um entendimento superficial do funcionamento das Comissões da Assembleia Municipal. -----

----- A recomendação tinha sido elaborada, depois da discussão havida na primeira reunião, com a participação activa de dois juristas, um do PS e outro do PEV, e na segunda reunião, realizada na sexta-feira passada, foi aprovada por unanimidade por toda a Comissão. Estava na Assembleia Municipal desde 1985 e era a primeira vez que assistia a uma situação assim. -----

----- A seu ver, os jogos de política não deveriam sobrepor-se à realidade, e a situação que estava ali criada em relação à recomendação da Comissão, recomendação essa muito discutida e muito fundamentada e em relação à qual a Câmara até agora disse zero, poderia criar uma situação de desautorização do funcionamento no futuro da Assembleia Municipal. -----

----- Não valia a pena que se tapasse o sol da recomendação com remendos de última hora. Era bom que se fosse responsável e se assumisse o que ali estava realmente em causa, mas ali estariam para ver a evolução dos processos. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, com a artilharia que já lhe conheciam, foi ali tapar o essencial, ocultar o essencial, e aos costumes disse nada. Isto porque conhecia o Deputado Municipal Victor Gonçalves e sabia que quando ele queria realmente ver em profundidade uma proposta era capaz. Mas ele não quisera dizer nada em relação às dúvidas que eram levantadas na recomendação. -

----- Referiu que, como Presidente da Comissão, já tinha sido questionado lá fora sobre a situação difícil de dois membros da Comissão, mas esperava que a situação se não tornasse difusa e cinzenta em relação à Comissão no seu conjunto, porque senão tornar-se-ia desprestigiante para todos a situação que se pretendia criar. -----

----- A Comissão reunira, analisara e decidira, quem defendesse o funcionamento coerente da Assembleia votaria a recomendação em conformidade. Nada do que tinha sido dito pela Câmara, porque até agora não tinha dito rigorosamente nada, respondia às questões que a Comissão colocava. O Deputado Municipal João Pinheiro disse, na sua intervenção, que estavam todos entre a espada e a parede! Mas não, o PCP não estava entre a espada e a parede, estaria atento às situações, acompanharia os desenvolvimentos, e traria à Assembleia e à Câmara todas as questões que entendesse criticar e denunciar. -----

----- Disse, ainda, que o Presidente da Junta de Freguesia de Campolide questionara que raio de casas iam ser construídas. Das análises que foram feitas, do ponto de vista de orçamentação, concluíra-se que, provavelmente, as casas seriam vendidas a 300 contos o m². Era um dos raros números que apareceram e foi o PCP que os levantara porque em conferências de imprensa apresentaram à comunicação social números concretos que atingiram os 20 milhões de contos de benesses, de subsídios, de apoios a dois clubes. No fundo, era apoiar duas SADs, era apoiar os ordenados de 30 ou 40

mil contos dos jogadores, era criar uma situação ainda mais violenta para o desenvolvimento desportivo da cidade, e a Comissão, na recomendação, salientava que era necessário atender àqueles clubes que efectivamente continuavam a relançar processos de desenvolvimento desportivo da cidade encontrando novos valores. E não era isso já que os grandes clubes hoje faziam! -----

----- A terminar, disse que a Comissão Eventual de Acompanhamento, proposta pelo PS, iria acompanhar a aplicação dos contratos-programa para o desenvolvimento desportivo a celebrar com os respectivos clubes, o que queria dizer que *a posteriori* iria verificar que as dúvidas e as questões levantadas pela Comissão de Educação, Desporto e Juventude na sua recomendação tinham razão de ser. Ou seja, essa Comissão Eventual iria fazer de fiscal de obras, e o PCP não aceitava isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que esta era matéria em que a Assembleia Municipal, por definição, tendo em conta os poderes que lhe assistiam, deveria estar com especial atenção e, por isso, compreendia todas as preocupações ali manifestadas por Deputados Municipais das várias bancadas. -----

----- E a Assembleia Municipal deveria estar com especial atenção sobre esta matéria até porque ela respeitava à disposição de património municipal. No entanto, pensava que essa matéria não deveria merecer apenas a atenção da Assembleia só quando estavam em causa clubes de futebol, mas também quando estivesse em causa qualquer operação ou decisão que envolvesse a alienação do património que estava à guarda daqueles que foram eleitos para curar dos interesses do Município e curar dos interesses ligados à defesa dos bens públicos. -----

----- Portanto, desejava afirmar que tinha genuinamente todo o respeito – dentro do respeito permanente pelas atribuições e competências da Assembleia – pelas preocupações manifestadas no sentido de acautelar essa defesa do interesse público. Pensava, no entanto, e com a devida vénia, que a legitimidade dessa preocupação deveria ter em conta duas balizas: uma primeira que tinha a ver com aquela que era a história da Assembleia Municipal de Lisboa, nomeadamente na década anterior, no exame de situações idênticas, e a jurisprudência que a própria Assembleia fizera nascer e desenvolvera ao apreciar situações equivalentes em termos pretéritos. Ou seja, à luz dos princípios básicos da justiça, para situações equivalentes valores e princípios equivalentes no julgar das situações que eram postas à consideração de quem tinha o poder de decisão. -----

----- A outra baliza era também compreensível. Teria que ser entendido que quem entrara de novo em funções tivesse a preocupação de ir ver como reagira, agira, pensara e sentira a Assembleia Municipal ao analisar propostas equivalentes, ou até de âmbito muito mais liberal, na alienação de património municipal no passado, e depois dessa análise dissesse: alto, aquilo que a Assembleia Municipal espera, ainda por cima tendo a mesma maioria política, é “isto”. Portanto, o que a Assembleia Municipal considerava democraticamente aceitável do ponto de vista de informação, de explicitação, de garantias, era aquilo que tinha sido dado no passado. -----

----- Porque não passava pela cabeça de ninguém que democratas, pessoas de bem, exigissem a outros, só porque eram diferentes, algo distinto daquilo que exigiam a si próprios. Isso seria violar os princípios mais sagrados que estavam inscritos na Constituição da República. Aliás, a base filosófica acciológica dos regimes mais tirânicos, dos regimes mais detestáveis da civilização, era exigir-se a outros só por haver alguma diferença, ainda mais grave quando eram diferenças só de pensamento. Só porque se era social-democrata, porque se era centrista ou porque se era socialista tinham o dever de dar mais explicações do que exigiram aos seus quando os seus estiveram no poder?! -----

----- Não lhe passava pela cabeça, nem lhe passara quando estudara a história das relações entre a Assembleia e a Câmara ao examinarem protocolos equivalentes, que a Assembleia resolvesse inovar desta maneira. Era um dom do Espírito Santo, dizia ele há pouco aos representantes da comunicação social, que alguns se calhar tinham de estimular a criatividade, e não podiam negar que, de facto, essa criatividade tinha sido estimulada pelos acordos que foram celebrados. Se calhar pela alteração da situação política na autarquia em Lisboa, mas o certo era que a Assembleia se sentira estimulada a um poder de fiscalização política, a um poder de exigência como nunca tinha acontecido – poderia ser confirmada ou derogada esta sua impressão – mas pelo menos confirmada era pela leitura que fizera das actas de sessões em que tinham sido apreciados protocolos equivalentes. -----

----- Mas dava um exemplo muito simples indo, com todo o respeito, ao parecer da Comissão de Educação, Desporto e Juventude, que lera com toda a atenção e que, como era evidente, entendia que deveria ser levado em toda a linha e merecedor de toda a consideração, porque foram Deputados Municipais, livremente eleitos pelo povo, que formularam esse conjunto de interrogações, mais ou menos fundamentadas do ponto de vista de cada um. -----

----- Por exemplo, quando se pedia, num considerando, o estudo económico de determinadas urbanizações que iam ser desenvolvidas para saber quais os riscos que acarretava para a EPUL a participação nesses projectos, perguntava se no passado a Assembleia Municipal alguma vez tinha pedido a viabilidade económico/financeira de empreendimentos, ou das operações que iam ser desenvolvidas à luz das áreas cedidas quer ao Sporting Clube de Portugal, quer ao Sport Lisboa e Benfica, para fins de diversa natureza contemplados ou previstos no PDM! -----

----- Poder-se-ia dizer, era uma justificação que admitia como plausível, que a preocupação era porque a EPUL participava. Mas essa, quanto a si, era uma preocupação um pouco paternalista da parte do Município, que avalizara, ou avalizou quem votara no passado a criação das empresas municipais, das quais tinham a obrigação e o dever de apreciar os orçamentos, os relatórios e contas. Tinha confiança no Conselho de Administração da EPUL, tal como teria no anterior, para avaliar, de facto, do risco ou não das operações em que a empresa se ia envolver, mas nunca tal tinha sido pedido no passado. -----

----- Referindo-se, de seguida, à proposta Comissão Eventual de Acompanhamento, disse que quer fosse a Comissão Permanente de Urbanismo ou quer fosse uma

Comissão Eventual, para si era um descanso, era uma garantia de tranquilidade que a Assembleia Municipal acompanha-se a execução destes acordos. Sinceramente, pensava que só teriam a ganhar com a constituição dessa Comissão. -----

----- No entanto, desejava dizer que talvez se justificasse que essa mesma Comissão acompanhasse o desenvolvimento do contrato/programa, por exemplo, com o Clube de Futebol “Os Belenenses”! Porque estranhava – e lá estava essa contradição entre a jurisprudência do passado, mesmo recente, e as opções do presente – que não houvesse a mesma preocupação para o acompanhamento no desenvolvimento do protocolo com o Clube de Futebol “Os Belenenses”. -----

----- Por exemplo, o PCP, que até tinha votado contra na Câmara, devia estar preocupado com a aplicação do milhão e meio de contos que vinham de gerência anterior porque havia ali uma margem de construção imobiliária que era permitida ao Belenenses nuns terrenos que até se situavam em zona nobre da cidade. Mas pensava que teria havido algum esquecimento em relação a esse protocolo, aliás teriam ainda que assinar o contrato/programa com o Belenenses dentro em breve. Era milhão e meio de contos que estava envolvido, e certamente não seria por ser mais milhão ou menos milhão porque mesmo que fosse um tostão a preocupação seria idêntica. -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Silva Dias, disse que este referira que a Câmara consultara três juristas e não três urbanistas, mas quanto a isso desejava salientar que tinha partido do princípio que os urbanistas tinham sido consultados quando o PDM foi elaborado. O grande problema era que não havia certeza jurídica sobre o trabalho realizado pelos urbanistas e pelos juristas naquele tempo. O PDM quando foi elaborado e aprovado pelos órgãos do Município, tinha-o sido por urbanistas que contemplaram para aquela área a solução urbanisticamente admissível e, portanto, o que tinha que perguntar era o que seria possível ser construído naquela área, à luz do trabalho desenvolvido pelos urbanistas na elaboração do PDM e pelos decisores políticos da época, porque o PDM não foi criado agora nem foi alterado. -----

----- Por isso, nesta fase, não tinha que pedir pareceres a urbanistas. Esses teriam que ser pedidos apenas na fase do desenvolvimento dos projectos de loteamento, de urbanização e de construção. -----

----- Continuando a referir-se à intervenção do Deputado Municipal Silva Dias, disse que este referira que se deviam cumprir as boas regras do urbanismo e lembrara as tramitações previstas para os processos de licenciamento: o loteamento, o alvará, os projectos de arquitectura, as licenças de construção, as especialidades, consultas a entidades, obra nova, alterações, enfim, não sendo urbanista nem arquitecto também já conhecia isso. Mas pedia ao Deputado Municipal Silva Dias que lhe permitisse a ousadia de pedir a sua colaboração como especialista na matéria: é que tinham tantos processos no Departamento de Urbanismo desde há dez anos, em que essa tramitação não tinha sido nem pouco mais ou menos respeitada, que tinha a certeza que o Deputado Municipal Silva Dias, como arquitecto que era, não se coibiria de tomar a seu cargo a missão de regularizar e formalizar todos esses processos que estavam em falta perante a lei ao longo da última década na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, o que estava a dizer não era discurso, não eram palavras. A maioria relativa, neste momento menos relativa, convidava-o com gosto para presidir à resolução desse problema, de que dava já um exemplo. Na Av. de Ceuta, a Promoceuta tinha lá uma série de prédios: o loteamento foi procurado, procurado, e nada; licenças de construção, procuraram, procuraram, e nada; o centro de saúde, procuraram, procuraram, estava feito, estava pronto, onde estaria o projecto de arquitectura, e nada. A empresa construtora apresentara-lhe a conta na semana passada, perguntara-lhe onde estava o processo, e a resposta foi que não havia. Também a piscina, o pavilhão gimnodesportivo e a escola, tudo isso estava lá, onde estava o processo? Iguamente a resposta foi que não havia. Ou seja, não havia projecto, não havia licença de construção, não havia nada! -----

----- Por isso, calculava o sofrimento do Deputado Municipal Silva Dias nos últimos 12 anos, ele que era um arquitecto profundamente respeitador de todas as regras da tramitação urbanística, ao ver toda essa realidade a desenvolver-se na Cidade de Lisboa. Esse, quanto a si, não era sofrimento que se causasse a ninguém que tivesse da ciência, da lei, do direito, da arquitectura, do direito urbanístico uma noção tão aprofundada quanto o Deputado Municipal Silva Dias tinha. -----

----- Por outro lado, referia também o edificio da Caixa Geral de Depósitos que não tinha licença de utilização, e não tinha número de polícia atribuído porque não se encontrava o processo de utilização. Foi-lhe pedido agora para dizer à Caixa-Geral de Depósitos para meter outra vez o processo. Enfim, eram inúmeros os processos nessas situações. -----

----- Disse, ainda, que quando se respeitava uma pessoa tinha que se procurar conhecer essa pessoa, não a ferir, ir ao encontro da sua maneira de ser, da sua natureza, da sua sensibilidade, porque quando a pessoa, instituição, ser humano, de repente mudava era natural que houvesse um choque. Mas, neste caso, que não atribuísem esse choque a falta de respeito da Câmara. É que não sabiam que gostavam de ter tanta informação sobre matéria como esta, mas a partir do momento em que passaram a saber dariam resposta a todas as perguntas concretas que fossem postas. -----

----- Seguidamente, disse que ficara surpreendido por ouvir um Deputado Municipal do Bloco de Esquerda dizer que se o acordo fosse com a Somague os construtores ganhavam menos do que ganhavam com este acordo. Percebia a lógica do Deputado Municipal Carlos Marques ao referir isso, mas o que achara engraçado no seu raciocínio foram as premissas! As premissas em termos do funcionamento do mercado, o que dito por alguém com a formação ideológica do Deputado Municipal Carlos Marques era interessante. Mas era preciso conhecer-se o funcionamento do mercado para se construir a ditadura do proletariado! -----

----- Em termos de preços, disse que a EPUL ia comprar ao preço que o anterior Presidente da Câmara acordara no tal acordo verbal com a Somague, ou seja, 100 contos o metro quadrado. Esse era o preço e estava escrito em toda a comunicação social. -----

----- Referiu que foi dito por um Deputado Municipal do PCP que podia ser vendido a 300 contos, ou mais, o metro quadrado. Ora, supondo que sim, sabendo que a construção naquela zona orçaria os 100 contos o metro quadrado, era só fazer as contas: 150 contos de lucro, vezes 80.000 m2 dava 12 milhões de contos. O que tinha dito no tal programa de televisão, é que não aceitava esse modelo: 12 milhões de contos todos para o Benfica ou para a Somague! -----

----- Mas isto partindo do princípio que o mercado estava bem, porque não podia analisar um acordo dizendo assim: “não, eu vou deixar isto nas mãos dos privados porque o mercado pode estar mau daqui a uns anos e eu não quero isto para o sector público”. “Essa agora, um Deputado Municipal do Bloco de Esquerda a dizer-me isto! Então e se estiver bom o mercado?” -----

----- Continuando, disse que entendia que com o que deveria ter havido preocupação era como foram feitas as obras do São Jorge! Onde estavam os contratos? E as obras da piscina de Alfama? E o Museu do Automóvel? -----

----- É que esses assuntos eram todos sérios de mais para estarem a falar assim deles como se fossem mestre-escola, principalmente quando eram outros que tinham obrigação de os resolver, porque eram-lhe apresentadas as contas pelos tais privados que ganhavam menos, e diziam assim: “ó Senhor Presidente estão aqui 200.000 contos, não há contrato mas nós fizemos a obra, faça o favor de resolver”. Falar era fácil! -----

----- Quanto à repartição, disse que era um terço para o clube envolvido, um terço para a EPUL e um terço para a Câmara Municipal para aplicação no apoio aos tais clubes desportivos e organizações de solidariedade social. Isso mesmo tinha dito aos Vereadores do PCP na reunião de Câmara, que diziam “aqui há distribuição de mais-valias” ao que respondera que era verdade, mas na fórmula anterior não havia, era tudo para a Somague, ou quem estivesse no seu lugar, e para o Benfica. -----

----- Voltando a referir-se à recomendação da Comissão, disse que na distribuição das mais-valias ficava claro esse princípio: um terço para cada uma das partes. Isso tinha sido dito na Câmara e referia-o também perante a Assembleia para ser claro, explícito e para que não ficasse dúvida nenhuma e a Assembleia pudesse acompanhar, através da Comissão, a execução dos acordos. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Carlos Marques e outros oradores referiram que o que estava dado envolvia verbas de 15 a 20 milhões de contos, o que era uma margem grande. O Deputado Municipal Carlos Marques tinha razão quando dizia que o que o Benfica tinha direito a construir resultava de terrenos que a Câmara tinha dado, o que era verdade. Já com o Sporting a situação era um pouco diferente visto que resultaram até de muitas operações de permuta com a Câmara para construção de obras da Câmara, nomeadamente o interface. Portanto, admitia que no Benfica estavam a reconhecer direitos de construção em terrenos cedidos pela própria Câmara. -----

----- Todavia, o que era facto é que a Câmara tinha cedido esses terrenos e não disse que o Benfica ficava proibido de construir, e todos os juristas consultados reconheceram que mesmo em áreas de equipamentos desportivos havia uma margem,

como nas áreas de reestruturação urbanística anexas, neste caso de 0,6 que poderia ser utilizada para construção de habitação e escritórios. Esse direito era um direito do Benfica desde que a autarquia, em 1999 ou antes, lhe atribuíra esses terrenos. Portanto, desde que esses terrenos foram dados ao Benfica, o Benfica passara a ter sobre eles esse direito inalienável à luz da lei em vigor. Esta Câmara não deu nada ao Benfica. -----

----- A Câmara perguntara o que era que o Benfica tinha direito a construir sem alterar o PDM, e houve três pareceres diferentes, dos quais o do Dr. Mário Esteves de Oliveira referia que podiam ser sessenta e tal mil metros quadrados, e foi esse o que foi reconhecido. Havia o tal acordo que o anterior Presidente da Câmara reconheceu, num jornal, de oitenta e tal mil metros quadrados, que foi à Assembleia Geral do Benfica e aprovado em Setembro do ano passado, na véspera do lançamento da obra de construção do estádio, e o que estava na urbanização do Vale de Santo António – para responder à Comissão – era a diferença dos 65.000 para os 80.000 metros quadrados nos tais fogos com tipologias T2 e T3. Não era dado mais um tostão. -----

----- Por outro lado, a bomba de gasolina tinha sido reconhecido pelo anterior Presidente da Câmara que estava dada, no eixo Norte/Sul. Foi dito em reunião de Câmara e mantinha o princípio de propor aos clubes a hasta pública para a alienação desse direito, e o que resultasse a mais do que a verba que havia sido estimada reverteria para os cofres do Município. Essa disposição mantinha-se porque, a seu ver, lhe parecia ser o mais correcto na defesa dos interesses da cidade. -----

----- Portanto, a única coisa que foi dada depois foi o equivalente ao Sporting, porque assim teria que ser à luz do princípio da igualdade definida pela autarquia como fundamental no tratamento com os dois clubes. -----

----- Relativamente à pergunta da Comissão quanto ao prazo que seria dado ao Sporting para devolver a bomba de gasolina da Galp à autarquia, disse ser seu entendimento que deveria devolvê-la quando recebesse os direitos à nova bomba de gasolina. -----

----- Por outro lado, perguntava também a Comissão, como perguntaram os Vereadores do PCP e alguns Deputados Municipais, qual era o prazo estipulado como obrigação de construção dos equipamentos desportivos, e achava essa pergunta perfeitamente lógica e natural. Aliás, isso fazia-lhe lembrar algumas televisões que receberam licenças para emissões privadas e nunca respeitaram alguns dos compromissos assumidos nessa altura. Portanto, também considerava imoral que se havia clubes que receberam património da Câmara e à conta desse património fizeram urbanizações, depois cumprissem as suas obrigações em termos de equipamentos desportivos. Algumas cumpriram já num passado de décadas, mas faltava agora cumprir estas. -----

----- Portanto, propunha, se o Sr. Presidente da Assembleia autorizasse, que fosse feita uma adenda no sentido de que a obrigação do cumprimento relativamente a esse equipamento desportivo devesse ser concretizada até ao final do ano 2004, ano em que se realizava a iniciativa por causa da qual todas estas decisões do Município tinham lugar. Isto porque considerava legítimo que a Assembleia se preocupasse,

embora fosse uma preocupação nova já que nunca tinha havido essa limitação em termos de protocolos anteriores. -----

----- Sobre a pergunta quanto a encargos com a construção dos ramais de ligação às redes concessionárias bem como com os custos de fiscalização e consultadoria da obra, disse que o que estava em causa – para responder também à Comissão – era que o Benfica no caderno de encargos que apresentara tinha um milhão de contos para isso, e a Câmara disse: “então dê cá esses encargos” e fizera isso porque esperava que tal nem por um quinto dessa verba ficasse aos cofres do Município. Portanto, nem quiseram negociar isso com o Benfica. Porque a EPUL, por exemplo, tinha uma empresa de fiscalização que executava esse tipo encargos por 10% daquilo que o Benfica apresentara no seu caderno de encargos. -----

----- Perguntava também a Comissão se não era verdade que, com todos esses custos, o custo da aquisição final dos fogos não seria bem compatível com os preços praticados pela EPUL no mercado de habitação para jovens. Sem dúvida que na maioria não era porque existiriam alguns fogos a custos controlados e outros para o mercado livre. Era uma operação em que a principal finalidade era a EPUL ir buscar as mais-valias para as aplicar – um terço – no apoio a essas instituições que sem este acordo não veriam nem um tostão. Agora, sem dúvida nenhuma que a média do preço não era uma média compatível ou idêntica à média dos preços a custos controlados que a EPUL praticava. Mas a EPUL também já construía para o mercado livre, não era a primeira vez que o ia fazer, era preciso que ficasse claro! -----

----- Respondendo a uma outra preocupação da Comissão, que referia que não estavam estimadas as capacidades da EPUL para participar nessa operação financeira e imobiliária, disse que elas tinham sido estimadas pelo Conselho de Administração da EPUL e a Câmara era dona da maior parte do património imobiliário e dos terrenos na Quinta José Pinto e no Vale de Santo António. -----

----- Dizia a Comissão, também, que os acordos de princípio não clarificavam a forma como seria gerido esse investimento ao nível da responsabilidade imputável a cada uma das partes outorgantes, ao que respondia que o que estava dito era que a Câmara Municipal, ou a EPUL, era dona dos terrenos no Vale de Santo António e na Quinta José Pinto. Eram os promotores, o Benfica e o Sporting, que naquela cláusula, que foi considerada inconstitucional, da preferência aos sócios dos dois clubes – como se ia fazer também para o Belenenses e para os outros – tinham um papel especial na vertente da comercialização, mas a promoção, o papel no investimento ao nível da responsabilidade a cada uma das partes outorgantes, nessas urbanizações era fundamentalmente da EPUL e da Câmara. Ou seja, dos 65.000 m2 do Estádio da Luz era a EPUL que os adquiria e comercializava e, portanto, aí as verbas seriam a dividir entre a EPUL e a Câmara e não entre o Benfica, a EPUL e a Câmara. Sublinhava, para que ficasse claro, que esses 65.000 m2 seriam adquiridos pela EPUL a 100 contos o m2 mas as mais-valias seriam a dividir só entre a EPUL e a Câmara. -----

----- Mas porque era que isso não estava tudo escrito? Bom, era a tal jurisprudência anterior! Consideravam até, nalguns aspectos, de algum mau gosto tudo isso! Que a contabilidade de todo o projecto ficasse transcrita numa deliberação da Assembleia

Municipal, não tinham nenhum problema a que nos trabalhos subsequentes com a Comissão de Acompanhamento tudo isso fosse formalizado e desenvolvido, logo na primeira reunião da Comissão, e que fosse transcrita esta sua intervenção, ficando anexa a este acordo. Se o Sr. Presidente da Assembleia autorizasse, da sua parte não havia qualquer problema em que assim acontecesse. -----

----- Relativamente às pistas de atletismo, disse que não se tinha esquecido deste ponto até pela especial veneração que tinha pelo Prof. Moniz Pereira, mas não só por isso. Há muito tempo era discutido se os estádios de futebol deveriam ter dentro as pistas de atletismo ou não. Havia quem tivesse essa opinião, o Prof. Moniz Pereira sempre a preferira, e da sua parte sempre o tinha apoiado. Quando foi Presidente do Sporting apoiaram, com o Governo do PS na altura, a construção de uma nova pista de *tartan* para substituir a que estava no Estádio do Sporting, mas a fórmula que estava falada agora com o Sporting, e ainda pouco com o Benfica, era que houvesse uma pista de atletismo conjunta na zona da Alta de Lisboa – não estava devidamente falado com a SGAL também – com recinto próprio, bancadas amovíveis, não um novo estádio, que fosse um especial chamariz para a prática da modalidade, e o Prof. Moniz Pereira dera a sua aquiescência a essa solução. Até porque havia quem dissesse que era mau para a chamada de público aos estádios e para o futebol essa distância dos relvados por causa das pistas de atletismo dentro dos estádios. -----

----- Quando ali se referira que não ficara nos acordos que a Câmara não ficava com os estádios, só tinha a dizer que ainda bem, que Deus os livrasse disso. Os clubes tinham os custos de manutenção! Só no Estádio José de Alvalade, no tempo em que dirigira o clube, eram entre 350.000 a 400.000 contos por ano! Custos só de manutenção! Portanto, por esse lado, sendo dois estádios ainda por cima, só dizia que ainda bem que eles não ficaram propriedade do Município, embora, na altura, também fosse de acordo com a solução de um só estádio municipal. -----

----- Todavia, havia um estudo que não fizeram que foi o impacto dos novos empreendimentos no eixo Estádio da Luz – Estádio de Alvalade e nas zonas residenciais circundantes. Mas sobre isso desejava dizer que não foram mudados os Planos Directores Municipais, para o Estádio da Luz não tinha sido mudado e para a zona do interface iria ser elaborado um plano de pormenor e só com esse plano de pormenor seria viabilizada a construção. -----

----- Continuando, disse que a explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente sobre uma maquete que estava fora da Sala do Plenário, que o Sr. Presidente entendera que não devia ser trazida para o interior da Sala pela tradição da Assembleia Municipal, tinha a ver com o facto, que já referira na reunião de Câmara, das torres do interface já estarem nas maquetas da Câmara. Foram levadas, no ano passado, ao Salão do Imobiliário, em Can, e na Feira das Indústrias, na FIL, ele próprio estivera a visitar numa maquete da Câmara “Lisboa Cidade do Futuro”, que estava no *stand* da Associação dos Industriais e Construção de Edifícios, e nessa maquete já lá estavam as torres do interface. Isto só para ficar claro que não era algo que tivesse nascido de reuniões com a actual Câmara, mas sim que era um projecto que vinha muito de trás, e foi isso exactamente que procuraram demonstrar. -----

----- Referiu que se lhe perguntassem se gostava de fazer negócios com património da Câmara, a resposta seria que não gostava, nem pouco mais ou menos. Mas tinham que procurar, face às dificuldades que lhes estavam colocadas pela frente – e encontraram uma muito grande – as melhores soluções para assegurarem a melhor distribuição, a distribuição mais justa possível dos recursos. -----

----- Mas desejava sublinhar, de forma muito vinculada, que para a Câmara era um descanso, para além de ser uma honra, que a Assembleia Municipal acompanhasse também ela a execução dos acordos, até pela razão adicional de ser a primeira vez que isso iria acontecer na história do Poder Autárquico em Lisboa. -----

----- Por isso, com sinceridade, agradecia os contributos dados pelos partidos da oposição para o produto final, quer fossem votar a favor, quer votassem contra o texto apresentado, que era importante para a Cidade de Lisboa. E por ser importante é que a Assembleia era a primeira responsável, e a Câmara logo a seguir, pelo seu acompanhamento para que os interesses do património dos lisboetas não fossem defraudados nem num tostão, nem num milímetro, nem num grão da esperança que os lisboetas depositaram em todos os seus eleitos, independentemente da escolha que fizeram. -----

----- **O Senhor Presidente**, em relação à questão da maqueta, disse que desejava sinalizar que já tinha tido muitos pedidos para vídeos, maquetas, etc., etc., mas tinha sido sempre regra da Assembleia cumprir a função de Parlamento, e se agora abria um precedente não teria depois autoridade para evitar que alguém quisesse exibir um vídeo, etc. -----

----- Depois, não havendo mais intervenções, disse que o debate estava encerrado e se ia passar à votação da proposta 122/2002 e das propostas e recomendação apresentadas. -----

----- Entretanto, a bancada do Partido Comunista Português requerera, verbalmente, um intervalo pré-votação de dez minutos, pelo que suspendera os trabalhos por esse lapso de tempo. -----

----- Na reabertura dos trabalhos, começou por submeter à votação a recomendação apresentada pela Comissão de Educação, Desporto e Juventude, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, votos favoráveis do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PS. -----

----- Depois, disse que havia uma proposta com duas alterações ao Acordo de Princípios, apresentada pelo Partido Socialista, uma relativa ao ponto 5 e outra ao ponto 7, que consistiam, em ambos os casos, em intercalar a frase “em partes iguais” na primeira linha de cada um dos referidos pontos, que assim ficariam com a seguinte redacção final: -----

----- “5. As mais-valias decorrentes desta operação, serão repartidas, em partes iguais, entre as partes signatárias e serão em parte aplicadas na construção de Infra-Estruturas Desportivas e outros Equipamentos, de fins socialmente relevantes, de acordo com o interesse público”. -----

----- “7. As mais-valias decorrentes desta operação, serão repartidas, em partes iguais, entre as partes signatárias e serão em parte aplicadas na construção de Infra-Estruturas

Desportivas e outros Equipamentos, de fins socialmente relevantes, de acordo com o interesse público”.

---- Submetida à votação, foi a aludida proposta aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos contra do PCP, PEV e BE. -----

---- **O Senhor Presidente da Câmara** apresentara uma proposta no sentido de que fosse aditado um ponto com o seguinte teor: “O cumprimento das obrigações de construção dos equipamentos previstos neste Acordo de Princípios deve ser efectivado até final de 2004”.

---- **O Senhor Presidente** pôs à consideração da Assembleia a proposta apresentada e disse que ela passaria a constituir o ponto 9 do Acordo de Princípios, passando o actual ponto 9 a ponto 10. Portanto, uma vez que era apresentada pela Câmara, passaria a fazer parte integrante da proposta 122/2002.

---- Seguidamente, submeteu à votação a proposta 122/2002, com as alterações referidas no Acordo de Princípios, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos contra do PCP, PEV e BE.

---- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar.

---- **O Deputado Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

---- “É para comunicar à Assembleia Municipal que em relação à proposta do PS sobre a Comissão Eventual de Acompanhamento o grupo do PCP vai abster-se por considerar que existem duas Comissões Permanentes na Assembleia Municipal em condições de melhor fazer este trabalho: a Comissão de Urbanismo e a Comissão de Educação, Desporto e Juventude.”

---- É este o nosso sentido de voto, porque esta Comissão Eventual corre o risco de poder vir a dar cobertura àquilo que são os reais objectivos da Câmara e que aqui não foram esclarecidos em profundidade, como a Comissão de Educação, Desporto e Juventude exigia.”

---- **O Senhor Presidente** submeteu depois à votação a proposta apresentada pelo PS relativamente à constituição da Comissão Eventual de Acompanhamento da execução dos contratos/programa entre o Município, o Sport Lisboa e Benfica e o Sporting Clube de Portugal, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, BE e PPM, e a abstenção do PCP e do PEV.

---- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

---- “Por solidariedade com a orientação de voto estipulada pela direcção da bancada parlamentar do Partido Socialista, votei favoravelmente a proposta nº 122/2002 da Câmara Municipal de Lisboa e absteve-me na votação da proposta de recomendação da Comissão de Educação, Desporto e Juventude.

---- Não obstante, considero que relativamente ao estudo de viabilidade económica-financeira sobre os empreendimentos imobiliários; e à quantificação dos benefícios efectivamente concedidos aos clubes, os esclarecimentos prestados pelo Presidente da

Câmara Municipal não foram suficientes para a plena percepção das obrigações assumidas pelo Município através da celebração e ratificação destes acordos.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, em nome do seu partido, apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Os representantes do PPM votaram, favoravelmente, esta proposta (proposta 122/2002) por consideraram que a mesma é inteiramente aceitável e adequada às condições actuais e resolve compromissos internacionais levemente assumidos. ---

----- Entendemos, no entanto, que o País não tem condições económicas e financeiras para arcar com a responsabilidade da organização de eventos deste tipo, ainda para mais, sobredimensionando o número de estádios necessários e que irão ter uma utilização reduzida ao longo da sua vida útil.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Na discussão havida em Plenário a propósito da ratificação dos acordos assinados entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sport Lisboa e Benfica, o Sporting Clube de Portugal e a EPUL, os Deputados Municipais do CDS-PP votaram contra o parecer da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude. -----

----- Face aos diversos esclarecimentos prestados, quer pelo Sr. Vereador Carmona Rodrigues, quer pelo Sr. Presidente da Câmara, no decorrer da discussão na sessão plenária, designadamente a questão da repartição de mais-valias, e face à constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento dos contratos-programa, os Deputados Municipais do CDS-PP entenderam que estavam em condições de votar os Acordos com os Clubes e a EPUL propostos pela Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente**, esgotada a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 21 horas e 5 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----